

C&P

CONJUNTURA & PLANEJAMENTO

155 abr./jun. 2007

Sumário

4

Carta do editor

Economia em Destaque

6

Desempenho da conjuntura baiana no 1º trimestre de 2007

Carla do Nascimento
Elissandra Brito
Fabiana Pacheco
João Paulo Caetano Santos
Joseanie Mendonça
Nícia Santos
Patrícia Cerqueira

Entrevista

22

Vida sustentável
João Damásio

Artigos

30

Pobreza como insuficiência de renda: vantagens e limitações de sua utilização
Kenys M. Machado

46

Mercado de trabalho: um ano animador por enquanto apenas uma possibilidade
Gustavo Santana O. Santos

36

Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) na Bahia: vertente da infra-estrutura
Jorge Tadeu Dantas Caffé
Zélia Maria Abreu Góis

54

Novo PIB da Bahia: breves notas metodológicas e rebatimentos regionais
Edmundo Sá Barreto Figueirôa
Gustavo Casseb Pessoti

Expediente

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
JAQUES WAGNER

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO
RONALD LOBATO

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA
JOSÉ GERALDO DOS REIS SANTOS

CONSELHO EDITORIAL
Antônio Plínio Pires de Moura
Celeste Maria Philigret Baptista
Edmundo Sá Barreto Figueirôa
Jair Sampaio Soares Junior
Jackson Ornelas Mendonça
José Ribeiro Soares Guimarães
Laumar Neves de Souza
Marcos Verhine
Roberto Fortuna Carneiro

COORDENAÇÃO GERAL
Luiz Mário Ribeiro Vieira

COORDENAÇÃO EDITORIAL
Elissandra Alves de Britto
João Paulo Caetano Santos

EQUIPE TÉCNICA
Carla Janira Souza do Nascimento
Fabiana Karine Pacheco dos Santos
Joseanie Aquino Mendonça
Patrícia Cerqueira
Nícia Moreira da Silva Santos
Rosângela Ferreira Conceição

NORMALIZAÇÃO
Coordenação de Documentação e Biblioteca – COBI

REVISÃO
Maria José Bacelar

COORDENAÇÃO GRÁFICA
Dóris Serrano

FOTOS
Agecom
Lucas Santana
Stock.XCHNG

DESIGNER GRÁFICO/EDITORIAÇÃO/ILUSTRAÇÕES
Nando Cordeiro

Os artigos publicados são de inteira responsabilidade de seus autores. As opiniões neles emitidas não exprimem, necessariamente, o ponto de vista da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI. É permitida a reprodução total ou parcial dos textos desta revista, desde que seja citada a fonte. Esta publicação está indexada no Ulrich's International Periodicals Directory e no Qualis.

Ponto de vista

60

O social como vetor de desenvolvimento econômico

José Geraldo dos Reis Santos

Investimentos na Bahia

62

Investimentos industriais previstos irão gerar 55.498 novos postos de trabalho

66 Livros

68 Conjuntura Econômica Baiana

Indicadores Conjunturais

79

Indicadores Econômicos

86

Indicadores Sociais

96

Finanças Públicas

CONJUNTURA & PLANEJAMENTO, V.1- (1994-)
Salvador: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, 2007.

Trimestral

ISSN 1413-1536

CDU – 338(814.2)



Av. Luiz Viana Filho, 435 – 4ª Avenida – 2º And. – CAB
Cep: 41.745-002 – Salvador – Bahia
Tel.: (71) 3115 4823/4822 Fax: (71) 3116 1781
www.sei.ba.gov.br sei@sei.ba.gov.br

Carta do editor

A revista Conjuntura & Planejamento passa, a partir dessa edição, a ser veiculada trimestralmente. A despeito da mudança de periodicidade, buscou-se manter o conteúdo científico e informativo, que é característico da revista. Nesse sentido, os artigos desta nova edição trazem ao público leitor uma gama de informações relacionadas à atividade econômica da Bahia e do Brasil, além do informativo estatístico, no qual são apresentados gráficos com análises da conjuntura econômica baiana, bem como tabela dos principais indicadores econômicos e sociais do estado. Em sua nova periodicidade, a revista também inova com a introdução de novas seções — Entrevista, Livros, Ponto de vista —, tendo como objetivo promover maior interação dos leitores com os eventos reais e cotidianos do ambiente econômico e social da Bahia.

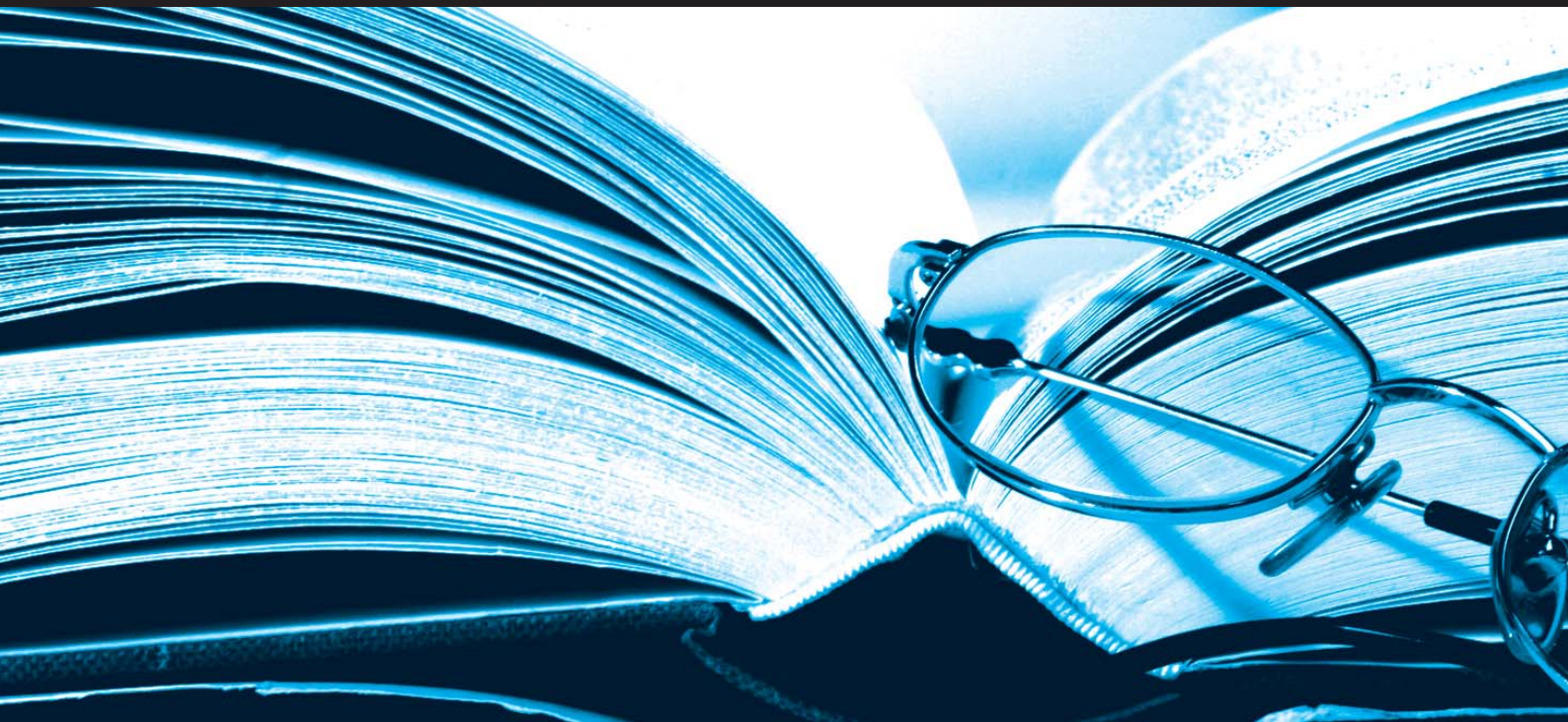
Um dos novos destaques na C&P trimestral é a seção de Entrevista. Nesta edição, a revista traz uma entrevista com o João Damásio Oliveira Filho, professor da Faculdade de Ciências Econômicas da Bahia, na qual são abordadas questões relacionadas ao meio-ambiente. Na entrevista, o professor destaca que a preservação do meio-ambiente, em suas diversas vertentes — água, tratamento de esgoto, lixo etc. —, passa pela mudança de paradigma. Além disso, sustenta que a preservação traz ganhos não apenas do ponto de vista ambiental, mas também do ponto de vista econômico.

Outra destaque é a seção Ponto de vista, onde José Geraldo dos Reis Santos, Diretor geral da SEI, explana sucintamente, sobre o grande desafio enfrentado pelo novo governo da Bahia, que é inverter a lógica do desenvolvimento econômico, social e territorial do Estado. Ao abordar o assunto de uma forma elucidativa, o autor contribui para ampliar o discernimento do leitor quanto às questões que envolvem o crescimento da economia baiana.

A revista Conjuntura & Planejamento traz, nesta edição, artigos que avaliam eventos de caráter regional e nacional. Em um desses artigos, Tadeu Café e Zélia Góis analisam o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), tendo como base os principais projetos voltados para a Bahia. Essa proposta de investimentos desencadeia uma perspectiva de crescimento da economia do estado. Já o autor Gustavo Santana apresenta os primeiros indicadores do mercado de trabalho brasileiro e aponta perspectivas a partir do lançamento do PAC. Há ainda outros dois artigos de caráter técnico-metodológico; em um deles, Kenys Machado analisa a definição da pobreza a partir do conceito de insuficiência de renda. Por fim, Edmundo Figueirôa e Gustavo Pessoti apresentam a nova metodologia de cálculo do PIB e seus impactos sobre a quantificação da geração de riqueza no país. No artigo, os autores apontam as principais vantagens dessa nova metodologia.

Com essa nova formulação, espera-se que a revista C&P continue colaborando, agora em maior dimensão, para ampliar o conhecimento da população, em especial de seus leitores, de questões relacionadas ao ambiente econômico em todos os seus aspectos. Assim, esta nova edição não se torna o ponto de partida, mas um novo ponto de partida para o acesso a esse conhecimento.

O MAIOR ACERVO ESPECIALIZADO EM PLANEJAMENTO E ECONOMIA DO ESTADO.



Visite a Biblioteca da SEI e acesse mais de 25 mil títulos e 500 periódicos e relatórios técnicos de instituições nacionais e internacionais.

Coordenação de Biblioteca e Documentação da SEI

De 2ª à 6ª feira, das 09:00 às 17:30

Av. Luiz Viana Filho, 435, 4ª Avenida, CAB, Salvador-BA

(71) 3115-4748/ cobi@sei.ba.gov.br www.sei.ba.gov.br



Desempenho da conjuntura baiana no 1º trimestre de 2007

Carla do Nascimento, Elissandra Brito, Fabiana Pacheco,
João Paulo Caetano Santos, Joseanie Mendonça, Nícia Santos, Patrícia Cerqueira*

O presente artigo apresenta os principais indicadores conjunturais da economia brasileira e baiana para o primeiro trimestre de 2007. O desempenho da economia brasileira, observado pela leitura de seus principais indicadores, revela dinamismo em vários setores, principalmente na indústria e no comércio varejista.

Dois aspectos são relevantes neste período para analistas conjunturais da economia brasileira. O primeiro, a apreciação cambial e o crescimento das importações; e o segundo, o aumento na produção de bens de capital.

De acordo com o Grupo de Conjuntura da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) (CARTA DE CONJUNTURA, 2007), alguns analistas defendem que a apreciação do câmbio e o crescimento das importações são benéficos ao crescimento econômico, uma vez que contribuem para o controle da inflação e para a redução da taxa de juros: isto é, por um lado, o câmbio apreciado inibiria o aumento dos preços, via concorrência externa; por outro, o aumento das importações ampliaria a oferta de bens, compensando o desequilíbrio entre a demanda interna e a produção. Ressalta-se também que a importação de bens de capital contribui para ampliar o nível de investimento no país. No entanto outra linha admite que esta mesma apreciação cambial pode levar à perda de competitividade externa, via desempenho do *quantum* das exportações e das importações.

Outro fato que chama atenção neste primeiro trimestre são as elevadas taxas de crescimento da produção interna industrial de bens de capital, que não estão sendo afetadas pelo aumento nas importações de bens de capital. Segundo dados da Pesquisa Industrial Mensal (PIM) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), este setor tem apresentado taxas consecutivas de crescimento. Considerando-se o índice trimestral em relação ao trimestre imediatamente anterior, observa-se aumento gradativo nos últimos cinco trimestres — -0,8% no primeiro trimestre de 2006, passando a 1,0%

* Economistas e técnicos da SEI





no segundo, 3,3%, respectivamente, no terceiro e quarto, atingindo 6,9% no primeiro trimestre de 2007. Estes acréscimos tornam-se mais expressivos, na medida em que se considera a expansão de bens de capital importados, podendo-se concluir que há mercado crescente tanto para produtos importados como para os produzidos internamente; como também, sinalizam está ocorrendo um aumento da capacidade produtiva interna, que tem como intenção atender à demanda futura.

Ambos os fatores permitem inferir que a economia brasileira caminha para um crescimento, ainda que modesto, conforme expectativas de analistas. Ressalta-se que o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) deverá ter importante participação da produção agropecuária e, principalmente, do setor de serviços. Portanto, uma possível queda do setor industrial de transformação poderá ser compensada por esses dois setores, como também por outros que compõem o setor industrial, como a construção civil e a indústria extrativa.

Todos estes aspectos repercutem diretamente nas economias subnacionais, no caso aqui a se destacar, a

economia baiana. Os indicadores que mostram a *performance* dessas economias nos primeiros meses do ano de 2007 estão apresentados nas seções seguintes.

ECONOMIA BRASILEIRA

Com a nova metodologia das Contas Nacionais apresentada pelo IBGE, a previsão do PIB 2007 foi revista pelo Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA) para 4,2%, o que foi divulgado pela Nota Técnica, no dia 20 de abril; economistas mais otimistas, a exemplo do Grupo de Conjuntura da UFRJ (CARTA DE CONJUNTURA, 2007), esperam taxa de crescimento próxima de 4,5% desse indicador em 2007. Somado a isso, o cenário externo favoreceu os principais indicadores da atividade econômica, que alcançaram bons resultados no primeiro trimestre de 2007.

Conforme PIM (Pesquisa Industrial Mensal, 2007), o indicador de produção física da indústria apresentou, no primeiro trimestre de 2007, resultado positivo tanto frente a igual período do ano anterior (3,8%),

“Na análise por categoria de uso, ainda com base na PIM, os índices confirmam a liderança de bens de capital, que cresceu 7,8% no quarto trimestre de 2006, passando a 14,8% no período seguinte”

quanto em relação ao último trimestre de 2006 (1,2%), na série ajustada sazonalmente. Em termos setoriais, no primeiro trimestre de 2007, a *fabricação de máquinas e equipamentos* apresentou incremento de 14,4% em relação a igual período do ano anterior, com liderança no impacto sobre o índice geral, cabendo à produção de *fornos de microondas e refrigeradores* as contribuições positivas mais importantes. Outros impactos positivos e relevantes sobre o resultado global da indústria vieram de *veículos automotores* (6,0%), em função da expansão na produção de *autopeças e automóveis*, seguido pelo setor de *alimentos* (4,8%), com destaque para os itens *sucos de laranja e carnes de aves*.

Em sentido oposto, entre as dez indústrias que registraram queda, as que mais pressionam negativamente a taxa global foram as de *material eletrônico e equipamentos de comunicações* (-10,9%) e a *farmacêutica* (-4,8%).

Na análise por categoria de uso, ainda com base na PIM, os índices confirmam a liderança de *bens de capital*, que cresceu 7,8% no quarto trimestre de 2006, passando a 14,8% no período seguinte. Nessa categoria, destaca-se o comportamento favorável dos subsetores de *bens de capital para transportes* e de *bens de capital para fins agrícolas*, que reverteram a queda de 1,9% e de 2,2%, respectivamente, no último trimestre do ano passado, para uma expansão de 9,5% e 13,1%, respectivamente, nos três primeiros meses de 2007.

Os *bens intermediários* também mostram avanço, embora mais moderado, entre os dois trimestres (de 2,2% para 3,8%), com destaque para o subsetor de *insumos industriais elaborados* (de 1,9% para 3,2%).

O setor de *bens de consumo* perde ritmo nessa comparação: *bens de consumo duráveis* passa de 4,3% no último trimestre de 2006 para 2,3% no primeiro de 2007, influenciado principalmente pelos desempenhos de *eletrodoméstico da “linha marrom”* (de -3,1% para -24,3%) e de *celulares* (de 4,3% para -8,9%), enquanto *bens de consumo semiduráveis e não duráveis* passa de 2,8% para 1,3%, especialmente em função do agrupamento de outros não duráveis, que passa de 3,8% no último trimestre de 2006 para crescimento nulo (0,0%) no período seguinte.

Considerando-se o comércio exterior, a balança comercial brasileira alcançou US\$ 13 bilhões no primeiro trimestre de 2007, resultado de exportações de US\$ 46 bilhões e importações de US\$ 33 bilhões. As exportações cresceram 18,2% em relação ao mesmo período, ao passo que as importações tiveram aumento de 24,6%, consolidando a tendência observada nos últimos meses, quando cresceram acima das exportações (CENTRO INTERNACIONAL DE NEGÓCIOS DA BAHIA, 2007). Destacando-se as importações de bens de capital, verifica-se um aumento de US\$ 8,2 bilhões, do primeiro trimestre de 2006, para US\$ 9,4 bilhões no mesmo período de 2007. Observa-se que a importação de bens de capital tem importante participação na pauta, com 28,2%, ficando atrás apenas do setor de bens intermediários (43,4%).

No que se refere ao setor agrícola, estimativas do IBGE, no Levantamento Sistemático da Produção Agrícola realizado em abril de 2007, apontaram, para a safra nacional de *cereais, leguminosas e oleaginosas*, um volume de 132,3 milhões de toneladas, maior 1,2% que a estimada em março (130,7 milhões de toneladas), e superior em 13,0% que a obtida em 2006 (117,0 milhões de toneladas). A área cultivada em 2007 apresenta um incremento de apenas 0,1% em relação ao ano precedente, situando-se em 45,6 milhões de hectares. Entre os produtos analisados, a *soja* e o *milho* 1ª safra são os que têm maiores áreas plantadas, com, respectivamente, 20,6 e 9,4 milhões de hectares plantados nesta safra.

As perspectivas favoráveis para a cultura do *milho* de segunda safra e a revisão na expectativa da produção do trigo em grão explicam essa mudança nas estimativas para 2007. O *milho* de segunda safra deverá registrar em 2007 colheita de 15,020 milhões de toneladas, volume 7,4% superior ao previsto em março (13,99 milhões de toneladas) e a produção do trigo em grão deverá atingir 3,8 milhões de toneladas, colheita 9,1% maior do que a projetada em março (3,463 milhões de toneladas). Esse desempenho é esperado porque as principais culturas serão beneficiadas pelas boas condições climáticas e pelos investimentos em insumos agrícolas, entretanto, a safra poderá ser revista para baixo, tendo em vista as geadas que estão ocorrendo no sul do país.

No comércio varejista, segundo dados da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC) (2007) elaborada pelo IBGE em março, o resultado foi surpreendente no primeiro trimestre do ano, com variação de 9,7% em relação a igual período de 2006, superando a variação do último trimestre do ano anterior (7,0%).

As atividades que determinaram tal comportamento foram: *combustíveis e lubrificantes*, que evoluiu de -4,5% para 4,8%; *tecidos, vestuário e calçados* (de 2,5% para 6,7%); *móveis e eletrodomésticos* (de 11,8% para 20,5%); *livros, jornais, revistas e papelaria* (de -1,7% para 5,7%) e *outros artigos de uso pessoal e doméstico* (de 18,9% para 21,8%). As atividades de *hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo e equipamentos e material para escritório, informática e comunicação* apresentaram estabilidade, com taxas neste último trimestre de 7,1% e 20,2%, respectivamente.

**“O milho de segunda safra
deverá registrar em 2007
colheita de 15,020 milhões
de toneladas, volume 7,4%
superior ao previsto em março”**

Em termos do *comércio varejista ampliado*, a taxa de variação do trimestre, de 11,8%, também superou a do último trimestre do ano de 2006 (8,8%), influenciada pelo comportamento da atividade de *veículos, motos, partes e peças*, que evoluiu de 12,6% para 17,4%. Já na outra atividade que compõe o setor, *material de construção*, houve movimento contrário, saindo de uma taxa de 11,2% para 6,0%.

Os resultados obtidos pelo varejo refletem, por um lado, fatores sazonais, como a Páscoa, por exemplo, e, por outro, o aumento do poder de compra da população, decorrente basicamente do aumento da massa real de salário.

Neste contexto, foi apurado, com base nos dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) (2007) realizada pelo IBGE, em março, um contingente de 40,2 milhões de pessoas com 10 anos ou mais de idade. Esta estimativa cresceu 2,2% em relação a março do ano passado. A pesquisa apontou também que eram 20,6 milhões as pessoas ocupadas. Este contingente cresceu 0,7% em relação a fevereiro último e teve uma expansão, comparativamente ao ano passado, de 3,2%, perto de 641 mil pessoas. Cabe ressaltar que, em termos relativos, o crescimento da população ocupada foi superior ao da população em idade ativa.

A taxa de desocupação, estimada em 10,1%, não sofreu alteração em relação a fevereiro. Na comparação com igual período do ano passado, o quadro também foi de estabilidade. Nenhum grupamento de atividade apresentou variação significativa frente a fevereiro de 2007, todavia, na comparação com março de 2006, o quadro foi de alta na *construção* (5,0%), *comércio, reparação de veículos automotores e de objetos pessoais e domésticos* e *comércio a varejo de combustíveis* (3,5%), *serviços prestados às empresas, aluguéis, atividades imobiliárias e intermediação financeira* (7,5%) e *serviços domésticos* (6,5%).

Ainda segundo a PME, o rendimento médio real habitualmente recebido pela população ocupada, em março, apresentou estabilidade na comparação com fevereiro de 2007 e registrou elevação ante o mês de março de 2006 (5,0%). Em todas as formas de inserção foi observada alta no rendimento, na comparação anual:

“De acordo com estatísticas da Associação Brasileira de Papelão Ondulado (ABPO), ocorreu um crescimento de 3,3% na comercialização daquele produto no primeiro trimestre de 2007, comparando-se com o mesmo período de 2006”

empregados com carteira de trabalho assinada (2,2%), empregados sem carteira de trabalho assinada (6,0%) e trabalhadores por conta própria (12,1%).

O IBGE está divulgando, pela primeira vez, com base nos dados da PME, a massa de rendimentos reais da população ocupada, que foi estimada para o total das seis regiões metropolitanas em 22,5 bilhões de reais. Esta estimativa apresentou estabilidade em relação a janeiro, mas, contra fevereiro do ano passado, este indicador apresentou crescimento expressivo de 7,7%, atingindo a maior variação observada no exercício de comparação anual entre os meses de fevereiro — fevereiro de 2002 para 2003 (-0,2%); fevereiro de 2003 para 2004 (-1,9%); fevereiro de 2004 para 2005 (6,8%); fevereiro de 2005 para 2006 (3,5%).

O contingente de pessoas na força de trabalho foi estimado, para o agregado das seis regiões, em março de 2007, em 22,9 milhões, apresentando alta (1,0%) em relação a fevereiro de 2007. Na comparação com março de 2006, foi registrado crescimento de 2,9%, ou seja, em um ano, entraram na força de trabalho aproximadamente 648 mil pessoas.

Outros indicadores contribuem para a leitura conjuntural do desempenho da economia brasileira, como, por exemplo, as vendas de papelão ondulado. De acordo com estatísticas da Associação Brasileira de Papelão

Ondulado (ABPO), ocorreu um crescimento de 3,3% na comercialização daquele produto no primeiro trimestre de 2007, comparando-se com o mesmo período de 2006. A entidade prevê crescimento de 7% nas vendas de papelão ondulado impulsionado pela aceleração do ritmo da atividade fabril no país.

Diante do exposto, o cumprimento das metas do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado pelo governo federal em janeiro de 2007, poderá favorecer ainda mais o cenário positivo delineado pelos indicadores econômicos. O relatório apresentado após cem dias do lançamento do programa trouxe boas notícias e sinais de alerta.

Dentre as boas notícias, o anúncio da regulamentação do Regime Especial de Incentivo ao Desenvolvimento da Infra-estrutura, que prevê incentivos, cujo volume global é da ordem de R\$ 1,6 bilhão para as empresas que tiverem projetos de infra-estrutura aprovados nas áreas de transportes, energia, saneamento básico e irrigação. Entretanto os projetos de importância estratégica para o país requerem ação mais incisiva no cumprimento das metas.

É neste cenário que se insere a economia baiana, com o país apresentando ainda elevadas taxas de juros (atualmente em torno de 12,50%), aumento da renda real, leve recuperação dos investimentos e manutenção do saldo comercial externo positivo, a despeito do aumento das importações.

Considerando-se a conjuntura baiana, os principais indicadores econômicos mostram desempenho acima do observado no ano anterior. Na indústria, os dados de produção física mostram-se, ainda que positivos, abaixo das expectativas para o ano de 2007. No comércio varejista, o volume de vendas mantém a mesma dinâmica observada em anos anteriores; na atividade agrícola, estima-se safra recorde. No comércio exterior, as exportações mantêm o saldo comercial positivo, mesmo com o crescimento das importações nos últimos meses.

Os aspectos que mostram o comportamento desses indicadores estão expostos nas seções seguintes.

AGRICULTURA BAIANA EM 2007: PRIMEIROS RESULTADOS

As estimativas do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) do IBGE, realizadas em abril de 2007, indicam um desempenho positivo para as principais lavouras baianas. Os dados gerais (Tabela 1) ratificam a expectativa de melhora do setor no estado. Em especial destaca-se o crescimento da produção física (em toneladas) de grãos de quase 29%, acompanhado do crescimento da área colhida de 7,0%.

Observando-se os produtos, separadamente, as culturas que apresentam maior crescimento de produção física são: milho (50,4%), feijão (31,1%), algodão (29,9%), sorgo (28,9%) e soja (15,4%).

As estimativas das lavouras de grãos baianas acompanham a expectativa de crescimento da produção nacional (8,2%). Vale destacar o incremento significativo do rendimento por hectare (19,6%), impulsionado pelas boas condições climáticas, durante todo o ciclo das culturas e pelo elevado nível tecnológico (OITAVO..., 2007).

A produção de milho é o destaque no crescimento da produção (50%). Estima-se que em 2007 este grão deva alcançar a ordem de 1,66 milhão de toneladas. Destacam-se como principais áreas produtoras de milho as regiões de Irecê, Nordeste e Oeste, que, juntas, representam mais de 75% do milho plantado em todo o estado. A despeito das boas expectativas para este grão no estado, no cenário nacional os preços do milho apresentam queda no mês de abril. Tal instabilidade dos preços tem sido motivada pelas incertezas em relação ao plantio dos Estados Unidos, a apreciação do real frente ao dólar dos EUA, e a intensificação da colheita no Brasil, que elevou a oferta do produto no mercado interno, derrubando os preços. Segundo estudo da Céleres (empresa de consultoria do Agronegócio), o clima será o principal direcionador dos preços do milho (MILHO..., 2007).

O feijão, o algodão e o sorgo também apresentam resultados otimistas, com significativo crescimento em relação ao ano passado. Na medida em que estes produtos fazem parte do rol de produtos tradicionais do estado, estes resultados são importantes para o cenário da agricultura baiana.

Tabela 1

Estimativas de produção física, áreas plantada e colhida e rendimento dos principais produtos agrícolas: Bahia, 2006-2007

Produtos/safras	Produção física (t)			Área plantada (ha)			Área colhida (ha)			Rendimento (kg/ha)		
	2006 ¹	2007 ²	Var. (%)	2006 ¹	2007 ²	Var. (%)	2006 ¹	2007 ²	Var. (%)	2006	2007	Var. (%)
Mandioca	4.403.414	4.571.505	3,82	350.827	407.939	16,28	345.701	350.827	1,48	12.738	13.031	2,30
Cana-de-açúcar	6.141.719	6.260.479	1,93	102.888	103.425	0,52	102.230	103.425	1,17	60.077	60.532	0,76
Cacau	135.925	135.925	0,00	553.476	553.476	0,00	520.233	520.233	0,00	261	261	0,00
Café	174.792	151.773	-13,17	162.975	145.900	-10,48	159.326	143.000	-10,25	1.097	1.061	-3,29
Grãos	4.315.275	5.547.200	28,55	2.708.879	2.771.087	2,30	2.577.235	2.769.689	7,47	1.674	2.003	19,62
Algodão	811.163	1.053.618	29,89	257.567	303.191	17,71	257.567	303.191	17,71	3.149	3.475	10,34
Feijão	333.209	436.711	31,06	719.900	732.294	1,72	616.417	732.294	18,80	541	596	10,32
Milho	1.107.016	1.665.421	50,44	808.761	834.977	3,24	781.121	833.579	6,72	1.417	1.998	40,97
Soja	1.991.400	2.298.000	15,40	872.600	851.000	-2,48	872.600	851.000	-2,48	2.282	2.700	18,33
Sorgo	72.487	93.450	28,92	50.051	49.625	-0,85	49.530	49.625	0,19	1.463	1.883	28,67
TOTAL	-	-	-	3.879.045	3.981.827	2,65	3.704.725	3.887.174	4,92	-	-	-

Fonte: IBGE - PAM/LSPA/GCEA

¹ Estimativas do GCEA/IBGE safra 2006 (dados sujeitos a retificação).

² Estimativas do GCEA/IBGE abril/2007 (dados sujeitos a retificação).

³ Rendimento = produção física/área colhida.

A cotonicultura baiana registrou aumento de aproximadamente 30% na produção e de 17,8% na área colhida. Dentre os motivos para este resultado positivo estão: a expansão da cultura do algodão no Oeste da Bahia, as boas condições climáticas e a recuperação das cotações do grão. As cotações médias mundiais devem subir 13,6%, segundo o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA), motivada pelo consumo e pelas importações chinesas que dinamizam o mercado internacional (AGROMENSAL, 2007).

A soja também apresenta resultado positivo em relação a 2006, com crescimento da produção em torno de 15%. A despeito de ter sua área plantada e colhida reduzidas, o cultivo tecnificado, o intensivo controle da ferrugem asiática e as boas condições climáticas elevam o rendimento por hectare. A expectativa é que este rendimento seja superior a 18%, em relação ao ano passado. Além disso, o incremento nos preços da soja no mercado nacional e internacional no primeiro quadrimestre do ano impulsionou o setor. Na Bolsa de Chicago (CBOT), os preços da soja oscilaram, entre dezembro e março, cerca de 36% (PREÇO..., 2007).

As produções de cana-de-açúcar, mandioca e cacau mantêm-se estáveis, com suaves incrementos (exceto o cacau). Em especial a cana-de-açúcar apresenta bom resultado, mesmo patamar da safra anterior, que foi in-

fluenciado pelas expectativas em relação aos preços do álcool e do açúcar nos mercados interno e externo.

Apenas a produção de café apresenta estimativa negativa para esta safra (-13,2%). O baixo desempenho desta cultura, segundo as informações da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), está associado à prática de podas drásticas (recepta), aliadas ao menor índice de ocorrência de floradas na região do Planalto (tradicional), ao baixo uso de insumos, ao aumento de áreas semi-abandonadas, à substituição do café pelo eucalipto e à biennialidade negativa (um ano de alta e outro de baixa) (SEGUNDO..., 2007).

O café, mesmo não apresentando conjuntura favorável nesta safra, é um produto importante na pauta de exportações da Bahia. De acordo com os dados da Tabela 2, este produto apresenta a maior taxa de crescimento no valor de transações (79%) em relação ao mesmo período do ano passado, seguido da soja e derivados (49%) e do sisal e derivados (46%).

Os resultados das exportações baianas ainda não refletem os impactos recentes da desvalorização do dólar em relação ao real. O valor de janeiro a março de 2007 apresenta crescimento das transações de 6% em relação a igual período do ano passado, a despeito da redução (14%) no volume (em toneladas) comercializado,

Tabela 2
Exportações do agronegócio: Bahia, Jan.-Mar./ 2006-2007

Produtos	Peso (t)		Var (%)	Valores (US\$ 1000 fob)		Var (%)
	2006	2007		2006	2007	
Soja e derivados	132.849	201.774	51,9	31.573	46.885	48,5
Cacau e derivados	21.579	16.951	-21,4	51.630	39.313	-23,9
Couros e peles	6.352	6.086	-4,2	19.823	24.673	24,5
Sisal e derivados	27.273	35.757	31,1	22.241	35.534	46,3
Café e especiarias	9.343	15.639	65,8	20.257	36.171	78,6
Algodão e seus subprodutos	23.629	23.856	1,0	26.221	26.317	0,4
Frutas e suas preparações	9.596	8.541	-11,0	8.120	7.817	-3,7
Fumo e derivados	557	813	46,0	3.274	4.472	36,6
Pesca e aquicultura	945	414	-56,2	3.676	1.497	-59,3
Total das exportações agronegócio	232.123	309.831	33,5	186.815	222.679	19,2
Total das exportações baianas	2.320.733	2.003.239	-13,7	1.457.152	1.549.294	6,3
Participação do agronegócio nas exportações baianas	10,00	15,47		12,82	14,37	

Fonte: PROMOBAHIA, 2007 (com adaptações)

conforme indicado na Tabela 2. A soja é o principal produto exportado pelo estado, no que se refere ao valor de transações, chegando a 47 milhões de dólares neste período, seguida pelo cacau (39 milhões de dólares) e pelo café (36 milhões de dólares). As vendas de café e soja foram motivadas pelos ótimos preços internacionais e contínuo crescimento da economia mundial (EXPORTAÇÕES..., 2007).

Com base nos dados da Tabela 2, este macrosetor apresenta crescimento de aproximadamente 19% no valor das transações, e também em volume físico, chegando a 310 toneladas. O peso das exportações do agronegócio nas vendas externas do estado também apresenta crescimento em relação ao mesmo período do ano anterior, chegando a 14% do valor das transações.

INDÚSTRIA

A *indústria geral* (extrativa e de transformação) baiana registrou, no primeiro trimestre de 2007, um crescimento de 2,0% na comparação com o mesmo período de 2006, segundo dados da PIM de março de 2007. Esse resultado positivo foi influenciado pelo desempenho alcançado pela *indústria de transformação*, que cresceu 2,4% no período em análise, diferentemente da *extrativa*, que apresentou recuo em sua produção de 4,0%.

As maiores influências positivas vieram dos segmentos de *alimentos e bebidas* (17,9%), devido a maior fabricação de farinha e *pellets* da extração de óleo de soja, e óleo de soja em bruto; *produtos químicos*, por conta do aumento no processamento de polietileno de alta densidade (PEAD) e octanol e seus isômeros; *borracha e plástico* (13,9%), decorrente de maior produção de garrafas, garrafas e frascos de plásticos e embalagens de plástico para produtos alimentícios.

Além desses, destaca-se o segmento *celulose e papel* (1,7%), em função de aumento na fabricação de papel e celulose. O segmento da *metalurgia básica*, bem como o setor de *minerais não-metálicos*, obtiveram crescimentos modestos chegando a um acréscimo na produção de 1,0% e 0,2%, respectivamente.

“Em 2006, os altos preços da nafta petroquímica, matéria-prima básica do setor, e a queda nos preços com exportações, devido ao real valorizado e um mercado interno sobreofertado de resinas, fizeram o lucro das principais empresas do setor cair”

O segmento de *produtos químicos* apresentou um bom desempenho no primeiro trimestre de 2007. Este setor, mesmo tendo apresentado uma recuperação no final de 2006, devido à queda no preço do petróleo e também de seus derivados usados na indústria de sintéticos, vai investir menos em 2007, na comparação com os investimentos realizados no ano passado. Em 2006, os altos preços da nafta petroquímica, matéria-prima básica do setor, e a queda nos preços com exportações, devido ao real valorizado e um mercado interno sobreofertado de resinas, fizeram o lucro das principais empresas do setor cair.

Os resultados negativos foram registrados pelos setores de *refino de petróleo* e *produção de álcool*, com queda de 3,0%, devido, sobretudo, a uma redução na produção de nafta e óleo diesel, e o segmento de *veículos automotores*, que obteve redução de 18,5% em sua produção, comparando-se com o mesmo período do ano passado.

Na análise por setores da indústria de transformação, têm-se que o segmento de refino de petróleo e produção de álcool obteve redução em sua produção física, influenciada pela redução no processamento da nafta, óleo diesel e gasolina. Neste setor, a necessidade constante de se descobrir novos poços de petróleo garantirá investimentos de grande porte para os próximos anos no estado (ACOMPANHAMENTO CONJUNTURAL, 2007).

O setor espera que em 2007 a demanda por resinas cresça no país e que a entrada em operação de novas capacidades no mundo demore mais do que o previsto. As expectativas são positivas, devido ao aumento da renda do país, redução de juros e, principalmente, de mais investimentos do governo em infra-estrutura, o que leva ao aumento no consumo de resinas com PVC (SETOR..., 2007).

Para o setor de *veículos automotores*, dois fatores devem ser evidenciados para justificar a queda no primeiro trimestre de 2007. Em primeiro lugar, no mês de fevereiro, durante quinze dias, ocorreu férias coletivas na empresa baiana, com parada na produção de veículos. Em segundo, ainda que o impacto seja menor, considera-se também o efeito da valorização do Real, uma vez que o melhor patamar do dólar para as vendas externas do setor é de US\$ 2,50. Observa-se que as vendas externas do segmento caíram 17,5% no trimestre. A empresa considera analisar os investimentos na área produtiva a longo prazo, a depender do nível de apreciação do câmbio.

Ainda com relação ao setor automotivo, a produção já alcançou no estado a plena capacidade, necessitando de outras alternativas para aumentar a produção de veículos — adoção de novos procedimentos, equipamentos etc. —, com o objetivo de atender à crescente demanda pelo produto (ACOMPANHAMENTO CONJUNTURAL, 2007).

No primeiro trimestre de 2007, foram produzidos 655 mil carros no estado, um crescimento de 4% em relação ao mesmo período do ano passado. Desse total, 182 mil unidades foram exportadas, o que representa uma queda de 9,5% em relação ao primeiro trimestre de 2006, fato que está relacionado à valorização do real frente ao dólar, que leva a uma queda na exportação. No volume de vendas para o mercado interno, considerando as condições favoráveis de crédito e do mercado de trabalho, este segmento deverá registrar bom desempenho em 2007, com as vendas de automóveis.

A *metalurgia básica* no estado tem seu desempenho afetado pela forte volatilidade do preço do cobre no mercado internacional, que atualmente encontra-se com tendência de alta. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Siderurgia, as vendas internas alcançaram

“O segmento de *celulose e papel*, que registrou alta em sua produção física, vem recebendo importantes investimentos para expansão da indústria de celulose no estado, caracterizados por projetos de grande porte, com previsão de maturação para o ano de 2007”

2,9 milhões de toneladas, o que representa uma alta de 10,7% em relação ao ano passado; as vendas externas chegaram a 1,7 milhões, uma queda de 19,6%, abaixo do que foi registrado em 2006 (ACOMPANHAMENTO CONJUNTURAL, 2007).

Espera-se uma melhoria nas exportações do setor, com a entrada em operação de grandes projetos de expansão. Além disso, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), aliado à política de flexibilização monetária, estaria criando um ambiente favorável para investimentos em setores que demandam aço, como, por exemplo, o setor automobilístico e o da construção civil.

O segmento de *celulose e papel*, que registrou alta em sua produção física, vem recebendo importantes investimentos para expansão da indústria de celulose no estado, caracterizados por projetos de grande porte, com previsão de maturação para o ano de 2007. O resultado favorável do setor deve-se às altas dos preços internacionais da celulose acima das expectativas, acompanhando o incremento da demanda internacional, puxado pela economia chinesa.

A elevação nos preços da celulose, em média de 11% nos últimos 12 meses e a redução de custos administrativos levaram as empresas do setor a aumentarem as margens operacionais no primeiro trimestre de 2007.

Os estoques baixos e a demanda aquecida garantiram o melhor desempenho nos preços. Portanto as expectativas para o setor são otimistas, em função de um aquecimento na demanda por papel e celulose de eucalipto no mundo e um reaquecimento do mercado interno, principalmente por papel para embalagens.

Esse possível comportamento positivo da indústria tem-se refletido nos indicadores de confiança e, segundo a Sondagem Industrial da Confederação Nacional da Indústria (CNI), o empresariado está confiante e com boas perspectivas para o ano de 2007, pois, mesmo estando prejudicada pelo câmbio desfavorável, a indústria se beneficiará da alta no consumo interno, mantendo o ritmo de crescimento.

Analisando o desempenho do emprego industrial, tem-se que a indústria geral registrou queda de 0,5%, com redução também verificada na indústria de transformação, que chegou a uma redução de 1,0% no nível de pessoal ocupado. Já a indústria extrativa registrou desempenho diferente, com incremento de 7,5%.

Por setor da *indústria de transformação*, o segmento de *alimentos e bebidas* alcançou um crescimento no nível de pessoal ocupado de 11,0%, *refino de petróleo e produção de álcool* (6,4%), *borracha e plástico* (6,8%) e *calçados e couros* (4,3%). Na *metalurgia básica*, o incremento foi de 1,6% e na *fabricação de meios de transporte* foi de 0,4%. Negativamente, registraram queda os setores de *minerais não-metálicos* (-10,2%) e *têxtil* (-2,5%). Esta queda no emprego industrial constitui-se em efeito tipicamente sazonal, traduzindo dispensa de trabalhadores contratados temporariamente no final

do ano (PESQUISA INDUSTRIAL MENSAL DO EMPREGO E DO SALÁRIO, 2007).

As expectativas para 2007, quanto à continuidade do aumento da capacidade produtiva no restante do ano, são positivas, devendo traduzir o patamar de redução, tanto do risco-país quanto da taxa de juros, a estabilidade de preços e o otimismo por parte dos empresários. O consumo das famílias deverá refletir os ganhos de renda real da população, as melhores condições de crédito e o patamar elevado de confiança dos consumidores.

Observa-se, portanto, que o segmento industrial do estado deverá continuar sua trajetória de expansão diante das expectativas de crescimento do PIB nacional aliado à redução gradativa da taxa de juros, que leva a um aquecimento da economia via maior volume de investimentos produtivos, com aumento no crédito e no consumo das famílias. Pode-se, então, esperar um cenário favorável para o crescimento da economia baiana e, conseqüentemente, de seu setor industrial.

VALORIZAÇÃO CAMBIAL AUMENTA DEMANDA POR IMPORTADOS

A balança comercial baiana acumulou, no primeiro quadrimestre de 2007, taxas de crescimento positivas tanto nas exportações quanto nas importações.

No que concerne às exportações, registraram, nos quatro primeiros meses de 2007, crescimento de 8,4% em relação ao mesmo período do ano anterior — em abril, o crescimento foi de 14,2%. Apesar de a valorização cambial não demonstrar impacto negativo sobre o volume das exportações, quando se analisa o volume exportado com base no *quantum*, percebe-se o impacto negativo. No período analisado, o volume de produtos exportados registrou queda de 4,8%. Ou seja, o crescimento das exportações baianas pauta-se, basicamente, na evolução dos preços dos produtos exportados e não nas quantidades exportadas desses mesmos produtos¹.

¹ Essa avaliação se refere ao conjunto total das exportações, uma vez que, no mesmo período, alguns produtos registraram crescimento nas quantidades exportadas.



Na composição das exportações baianas, os destaques individuais foram: "FUEL-OIL", com valor total de US\$ 259,5 milhões; catodos de cobre refinado (US\$ 199,6 milhões) e pasta química madeira (US\$ 198,6 milhões).

A Tabela 3 mostra as exportações baianas segundo os principais segmentos. Nela destaca-se o crescimento de três segmentos: borracha e suas obras (274,5%), com destaque para o crescimento das exportações de outros pneus novos para ônibus ou caminhões (358,6%); máquinas, aparelhos e materiais elétricos (111,9%), sobressaindo-se a expansão nas exportações de eletrodos de carvão para uso em fornos elétricos 204,8%; e, finalmente, químicos e petroquímicos (41,6%), em que as exportações de benzeno registraram a maior variação (76,8%).

Ainda com respeito às exportações, avaliando-as pela classificação das Categorias de Uso, constata-se que

o setor de bens intermediários foi o que representou a maior parte do total das exportações (70,7%); o subitem *insumos industriais* correspondeu a 61,8% de tudo o que foi exportado. Esse último número indica que a produção industrial baiana, voltada para as exportações, está diretamente relacionada à dinâmica industrial do resto do mundo, sobretudo para o conjunto de cinco países — Estados Unidos, Argentina, Holanda, Bahamas e China —, que representam 54,6% do total das exportações da Bahia.

Se a valorização cambial incorre em problemas para as exportações, o mesmo não se pode dizer das importações. Apesar de registrarem queda em abril (-4,1%), no período dos primeiros quatro meses de 2007, o crescimento no valor importado foi de 24,7%, enquanto em termo de *quantum*, o crescimento foi de 23,7%. Segundo relatório da Centro Internacional

Tabela 3
Exportações principais segmentos: Bahia, Jan.-Abr./2007- Jan.-Abr./2006

Segmentos	Valores (US\$ 1000 FOB)		Var. (%)	Part. (%)
	2006	2007		
Químicos e petroquímicos	355.570	503.608	41,6	23,5
Metalúrgicos	252.113	311.910	23,7	14,6
Petróleo e derivados	458.630	304.782	-33,6	14,3
Papel e celulose	219.606	259.412	18,1	12,1
Automotivo	262.213	214.510	-18,2	10,0
Minerais	75.569	84.896	12,3	4,0
Soja e derivados	34.265	61.581	79,7	2,9
Borracha e suas obras	15.102	56.556	274,5	2,6
Cacau e derivados	64.376	55.935	-13,1	2,6
Café e especiarias	27.216	43.351	59,3	2,0
Sisal e derivados	32.221	39.559	22,8	1,9
Couros e peles	26.933	34.121	26,7	1,6
Algodão e seus subprodutos	30.602	29.992	-2,0	1,4
Máqs., apars. e mat. elétricos	12.963	27.464	111,9	1,3
Calçados e suas partes	21.635	22.904	5,9	1,1
Móveis e semelhantes	19.902	19.099	-4,0	0,9
Frutas e suas preparações	11.369	14.291	25,7	0,7
Fumo e derivados	3.935	4.908	24,7	0,2
Pesca e aquicultura	4.524	2.003	-55,7	0,1
Demais segmentos	44.598	48.357	8,4	2,3
Total	1.973.342	2.139.239	8,4	100,0

Fonte: MDIC/SECEX, dados coletados em 14/05/2007

Elaboração: Promo - Centro Internacional de Negócios da Bahia

Conj. & Planej., Salvador, n.155, p.6-21, abr./jun. 2007

“Enquanto o real mantiver a valorização frente ao dólar, as importações devem manter seu ritmo de crescimento; quanto às exportações, irão depender dos preços dos produtos exportados”

de Negócios da Bahia (2007), a expansão das importações está relacionada à “[...] contínua queda do dólar e a necessidade de algumas empresas, em especial exportadoras, de buscar alternativas para não comprometer o médio e longo prazos, já que decisões adiadas agora terão seus reflexos nos próximos anos”.

Nas importações, pela classificação das categorias de uso, destacaram-se o crescimento de bens de consumo duráveis e não-duráveis (66,9% e 68,2%, respectivamente), o que denota o impacto da valorização cambial, na medida em que, com o Real mais forte, a demanda por bens de consumo importados tende a crescer.

Entre os principais produtos importados tem-se: sulfetos de minérios de cobre, com participação de 27,6%, variando 4,6% no quadrimestre, em relação a igual período do ano anterior; naftas para petroquímica (13,7%), que registrou aumento significativo de 46,1%; automóveis (4,8%), com variação de 64,1%; e cacau (2,4%), com incremento de 47,7%.

Dada a atual configuração da economia brasileira, espera-se, para os próximos meses, que a balança comercial baiana mantenha a tendência atual. Enquanto o real mantiver a valorização frente ao dólar, as importações devem manter seu ritmo de crescimento; quanto às exportações, irão depender dos preços dos produtos exportados.

COMPORTAMENTO DO VAREJO ANIMA MERCADO

O comércio varejista do país apresentou resultados satisfatórios nas diversas perspectivas observadas. De acordo com a PMC, realizada pelo IBGE, em março de 2007, a taxa de variação alcançou 11,5% sobre março de 2006. Nas demais comparações, os dados também foram positivos, sendo de 9,7% no acumulado dos três primeiros meses do ano e de 7,3% no acumulado dos últimos 12 meses.

Na Bahia, o volume de vendas do comércio varejista em março de 2007 se expandiu em 9,3%, em relação a igual mês do ano passado, constituindo-se no quadragésimo mês consecutivo de atuação favorável. Parte desse desempenho pode ser atribuído ao “Liquida Salvador”, movimento realizado pelos lojistas, que envolve os diversos segmentos varejistas da capital, bem como alguns municípios do interior do estado. A outra questão é a influência da Páscoa, uma vez que a data ocorreu na primeira semana de abril, permitindo que os consumidores antecipssem suas compras.

As sucessivas taxas de crescimento nas vendas devem-se a um cenário mais estável da economia brasileira. A estabilidade da inflação, a maior oferta de crédito, a recuperação gradual do rendimento dos consumidores e a elasticidade dos prazos de parcelamento das compras, além da valorização do real foram determinantes para o aquecimento da demanda interna. Nesse aspecto, os resultados positivos apurados durante todo o ano passado e nos primeiros meses de 2007 levaram a uma expansão nos negócios da ordem de 11,1% para o acumulado do ano e 10% para o acumulado dos últimos 12 meses.

De acordo com os dados da PMC, considerando a trimestralidade, sete de um total de oito ramos de atividade que compõem o volume de vendas apresentaram desempenhos positivos nos primeiros meses de 2007, com exceção do segmento de Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação (-1,6%), conforme pode ser observa-

do na Tabela 4. Esse resultado reflete a desaceleração ocorrida nos cinco meses anteriores. O recuo no nível de atividade do ramo é atribuído ao fato dos consumidores preferirem adquirir esses equipamentos em lojas de outros segmentos, como Móveis e eletrodomésticos e Hipermercados e supermercados (VENDAS..., 2007a).

Tabela 4
Variação no volume de vendas no varejo¹: Bahia, Mar/2007

Classes e gêneros	Mensal ²	No ano ³	12 meses ⁴
Comércio varejista	9,3	11,1	10,0
Combustíveis e lubrificantes	3,7	1,3	-1,1
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	6,2	11,6	14,5
Hipermercados e supermercados	11,4	17,2	23,6
Tecidos, vestuário e calçados	17,8	12,5	3,7
Móveis e eletrodomésticos	14,6	19,9	17,4
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	14,2	11,0	4,6
Livros, jornais, revistas e papelaria	11,2	13,8	-21,3
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	6,3	-1,6	6,4
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	33,2	24,0	17,0
Veículos, motos e peças	11,5	11,6	16,7
Materiais de construção	3,1	3,2	2,3

Fonte: IBGE/ Diretoria de Pesquisas / Departamento de Comércio e Serviços

Obs: "nd" significa que o dado não está disponível

¹ Dados deflacionados pelo IPCA

² Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior

³ Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior

⁴ Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

Por atividade, levando-se em consideração a contribuição para o resultado global do varejo baiano, os principais destaques para o trimestre foram os segmentos de Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (11,6%); Móveis e eletrodomésticos (19,9%); Outros artigos de uso pessoal e doméstico (24,0%); Tecidos, vestuário e calçados (12,5%); Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos (11,0%); seguidos por Combustíveis e lubrificantes (1,3%); e Livros, jornais, revistas e papelaria

(13,8%). Obteve-se, ainda, variação positiva para o subgrupo de Hipermercados e supermercados de 17,2%.

Nesse mesmo período, observou-se uma expansão nas vendas de *veículos, motos, partes e peças* na ordem de 11,6%, e material de construção de 3,2%, mas esses grupos não entram na composição do indicador de volume de vendas, fazendo parte do comércio varejista ampliado. O movimento do primeiro grupo decorre das estratégias adotadas pelas instituições financeiras ligadas às montadoras de reduzir os juros cobrados e alongar os prazos de financiamento; e o segundo, deriva do incentivo conferido pelas medidas oficiais de governo.

Em decorrência das expressivas taxas de expansão nas vendas, verificadas nos meses anteriores, o segmento de *hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo* registrou variação acumulada no ano de 11,6%. Tratando-se de um grupo que comercializa, prioritariamente, gêneros de primeira necessidade, verifica-se que o aumento do poder de compra da população e a estabilidade no emprego continuam sendo as principais justificativas para a expansão das vendas do setor. No subgrupo de *hipermercados e supermercados*, a variação foi ainda mais significativa (17,2%). As constantes promoções realizadas pelas grandes redes e a comercialização de grande variedade de produtos importados contribuíram para impulsionar os negócios.

No segmento de *móveis e eletrodomésticos*, a manutenção das condições favoráveis de crédito, rendimento real, emprego e preços são os principais determinantes para explicar o desempenho apresentado pelo setor nos primeiros três meses de 2007.

No acumulado do ano, o ramo de *outros artigos de uso pessoal e doméstico* apresentou o terceiro melhor desempenho do varejo, o que pode ser creditado às características dos artigos que o segmento comercializa e também ao efeito da páscoa, uma vez que as lojas de departamento se destacam na venda desses produtos.

O segmento de *tecidos, vestuário e calçados*, quarto maior impacto positivo no resultado do varejo baiano nesse primeiro trimestre de 2007, expandiu as vendas em 12,5%. A melhora nos negócios pode ser explica-

“O desempenho apresentado pelo comércio nos primeiros meses de 2007 deixa os analistas de mercado otimistas quanto ao comportamento do setor nos próximos meses do ano”

da por um significativo crescimento apresentado pelo setor no mês de março (17,8%), influenciado pela campanha do “Liquida Salvador” e pela redução de preços motivada pelo aumento das importações.

Na atividade de *artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos*, a expansão nas vendas é atribuída à elevação do salário e à diversificação na linha de produtos oferecidos. Além disso, o segmento de farmácia comercializa produtos genéricos, cujos preços mais acessíveis à parcela da população de menor poder aquisitivo tem sua procura intensificada.

O segmento de *combustíveis e lubrificantes* apresentou, no primeiro trimestre de 2007, variação positiva de 1,3%. Segundo o IBGE, esse comportamento é atribuído à estabilização dos preços nos últimos meses, “[...] conjugada com a melhoria das condições econômicas do país” (PESQUISA MENSAL DO COMÉRCIO, 2007, p. 1).

No ramo de *livros, jornais, revistas e papelaria*, o crescimento nas vendas, registrado para o período, foi de 13,8%. Inversamente ao ocorrido durante os 12 meses do ano passado, o setor apresenta, nos três primeiros meses de 2007, sucessivas taxas positivas. Justifica esse desempenho o aumento das vendas de material escolar, verificada no início do ano.

O desempenho apresentado pelo comércio nos primeiros meses de 2007 deixa os analistas de mercado otimistas quanto ao comportamento do setor nos pró-

ximos meses do ano. As vendas neste período têm os melhores resultados para o primeiro trimestre desde 2001. Para Otavio Aidar, economista da Rosenberg & Associados, “os resultados sugerem que o comércio irá muito bem durante o ano, puxando a indústria” (VENDAS ..., 2007, p. 1). Para Reinaldo Pereira, técnico da coordenação de comércio do IBGE, mantidas as atuais condições favoráveis da economia, o comércio varejista deverá registrar neste ano um crescimento superior ao apresentado em 2006 (FARID, 2007a).

A expectativa de que o comércio continue nos próximos meses apresentando dinamismo nas vendas, diante dos prognósticos favoráveis ao aumento do emprego formal e da manutenção das reduções da taxa básica de juros (SELIC), associado à implantação do PAC pelo governo, traz novo ânimo para o setor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Outros indicadores confirmam o desempenho positivo da economia baiana durante o primeiro trimestre: aumento de 6,9% no consumo de cimento baiano, no período janeiro-março, antecipando um provável crescimento no setor da construção civil. E aumento na arrecadação tributária, com resultado de R\$ 2,130 bilhões, no primeiro trimestre de 2007, com um acréscimo de 3,7% em relação ao mesmo período de 2006. As receitas provenientes do ICMS, que equivalem a 90% da receita tributária, representaram uma arrecadação de R\$ 1,913 bilhão no período.

Outro indicador que pode ser destacado é a reduzida taxa de inflação observada no município de Salvador. Segundo cálculo da SEI, no primeiro quadrimestre do ano, o IPC registrou taxa de 1,4%. No mesmo período de 2006, a taxa apurada foi de 2,1%. Os grupos que apresentaram as taxas mais elevadas neste princípio de ano foram: transporte e comunicação (4,7%), habitação e encargos (2,1%), e alimentos e bebidas (2,1%).

Diante do exposto, espera-se que o nível de atividade econômica no estado da Bahia entre numa trajetória de crescimento superior ao observado em 2006. A expansão do setor agropecuário seria resultado da combina-

ção de uma boa safra de grãos, com preços em alta das principais *commodities*, como, por exemplo, a soja.

Na indústria, o crescimento deve ser impulsionado principalmente pela construção civil, tendo-se como base as principais medidas de política econômica para estimular o crescimento do país, como também os novos investimentos no setor de transformação. O principal estímulo deve ter origem na demanda do mercado interno, beneficiando, no primeiro momento, a indústria de bens não duráveis e duráveis, como, por exemplo, os segmentos de alimentos e bebidas e veículos; no segundo momento, a maior dinâmica da economia brasileira, poderá gerar um aumento na demanda por bens intermediários, principalmente dos segmentos químicos, metalúrgicos, siderúrgicos e de celulose.

Para o comércio varejista, especula-se que continue apresentando dinamismo nas vendas, mesmo que em algum momento haja uma amenização no ritmo de expansão. O prognóstico otimista para tal comportamento tem como base a manutenção da queda nas taxas de juros, a ampliação da massa salarial e a dinamização da economia com implantação das medidas econômicas do governo federal.

A dinâmica dos principais setores da economia deve repercutir na taxa de ocupação de mão-de-obra, revertendo a trajetória de queda no nível de emprego, principalmente no setor industrial e, conseqüentemente, no aumento da massa salarial da população, que já vem apresentando indícios de recuperação.

Assim, quanto ao mercado de trabalho, segundo dados apurados pela PME, em março de 2007, havia 2.901 mil pessoas em idade ativa na Região Metropolitana de Salvador. Deste total, 50,6% encontravam-se ocupadas (nível de ocupação), 8,3% desocupadas e 41,0% não economicamente ativas. A taxa de atividade (59,0%) não apresentou modificação significativa na comparação mensal, mas cresceu 1,8 pontos percentuais em relação ao mesmo mês do ano anterior. Com relação à taxa de desocupação, observou-se aumento, tanto na comparação com fevereiro de 2007 (13,6%) quanto em relação a março de 2006 (13,7%), alcançando taxa de 14,0% em março (ano?).

No tocante ao rendimento médio real habitualmente recebido em março pelas pessoas ocupadas da RMS (R\$ 854,50), apresentou-se estável frente a fevereiro de 2007 e com acréscimo de 3,5% em relação ao mesmo mês do ano anterior.

Conclui-se então que um maior crescimento da economia baiana poderá advir do sucesso da política econômica brasileira que pretende, com o PAC, estimular a demanda agregada no curto prazo, com intuito de viabilizar aceleração nas taxas de crescimento, dando mais dinâmica às principais atividades econômicas.

REFERÊNCIAS

ACOMPANHAMENTO CONJUNTURAL. Salvador, FIEB, abr. 2007. Disponível em: <www.fieb.ba.gov.br>. Acesso em: 12 maio 2007.

AGROMENSAL. Algodão CEPEA, mar. 2007. Disponível em: <http://cepea.esalq.usp.br/agromensal/2007/03_mar%e7o/Algodao.htm>. Acesso em: 15 maio 2007.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PAPELÃO ONDULADO. Estatísticas. Disponível em: <http://abpo.com.br>. Acesso em: 15 maio 2007.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Relatório de inflação*. Disponível em: <www.bacen.gov.br> Acesso em : 15 maio 2007.

BOLETIM DE CONJUNTURA. Brasília, IPEA, n. 76, mar. 2007. Disponível em: <www.ipea.gov.br> Acesso em: 14 maio 2007.

_____. Brasília, IPEA, n.74. Disponível em : <www.ipea.gov.br>, Acesso em: 17 maio 2007.

BRASIL. Ministério dos Transportes. *Balanco do Programa de Aceleração do Crescimento*. Disponível em: <http://www.transportes.gov.br/PAC/PAC_Balanco1.pdf> Acesso em: 17 maio 2007.

BRASKEM investe menos em 2007. *Gazeta Mercantil*, 9, 10, 11 fev. 2007. Caderno C, p.4.

CAMARGO, Ana Paula. Papelão ondulado registra demanda três vezes maior. *Notícias e destaques*. Disponível em: <www.reciclaveis.com.br> Acesso em: 17 maio 2007.

CARTA DE CONJUNTURA. Rio de Janeiro, UFRJ, Ano 7, n.81, mar./abr. 2007. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/conjuntura/cartas_de_conjuntura/index.php>, Acesso em: 17 maio 2007.

CENTRO INTERNACIONAL DE NEGÓCIOS DA BAHIA. *Informativo de comércio exterior*. Disponível em: <<http://www.promobahia.com.br>>. Acesso em: 16 maio 2007.

EXPORTAÇÕES baianas crescem 14,2% em abril. Disponível em: <<http://www.promobahia.com.br/apresentacao.asp#>>. Acesso em: 17 maio 2007.

FARID, Jacqueline. Comércio varejista tem o melhor trimestre desde 2002. De janeiro a março, vendas cresceram 9,7% sobre igual período de 2006. *Jornal do Commercio*, 16 maio 2007. Disponível em: <<http://www.andima.com.br>> Acesso em: 16 maio 2007a.

_____. Vendas no varejo têm o melhor primeiro trimestre desde 2002. Negócios cresceram 9,7% no período e melhoraram ainda mais em março. *Jornal O Estado de S. Paulo*, Rio de Janeiro, 16 maio 2007. Disponível em: <<http://www.andima.com.br>> Acesso em: 16 maio 2007b.

IBGE. *Nota técnica - atualização das projeções de crescimento do PIB: ajustes às novas séries de contas nacionais*. Rio de Janeiro, abr. 2007. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/conjuntura/cartas_de_conjuntura/index.php>, Acesso em: 17 maio 2007.

ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br>. Acesso em: 17 maio 2007.

LEVANTAMENTO SISTEMÁTICO DA PRODUÇÃO - Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, abr. 2007. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>> Acesso em: 17 maio 2007.

PESQUISA MENSAL DE COMÉRCIO. Rio de Janeiro: IBGE, mar. 2007. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 11 maio 2007.

PESQUISA MENSAL DE EMPREGO. Rio de Janeiro, IBGE, mar. 2007. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>> Acesso em: 11 maio 2007.

PRODUÇÃO INDUSTRIAL MENSAL. Rio de Janeiro: IBGE, mar. 2007. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 10 maio 2007

MILHO: mercado segue instável. Disponível em: <<http://www.srb.org.br/modules/news/article.php?storyid=2197>> Acesso em: 15 de maio 2007.

OITAVO levantamento de grãos 2006-2007. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br/conabweb/download/safra/8levsafra.pdf>>. Acesso em: 16 maio 2007.

OTIMISMO do empresários é recorde, aponta pesquisa. Folha de São Paulo, 24 abril 2007, Caderno Dinheiro.

PREÇO alto da soja corrói lucro da Brasil. Ecodiesel. Disponível em: <<http://www.aiba.com.br/>>. Acesso em: 15 de maio 2007.

SEGUNDO levantamento de café 2007-2008. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br/conabweb/download/safra/Boletim.pdf>>. Acesso em: 16 maio 2007.

SETOR investe na expansão da capacidade. *Gazeta Mercantil*, 23, 24, 25 fev. 2007. Caderno C, p.5.

SOARES, Pedro; SPITZ, Clarice. Vendas do varejo sobem 11,5% em março. Alta foi em relação ao mesmo mês de 2006; no primeiro trimestre do ano, crescimento atingiu de 9,7%, segundo o IBGE. Entre os efeitos positivos sobre o comércio, estão o aumento do rendimento, a estabilidade do emprego, a queda dos juros e o crédito. *Folha de S. Paulo*, Rio de Janeiro, 16 maio 2007.

SUZANO reduz custos e diversifica produção. *Gazeta Mercantil*, 12 mar 2007,. Caderno C, p. 5.

VENDAS do comércio aumentam 11,1% no primeiro trimestre. *Release* – mar. 2007. Disponível em: <<http://www.sei.ba.gov.br>> Acesso em: 16 maio 2007a.

VENDAS do varejo crescem 9,7% no primeiro trimestre. *Gazeta Mercantil*, Rio e São Paulo, 16 maio 2007. Disponível em: <http://www.andima.com.br> Acesso em: 16 maio 2007b.

Vida sustentável

João Damásio

ESPECIALISTA FALA DE AÇÕES PARA REDUZIR O IMPACTO AMBIENTAL DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS

“O homem é um degradador por natureza, que continuamente captura energia, mas não sabe produzir”. A explicação de João Damásio de Oliveira Filho, especialista em Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente pela Universidade de Washington, nos lembra da dificuldade de colocar em prática o conceito de “desenvolvimento sustentável”. Nesta entrevista, o professor da UFBA e doutor em Economia pela Universidade de Boston fala sobre a impossibilidade de devolvermos ao planeta a energia que consumimos – apesar das muitas ações possíveis para uma exploração bem mais racional do que a praticada atualmente. Confira o ponto de vista do pesquisador sobre utilização da água, tratamento do lixo, controle ambiental e Protocolo de Kyoto.

C&P - O que tem sido feito para melhorar o aproveitamento dos recursos hídricos no Brasil?

João Damásio - O gerenciamento racional do uso da água chama a atenção não só por ser atual, mas porque os mecanismos institucionais para realizá-lo foram criados com o Código Nacional de Águas e com a criação da Agência Nacional da Água (ANA). Hoje, já é lei que todas as bacias hidrográficas deverão ter um Comitê de Bacias, que, eventualmente,

após a apresentação de um plano de gerenciamento, será transformado numa Agência de Águas com autonomia para efetuar a cobrança da utilização de recursos hídricos.

C&P - Como deve ser a cobrança?

JD - Muita gente se assusta quando eu falo em cobrança dos recursos hídricos: “vão começar a cobrar água?”. Como, se todo mundo já paga água há muito

tempo? Quem não pagava eram empresas, que muitas vezes não faziam uso racional dessa água. Meu interesse por esta questão surgiu ainda no início dos anos 90, ao fazer um trabalho de EIA/RIMA sobre um projeto que buscava se instalar no litoral norte da Bahia. Descobri que eles pretendiam captar, de início, 1 m³ por segundo e a seguir — quando entrasse em plena operação — até 2 m³ por segundo de um rio cuja vazão média anual era 3 m³ por segundo. Ou seja, iriam tirar 1/3 do rio para eles e depois 2/3. É claro que fui contrário a isso. Indaguei: “Porque vocês não utilizam água do subsolo, uma vez que estamos em cima do lençol São Sebastião, que é enorme?” Eles disseram: “Água do subsolo paga imposto, além de termos gastos com energia, enquanto a água da superfície é de graça.” É lógico que uma atitude como essa não leva em consideração os demais usos alternativos da água. A idéia do projeto era fazer barragens para regularizar o fluxo do rio, e assim ter acesso aos tais 2 m³ por segundo ao longo do ano, independente da análise sobre os efeitos a jusante e no estuário. O que me parece extremamente importante não é só o mapeamento de todo o sistema de bacias do Estado da Bahia — quando eu digo mapeamento não é apenas do ponto de vista hidrográfico, mas também sócio-econômico-ambiental — de forma que as intervenções feitas sobre os mananciais possam ter todos os seus impactos calculados. Não apenas impactos econômicos diretos, mas ao longo da cadeia produtiva e dos grupamentos sociais direta-

“Em economia, aprendemos que a forma desigual de agir sobre desiguais é cobrar igual. Desiguais devem pagar desigualmente, para que haja justiça social. É necessário criar critérios de cobranças (pelo uso da água) que levem em consideração a valoração econômica.”

mente envolvidos, consideradas também as populações animais dos meios aquáticos e terrestres. Também das regiões estuarianas e dos manguezais, que são diretamente afetadas por alterações na vazão desses rios. Trata-se, mais do que nunca, de buscar entender, qualificar e classificar cada curso de água segundo critérios de vazão ecológica. Isso até o momento não existe; é só um termo bonito. É necessário arregaçar as mangas e partir para um estudo de vazão ecológica que resulte em formas eficientes de cobrança. Neste ponto, quero chamar a atenção para o fato de que a cobrança da água não pode ser feita como em outros Estados, simplesmente por valores

parametrizados (que são no fundo um bom “chute”). Muitos os chamam de parâmetros técnicos. Não são necessariamente parâmetros econômicos, uma vez que estabelecem cobranças idênticas para todos. Em economia, aprendemos que a forma desigual de agir sobre desiguais é cobrar igual. Desiguais devem pagar desigualmente, para que haja justiça social. É necessário criar critérios de cobranças que levem em consideração a valoração econômica.

C&P - Uma cobrança como essa não seria mal recebida?

JD - Para entender a repercussão é necessário levar em consideração duas coisas. Primeiro: muitas vezes, essas propostas de cobrança estão baseadas apenas nos custos de produção, que podem estar desalinhados com o excedente bruto gerado em cada um dos ramos. Às vezes uma cobrança pode ser muito pequena quando comparada com o custo de produção, porém muito grande diante do excedente econômico gerado naquele segmento. É necessário entender se o usuário tem como repassar esse custo — o que certamente geraria algum tipo de pressão inflacionária — ou se ele vai ter que retirar da “gordura”, do que recebe; ou seja, deduzir do seu excedente bruto, porque não tem capacidade de repassar preço. Então, há usuários de ambos os tipos e isso exige cuidado de análise econômica. A coisa não pode ser feita de uma forma simplesmente técnica ou impositiva, porque as repercussões podem ser sérias no médio prazo. A segunda questão está relacionada com a cobrança

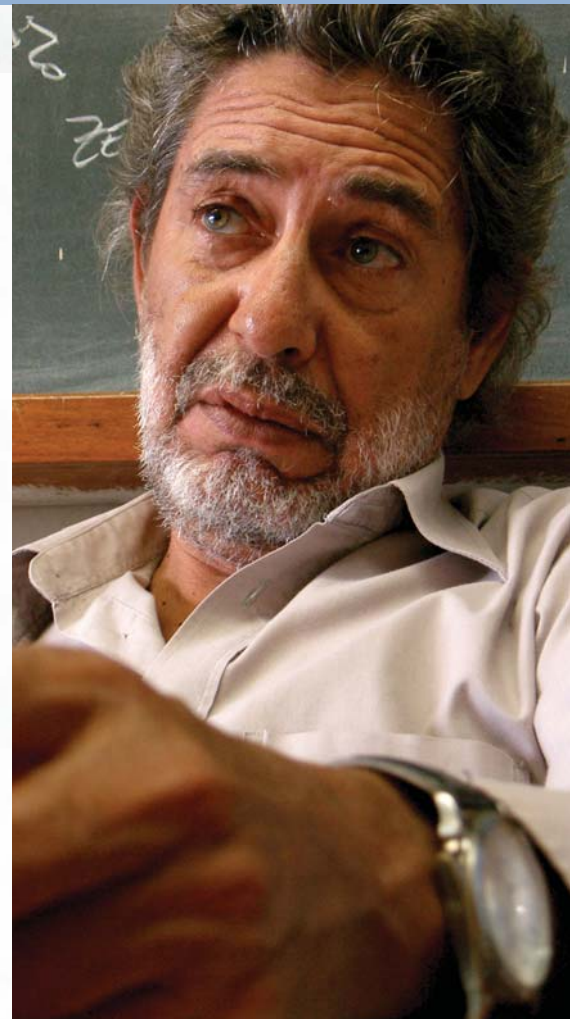
ao longo da cadeia. Isso é repetido como dogma, mas as pessoas não entendem direito. Não tenho a menor dúvida, na questão da água, que não se trata apenas de cobrar por cobrar; é necessário que os comitês de bacias estejam interessados na análise da qualidade dessa água. Portanto, vazão ecológica não é apenas de volume de água; os comitês e agências de bacias precisam estar preocupados com a qualidade do efluente lançado. Ele deve permitir a continuidade da vida na água e a sua utilização para quem estiver vivendo a jusante do rio. Do contrário, vamos cair numa situação “à la” Rio Paraíba do Sul, em que a cidade joga o seu esgoto com tratamento mínimo num rio cujas águas vão ser capturadas novamente 15 km abaixo, tendo de ser tratadas para consumo humano; depois são novamente lançadas e capturadas 20 km depois. Até chegar à foz do rio, terão sido capturadas e jogadas sujas umas 40 ou 50 vezes. Isso não faz sentido!

C&P - Existem alternativas para o problema do esgotamento sanitário?

JD - A mudança de paradigma na questão da água me leva ao segundo assunto, que é a questão do lixo e do esgotamento sanitário — resíduos da ocupação humana. Prefiro tratar dessa forma, pois resíduo é lixo mais esgotamento sanitário. Este paradigma — que já dura dois séculos —, para o qual saneamento é retirar resíduos e jogar na água, está formando profissionais treinados para jogar os líquidos na água e enterrar os sólidos. Fazemos trabalhos complexos

“Este paradigma — que já dura dois séculos —, para o qual saneamento é retirar resíduos e jogar na água, está formando profissionais treinados para jogar os líquidos na água e enterrar os sólidos.”

— a exemplo do Bahia Azul, que inverte curso de rios, gasta energia —, com um tratamento claramente insuficiente, e jogamos os esgotos de toda a cidade, ligado à rede de esgotamento sanitário no interior da Baía de Todos os Santos. Isso é chamado de Bahia Azul. Sempre me opus ao projeto, pois juntava todos os resíduos num único lugar para jogar no emissário. O que está faltando? Fazer o tratamento desse resíduo de forma adequada, e não o dispor num lugar como a Baía, que tem um ritmo relativamente baixo de renovação de águas e tende a acumular um volume crescente de lodo orgânico no seu fundo. A longo prazo, ele pode trazer questões imprevistas. Quando esse lodo se deposita por algumas décadas no fundo de uma água de pouca movimentação, vai simplesmente eliminando a capacidade de aeração, gerando digestão anaeróbica. Isto é, começa-se a produzir gás natural. A situação se agrava caso se esqueça que parte do esgotamento



lançado hoje no emissário é efluente de empresas. Ou seja, também efluentes industriais estão sendo jogados junto com o esgotamento sanitário humano. Isso pode gerar problemas não devidamente equacionados a longo prazo.

C&P - A recente mortandade de peixes na Baía de Todos os Santos está relacionada com essa questão?

JD - Não posso afirmar com certeza. Mas não é esquisita uma maré vermelha, na qual não se descobre que empresa lançou os resíduos; na qual um cara diz “isso é natural”, e dali a três meses ocorre de novo? Natural é ocorrer sempre

uma coisa que nunca ocorria? Não tenho elementos para apontar a causa, mas ela deve ser investigada. Fizemos e continuamos a fazer uma mudança no ambiente do fundo da Baía; o processo é cumulativo. Seria importante ter clareza do acompanhamento disso e saber se há algum tipo de relação de causa e efeito.

C&P - Fale um pouco mais sobre o Bahia Azul.

JD - Minha defesa, na época, era para que se fizesse a digestão anaeróbica na saída, já que a maior parte do investimento levava todo o esgotamento sanitário para uma única localização. Porque esta digestão gera gás natural. Antigamente, quando se falava isso todo mundo perguntava “e daí, o que se faz com gás natural?” Hoje todos sabem, e estão pagando caro por esse gás da Bolívia. Existe, sim, utilização econômica já articulada, montada, estabelecida para a utilização desse gás. E o que sobra da digestão anaeróbica após ser, devidamente tratado com vetores patogênicos, pode ser usado como adubo orgânico, reduzindo a necessidade de importação de adubos. É uma questão de alguém sair à frente, levantando a bandeira e declarando viável o processo, ainda mais a partir do Protocolo de Kyoto.

C&P - Por quê?

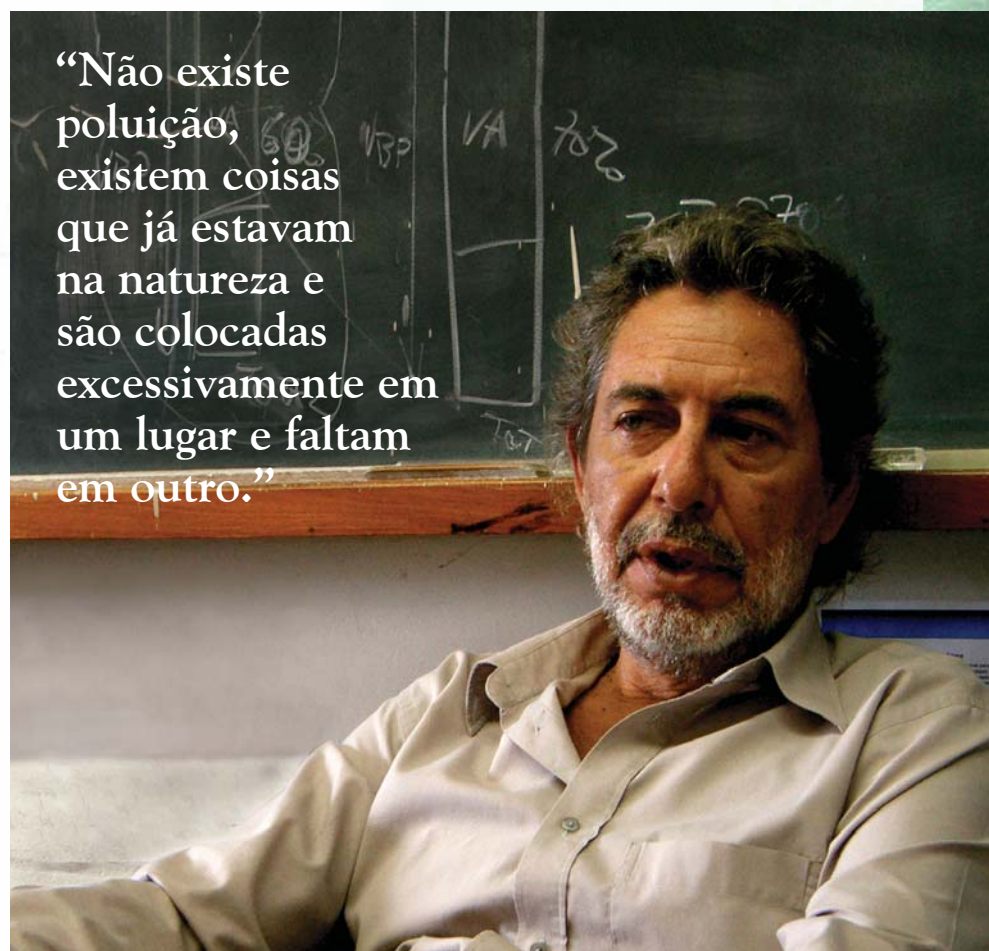
JD - Porque um projeto dessa natureza demonstra a captura de carbono, a qual gera bônus que hoje podem ser comercializados numa bolsa de créditos de carbono, tornando-se viável economicamente.

Sempre se dizia: “uma coisa como essa não tem viabilidade econômica”. Eu digo: hoje tem três caminhos. Vender o gás natural; utilizar o resto do lodo como adubo, devidamente eliminados os vetores patogênicos; e cobrar os seus créditos de carbono, porque se está evitando emissão. Penso ser esse um primeiro passo. Lógico que estou falando de nosso exemplo, em que os dejetos são jogados na Baía de Todos os Santos. Retomando a questão da água, dá para perceber que, se ao invés de fazerem com que o esgotamento sanitário seja jogado na água, as prefeituras o destinassem para tratamento, geração de gás e adubo e cobrança de crédito de carbono, o processo

se tornaria auto-sustentável. Ao mesmo tempo, os cursos d'água se mantêm menos sujos, pois o maior poluente atual das águas brasileiras, em todas as bacias, é o esgotamento sanitário. É esgoto humano não tratado, junto com outros efluentes.

C&P - Falamos apenas da poluição líquida. E quanto aos resíduos sólidos?

JD - Sobre poluição, gosto muito do que dizia o Lutzenberg: “Não existe poluição, existem coisas que já estavam na natureza e são colocadas excessivamente em um lugar e faltam em outro.” Nós retiramos elementos orgânicos da natureza em forma de alimentos,



ingerimos, digerimos e jogamos os resíduos na água. Nisso fazemos duas bobagens. Primeiro, retiramos elementos orgânicos da natureza e não os retornamos para lá; segundo, sujamos um lugar sem necessidade. Temos de mudar radicalmente o paradigma. Água não é para sujar, mas para ser utilizada racionalmente; os resíduos e dejetos não devem retornar ao curso d'água, na medida do possível.

Quando eu me referi a resíduos, falei também em lixo e na questão da destinação de sólidos a aterros. Ora, aterros sanitários vêm sendo apresentados há algum tempo como sendo a solução racional, muito melhor do que lixão. Não tenho a menor dúvida, porque lixão é o fim do mundo: as coisas ficam a céu aberto, gerando vetores, focos de doenças endêmicas e epidêmicas, contaminando o lençol freático, via chorume, e criando outros problemas sociais. O lixo é composto por dois tipos de produtos: um volume enorme de recicláveis que, hoje, são simplesmente enterrados, sem qualquer coleta nem separação, porque a maior parte dos contratos de prefeituras com as coletadoras privadas de lixo é feita por volume e peso; portanto, essas terceirizadas não têm o menor interesse em permitir que cooperativas de catadores de materiais recicláveis tenham acesso a esses produtos. Outros resíduos são orgânicos: restos de comida, animais mortos. Estes podem ser tratados em usina de compostagem. Não precisa ser enterrado, pode ser transformado — compostagem é adubo. Aí tem que haver uma mudança, ou seja,

uma legislação exigindo que todo o lixo urbano passe previamente por coleta, catação e separação dos recicláveis antes de a terceirizada destiná-los para essa deposição final. Esse é um primeiro passo, na medida em que as cooperativas de catadores de materiais recicláveis vêm crescendo no Brasil.

C&P - A coleta seletiva de Salvador tem mostrado resultado?

JD - Aqui em Salvador temos a CAEC, que faz parte do movimento nacional e é uma das associações mais eficientes. Porém as cooperativas não têm acesso sequer a 5% de todo o material reciclável do Estado, simplesmente porque 95% é enterrado vivo, como lixo. Isso não faz sentido — porque é fantástica a economia de energia ao se reciclarem plástico e papel —, tanto do ponto de vista da cobertura vegetal, como do ponto de vista da utilização da água. Não faz sentido do ponto de vista social, porque boa parte dos que hoje são cooperados na catação de lixo são justamente os ex-badameiros, pessoas que estavam no mais simples estrato da condição humana: desempregados, não-instruídos, desinformados. Hoje essas pessoas começam a trabalhar, a ter uma renda cooperada crescente. Em alguns casos transformam o material na própria planta de reciclagem. A gente tem que estar atento para isso, porque é uma frente ambiental contemporânea, faz toda a racionalidade econômica possível.

C&P - As questões parecem relacionadas.

JD - Água, lixo, esgotamento sanitário. Estou tentando mostrar

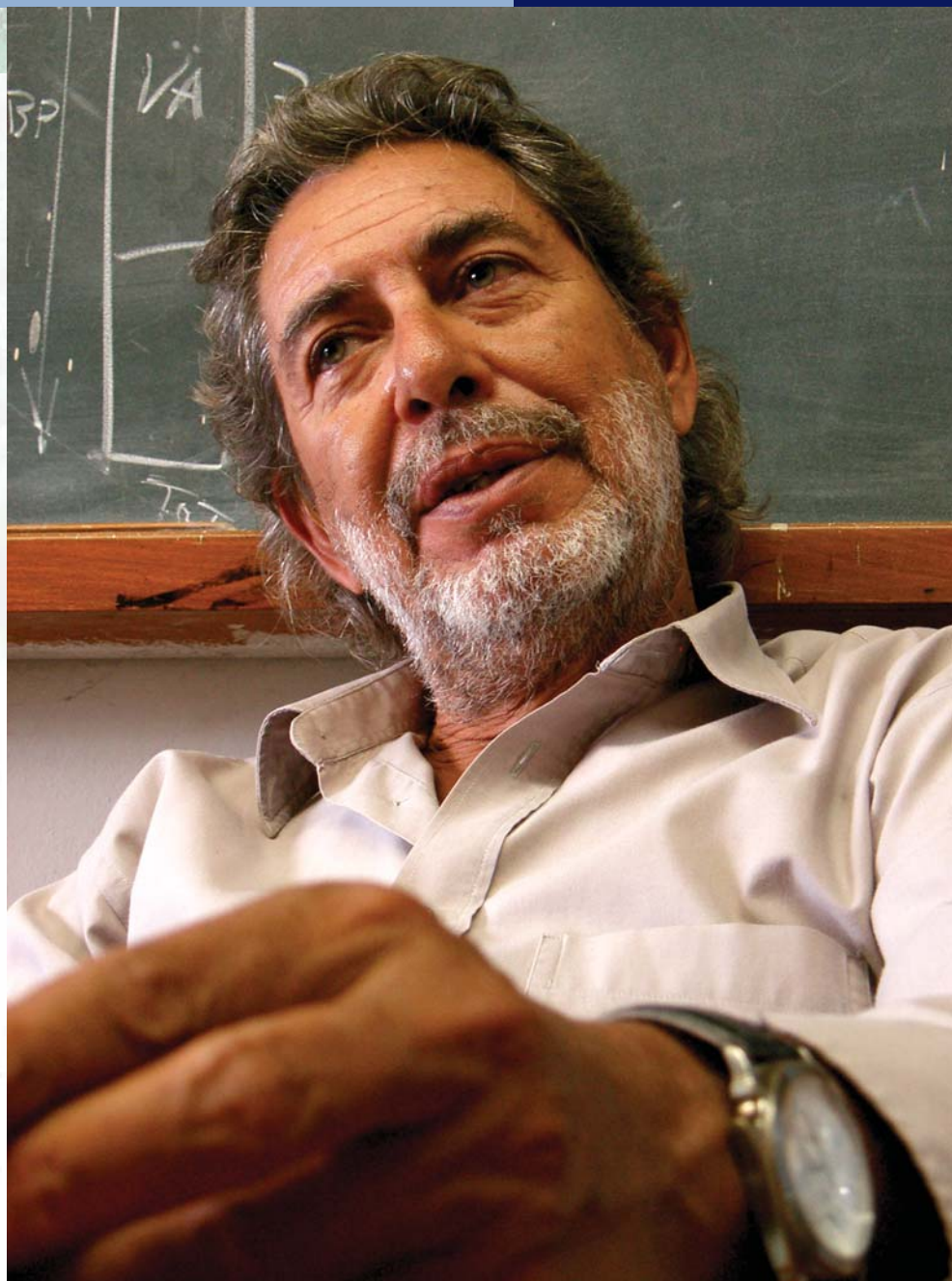
que essas três coisas são absolutamente ligadas; não dá para falar em uma sem falar nas outras. É importante pensar na mudança de paradigma. A questão ambiental de curtíssimo prazo tem a ver com qualidade de água, mas também com destinação de resíduos. Parar radicalmente de jogar resíduos na água e passar a tratar o lixo urbano como uma coisa lucrativa para a sociedade. Promover inclusão social dos estratos menos favorecidos na forma de cooperativas de catadores de materiais recicláveis é economia de energia, menos danos ao meio ambiente. Enfim, uma utilização mais conservadora dos recursos naturais. Esse é um modelo no qual todos os resíduos são reddestinados. É reciclado? Volta para a indústria. Orgânico? Compostagem. Esgotamento sanitário? Tratamento.

C&P - Como o Protocolo de Kyoto e o relatório da ONU sobre o clima afetam o Brasil?

JD - A primeira parte do Protocolo já está em andamento. Trata-se da captura de carbono e emissão de créditos de carbono pelo Banco Mundial. É um mercado. Por exemplo, já existem avaliações que permitem saber o potencial de uma cidade do porte de Feira de Santana em gerar bons milhões de dólares anuais apenas com lixo orgânico. Por outro lado, é necessário entender que as emissões precisam ser mantidas sob controle. É muito estranho falar em controle num país que não consegue sequer controlar as queimadas da Amazônia nem a destruição da floresta. O problema do reflorestamento é que não se substituem flo-

“Já existem avaliações que permitem saber o potencial de uma cidade do porte de Feira de Santana em gerar bons milhões de dólares anuais apenas com lixo orgânico.”

restas complexas como a Amazônia ou a Mata Atlântica com a mesma dinâmica de biodiversidade, nem com a mesma dinâmica do micro-clima e das precipitações da floresta homogênea. Veja o que aconteceu com a alteração do micro-clima na região cacaujeira. Já não chove lá como há 30 anos; a substituição de parte importante da Mata Atlântica pela mata de monocultura do eucalipto alterou o regime pluvial. Então, independente da ocorrência da vassoura-de-bruxa, o ritmo do micro-clima do sul da Bahia hoje está completamente alterado. É lógico que, para cuidar de emissões e do seu ritmo, é necessário um reaparelhamento dos órgãos ambientais. Quando eu digo reaparelhamento, isso não deve ser entendido como crítica aos órgãos de gerenciamento ambiental, muito pelo contrário, é um incentivo a que eles consigam aumentar os seus quadros técnicos, tenham recursos para desenvolver as suas tarefas. Sabemos que são heranças de governos anteriores, mas se o Brasil vai algum dia mostrar que tem responsabilidade ambiental, é necessário que haja



uma destinação formal em volume crescente para a formação, capacitação e treinamento de técnicos na área ambiental. O mesmo para a criação de postos nessa área. Ao mesmo tempo, destinação de recursos que permitam a essa tarefa de licenciamento ambiental e fiscalização de emissões ser tratada com a seriedade necessária. Isso me parece fundamental depois da divulgação do Painel Intergovernamental

de Mudanças Climáticas (IPCC), o relatório da ONU que mostra uma necessidade de monitoramento maior e mais próximo para obter esse tipo de controle. Essa reunião de Bancoc destacou os principais poluidores do mundo, que hoje são, sem dúvida — e não podem escapar do crivo —, EUA, China e União Européia. Esses três blocos terão que ser colocados em escrutínio. Porém, para as próximas décadas,

os desenvolvimentos em emissões de países como Índia, Brasil, África do Sul e México terão que ser considerados claramente. Neste sentido é necessário reorientar a ordenação da utilização dos recursos naturais em nosso país.

C&P - O que pode ser melhorado nas instituições ambientais?

JD - As pessoas têm de ser formadas e empregadas, com recursos em mãos. Recursos, muitas vezes, não é só dinheiro, é equipamento também, para que as coisas sejam feitas. O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), por exemplo, faz um tratamento de fotos de satélites com GPS sobre a Amazônia que é capaz de dizer na hora se acenderam um fogo lá. Só que não adianta, porque não tem quem vá fiscalizar; não adianta ter equipamento pela metade. Parece faltar um pouco de encaminhamento executivo, pois alguns dos aspectos normativos já existem no papel. Há necessidade, portanto, de um gerenciamento que seja implementado de fato, com os órgãos responsáveis. No sentido mais amplo, buscar sempre a utilização racional de recursos.

C&P - A Bahia tem atuado na preservação de suas florestas?

JD - Penso que a proteção da cobertura vegetal e das florestas primárias — cada vez mais raras — deve ser feita na forma de reservas. No caso da Bahia, o número delas é muito pequeno. Algumas reservas estuarinas precisam ser criadas. Na chamada Área de Proteção Ambiental (APA) do Litoral Norte, vemos que, apesar de ser uma área de proteção



“Esses biocombustíveis devem ser todos pesquisados e implementados, mas é importante entender que eles contribuirão dentro da matriz energética com parcelas não necessariamente capazes de esgotar a utilização de todos os combustíveis fósseis.”

ambiental extremamente frágil para a implementação de grandes projetos, devido à superficialidade do primeiro lençol freático, eles vêm sendo implementados sem passar por um licenciamento mais cuidadoso. Grandes volumes de esgotamento humano têm sido lançados em cursos d'água após tratamento apenas primário, na melhor das hipóteses secundário. Quando chove, o esgotamento vai todo para o mar sem tratamento. Até agora, a coisa cresce sem limite. Basta ver o número de projetos novos que vêm sendo licenciados para o litoral norte. Qualquer estudo mais sério sobre a destinação desse potencial de esgoto nessa região deveria ser mais bem considerado. Há, também, um conjunto de projetos especiais que mereciam um acompanhamento mais próximo. É necessário perceber, por exemplo, que o reflorestamento por eucalipto, que existe em várias regiões da Bahia, precisa ser observado e acompanhado, para se evitar que regiões inteiras sejam degradadas, devido ao fato de a Bahia ter a maior produtividade de eucalipto por metro cúbico de madeira gerado por ano, no mundo. Ou seja, um eucalipto de cinco anos de idade já está no ponto de ser cortado para virar celulose. Ora, o primeiro corte é aos cinco, o segundo vem aos dez e o terceiro aos quinze anos; depois disso, diz a lenda que é antieconômico continuar. O que as empresas fazem? Geralmente tocam fogo, deixam as raízes presentes, e os tocos não desentocados. É claro que é mais caro desentocar um eucalipto, pois a raiz é sempre quatro ou cinco vezes maior do que o que está para fora da terra. Acaba

sendo mais caro desentocar e dar outra destinação para aquela terra do que comprar outra.

C&P - O Brasil está em vantagem na mudança de matriz energética?

JD - Creio que o *trade off* entre produção de alimentos e produção de álcool pode ser transformado numa coisa séria, caso não haja acompanhamento ambiental cuidadoso do Estado em todos os seus níveis (governos federal, estadual e municipal). Não vou me posicionar de forma contrária à produção de energia a partir da biomassa, mas é necessário entender que, neste momento, não existe no horizonte a possibilidade de substituição de toda a energia fóssil. Os custos ambientais de tentá-lo (ou pior, de produzir para exportação) podem ser altos. Quer dizer, resolvem-se problemas ambientais externos, mas importando problemas de outras naturezas em grande escala. Basta visitar o interior de São Paulo, o litoral norte do Rio ou o interior de Alagoas e Pernambuco (Zona da Mata) e verificar se as condições ambientais e sociais estão adequadas. É isso que desejamos como solução para a questão energética? É necessário ponderar com cautela, não descartando possibilidades, mas também sem pensar que todos os ovos devem ser colocados nessa cesta. Não é uma solução única, não pode jamais ser uma solução única de longo prazo. Como alguém pode ser contra a geração de biodiesel a partir da mamona? Ninguém pode ser contra, se a mamona cresce no semi-árido, onde outras coisas dificilmente crescem. Então,



“Temos de perceber que sustentabilidade só existe em situações onde se tenha reversão trópica. É muito triste o dia em que você se descobre um degradador, que precisa continuamente capturar energia, mas não sabe produzir.”

vamos transformar o semi-árido numa grande produção de mamona. Como alguém pode ser contra produzir biodiesel a partir do dendê? Mas temos que lembrar o seguinte: no momento em que o produtor de feijão de Irecê achar que ele está ganhando mais se plantar mamona no mesmo lugar que plantava feijão, teremos um problema. Se ele achar, pior ainda, que não vai plantar mais feijão e cobre tudo de dendê — coisa que acho um pouco mais difícil, porque o dendê leva mais anos para produzir — aí terá sido criada uma cultura que vai durar 80 anos, pois é uma cultura não-renovável e não-substituível, é permanente. Esses biocombustíveis devem ser todos pesquisados e implementados, mas é importante entender que eles contribuirão dentro da matriz energética com parcelas não necessariamente capazes de esgotar a utilização de todos os combustíveis fósseis.

C&P - É possível manter o ritmo de crescimento econômico a partir de uma postura de sustentabilidade?

JD - É possível pregar com o mínimo de organização para não degradar tudo de uma só vez? Essa talvez seja uma pergunta mais adequada, porque as consequências são irreversíveis. Temos de perceber que sustentabilidade só existe em situações onde se tenha reversão entrópica. O ser humano, ou quaisquer outras formas de vida, não consegue viver sem gastar energia, sem degradar. É muito triste o dia em que você se descobre um degradador, que precisa continuamente capturar energia, mas que não sabe produzi-la sem dar lugar a degradação ainda maior.



Pobreza como insuficiência de renda: vantagens e limitações de sua utilização

Kenys M. Machado*



A literatura atual sobre pobreza a descreve como um fenômeno complexo e multifacetado, cujas dimensões envolvem diversos elementos importantes para o bem-estar dos indivíduos. Não há um consenso sobre quais seriam estas “dimensões”, mas as definições buscam enumerar uma série de direitos considerados fundamentais, aos quais todo ser humano deveria ter acesso como condição mínima para uma vida digna.

Contudo, dentre as dimensões apontadas com relevantes, uma (ou a falta dela) ganha destaque ao ponto de se confundir com o próprio fenômeno. Esta dimensão é a renda, cuja principal justificativa, como se verá a seguir, é sua instrumentalidade ao servir de *proxy* do nível de bem-estar dos indivíduos. É a partir da renda que são calculados os principais indicadores de pobreza, definindo a quantidade de pobres, onde eles estão e sua evolução.

O problema desta utilização é o esquecimento do caráter funcional da renda nestas medidas, e a análise dos dados como se a pobreza se reduzisse a tal aspecto. Assim, o objetivo deste artigo é discutir as consequências da utilização exclusiva da renda com *proxy* da pobreza, dando destaque à questão da mensuração. Para isto, o assunto é exposto em duas seções: a primeira apresenta uma análise sobre a relação entre renda e pobreza; e a segunda descreve o cálculo e o uso da linha de pobreza.

* Economista (UFBA), Mestre em Administração (UFBA) e Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental (EPPGG) do Governo do Estado da Bahia.

POBREZA COMO INSUFICIÊNCIA DE RENDA

A abordagem da pobreza como insuficiência de renda teve início com os trabalhos de Booth, no século XIX, em Londres, e Rowntree, no começo do século XX, em York. Booth separou 8 classes sociais por meio da renda, sendo 4 caracterizadas como pobres. Rowntree utilizou uma metodologia diferente, definindo duas categorias de pobreza. A primeira (*primary poverty*) era estimada de forma monetária, por meio de uma linha de pobreza suficiente para adquirir nutrientes (alimento), roupa e pagar o aluguel. A segunda (*secondary poverty*) era avaliada pelos entrevistadores como aqueles lares cujas condições eram visivelmente necessitados. Pela pesquisa, 30% da população de York vivia na pobreza (LADERCHI et al, 2003, p. 8). Estes estudos guardavam algumas semelhanças ainda observadas contemporaneamente: adotavam uma perspectiva objetiva da mensuração da pobreza; a pesquisa era feita por indivíduos externos ao fenômeno; e a abordagem era individualista (LADERCHI et al., 2003).

Atualmente a definição de pobreza como insuficiência de renda ainda é a mais utilizada e está diretamente relacionada com a possibilidade de mensuração da pobreza ao se converter em termos monetários certas necessidades consideradas mínimas. Neste caso, a renda seria uma *proxy* daquelas necessidades, permitindo a quantificação do número de pobres e a comparação intertemporal.

A possibilidade de cálculo e sua utilização cotidianamente não significam que seja fácil a mensuração da pobreza por meio da renda. As diferentes metodologias

de cálculo e a própria definição de um mínimo torna arbitrária sua determinação e proporciona uma grande quantidade de estimativas, mesmo tendo-se como base uma mesma população em um determinado período de tempo.

Rocha (2003), destaca os vários problemas da variável renda como medida da pobreza mas afirma que o principal argumento teórico de sua vasta utilização é a estreita correlação entre a renda e os indicadores de bem-estar físico. Para a autora “[...] associar pobreza à desnutrição consiste ainda hoje, infelizmente, numa abordagem operacional [...]” (ROCHA, 2003, p. 19), sendo esta mais adequada para o caso da pobreza extrema.

Laderchi et al. (2003) destacam que o apelo desta abordagem para os economistas se refere a sua adequação ao postulado da microeconomia de maximização da utilidade pelos consumidores. A mensuração desta utilidade seria uma *proxy* do bem-estar, e uma queda a determinado valor mínimo de recursos caracterizaria a pobreza. Segundo os autores, a validade desta abordagem depende dos seguintes aspectos: “[...] se a utilidade é uma adequada definição de bem-estar; se o gasto monetário é uma medida satisfatória da utilidade; se uma queda na utilidade encerra tudo o que entendemos por pobreza; e a justificativa para uma determinada linha de pobreza.” (LADERCHI et al., 2003, p. 7, tradução nossa).

Além disso, os autores afirmam que o uso dessa abordagem é justificado por dois argumentos distintos. Um se refere à existência de uma certa renda mínima para todos os indivíduos, que os autores dizem ter menos seguidores; o outro está relacionado à adequação deste método como *proxy* do bem-estar e da pobreza e sua possibilidade de cálculo pelos dados disponíveis, argumento que é contestado por eles e outros pesquisadores, tais como Ravallion (1996), Sen (2000, 2001), Costa (2002a ; 2002b), Szeles (2005) ; Hulme, Moore e Shepherd (2001).

Laderchi et al. (2003) também destacam que a abordagem monetária vem se beneficiando por avanços em sua metodologia, mas ainda assim ela necessita de uma série de julgamentos de valor. Lembram que, enquanto

“A possibilidade de cálculo e sua utilização cotidianamente não significam que seja fácil a mensuração da pobreza por meio da renda”

“No cálculo da linha de pobreza, aplica-se o multiplicador “de Engel” à linha de indigência para incorporar os gastos com habitação, transporte e vestuário”

os postulados metodológicos são da teoria econômica, a pobreza não é uma categoria econômica, e possui interações sociais não consideradas nesses estudos.

LINHA DE POBREZA

Na mensuração da pobreza por meio da renda, comumente se estabelece um limite mínimo, no qual todos os indivíduos abaixo deste “valor” seriam pobres. Neste caso, calcula-se uma linha de pobreza baseado na renda suficiente para a satisfação de algumas necessidades básicas. Isto é feito por meio da delimitação da linha de indigência e, a partir daí, obtém-se a linha de pobreza.

A linha de indigência é calculada a partir da quantidade de calorias suficientes para a reprodução do indivíduo ou da família. Esse valor é convertido em alimentos de acordo com os costumes da sociedade e, assim, convertidos em moeda. A linha de indigência é a quantidade de moeda para a compra destes produtos. No cálculo da linha de pobreza, aplica-se o multiplicador “de Engel” à linha de indigência para incorporar os gastos com habitação, transporte e vestuário. Estas linhas podem ser calculadas com base na família, aplicando-se coeficientes de redução para seus membros de acordo com a idade (SALAMA; VALIER, 1997). Assim, aqueles que estão abaixo da linha de indigência não teriam recursos suficientes para atender suas necessidades nutricionais e os que estão abaixo da linha de pobreza são considerados pobres, podendo ou não estar na situação de fome, a depender de sua distribuição abaixo desta linha.

Uma outra opção é a utilização do salário mínimo ou da renda per capita como linha de pobreza. A primeira é empregada no Brasil para a determinação dos pobres por alguns pesquisadores e pelo governo federal, na concessão de benefícios de programas focalizados. A segunda opção é adotada, por exemplo, na *International Standard of Poverty Line* (ISPL), cuja linha de pobreza relativa equivale a 50% da renda per capita do país correspondente (COSTA, 2002a, p.3). O problema destas opções é que: (1) elas não levam em conta as diferenças regionais, como ocorre no Brasil, ao se utilizar meio salário mínimo para determinar a linha de pobreza de residentes em, por exemplo, São Paulo e Juazeiro, onde os custos de vida são bem diversos¹; e (2) podem existir flutuações no valor real do salário mínimo ao longo do tempo. A partir dessas linhas, pode-se calcular a quantidade de indivíduos ou famílias pobres e indigentes. O indicador mais simples é o *headcount index*, ou proporção de pobres (H_0), que relaciona a quantidade de pobres (ou indigentes) ao número total de pessoas (ou de famílias): $H_0 = q/n$. As vantagens deste indicador são as facilidades de cálculo e compreensão da extensão da pobreza.

O problema deste indicador é que ele não leva em conta: (1) a transferência de renda entre os pobres; (2) a redução de renda do pobre; e (3) ações do Estado para satisfazer algumas necessidades básicas se a situação monetária dos mais necessitados piorar (SALAMA; VALIER, 1997; SEN, 2001). A facilidade de cálculo da proporção de pobres também pode levar a algumas confusões sobre a quantidade de indigentes e pobres, devido à utilização das linhas anteriormente citadas. Isso ocorre porque, além da quantidade de calorias, outros elementos como o índice de preços e o período de recolhimento dos dados podem influir no cálculo da linha de indigência e de pobreza. Podem-se citar como exemplos desta diferença os estudos da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) sobre o número de pobres².

¹ A vantagem do ISPL é a consideração dos níveis de desigualdade, pois, quanto mais desigual um país, maior será o número de pobres.

² Em 2000 a FGV estimava o número de pessoas que passavam fome no Brasil em 49,67 milhões, enquanto, para o IPEA, o número de indigentes era de 22 milhões de pessoas. De acordo com o a FGV, esta diferença ocorria devido à linha de indigência básica e às diferenças regionais de custo de vida utilizados (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2003).

Somente o cálculo do número de pobres a partir da linha de pobreza não é suficiente para conhecer-se a distribuição dos pobres em relação à pobreza. Esta distribuição pode estar concentrada perto ou longe da linha de pobreza; se estiver longe, pode estar abaixo da linha de indigência ou concentrada em torno desta linha; e também pode apresentar certa uniformidade abaixo da linha de pobreza. Utiliza-se o “hiato de pobreza” (*poverty gap*) para a determinação destas diferenças, pois este indicador “[...] indica o déficit, isto é, a diferença entre a renda do pobre e a linha de pobreza, acumulada com relação à linha de pobreza” (SEN, 2001, p. 34). O “hiato da renda” (*income gap*) mede a renda adicional necessária para a elevação dos pobres acima da linha de pobreza e, assim, a eliminação da pobreza (SEN, 2001). Quanto maior a diferença entre a renda dos pobres e aquela linha, maior será o “hiato de renda”.

Parte das críticas descritas acima em relação ao *headcount index* procederam de Amartya Sen, que desenvolveu um índice que pudesse superar aquelas limitações ao se utilizar a renda como *proxy* do bem-estar. Este índice, chamado de índice de Sen, é uma medida de pobreza que busca incorporar o número de pobres calculado pela proporção de pobres (H_0), a diferença entre a renda dos pobres e a linha de pobreza (“o hiato de pobreza”), e a distribuição de renda entre pobres (SEN, 2001; PANORAMA..., 2001). Desta forma, busca-se eliminar os problemas (1) e (2) descritos acima sobre o H_0 , tornando a mensuração da pobreza mais abrangente e precisa.

Um outro índice que tem como base a renda e vem sendo comumente utilizado devido a suas propriedades estatísticas são os indicadores de pobreza de Foster, Greer e Thorbecke. Assim como o de Sen, este índice utiliza o H_0 , o hiato da pobreza e um índice de desigualdade. A vantagem deste índice é que ele, ao contrário do anterior, pode ser decomposto (HOFFMANN, 1998). Contudo, tanto este índice como o de Sen tem como base uma linha de pobreza baseada na renda.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A despeito dos avanços nos estudos sobre mensuração, Grusky e Kanbur (2004) afirmam que ela ainda é

predominantemente baseada na renda, mesmo entre aqueles que adotam uma postura mais ampla em relação ao fenômeno. Os economistas, segundo esses autores, ainda não conseguiram uma conceituação e operacionalização bem sucedida das diferentes variáveis que caracterizam a perspectiva multidimensional³. Isso ocorre, entre outros motivos, porque os estudos sobre pobreza e desigualdade permanecem baseados nos pressupostos do modelo de escolha racional. Um deslocamento da análise deste modelo para uma abordagem mais comportamental traria benefícios ao entendimento do assunto, que ainda não alcançou os avanços presentes na conceituação da pobreza (GRUSKY; KANBUR, 2004).

Como se observa nos trabalhos que buscam descrever a situação da pobreza na Bahia (BAPTISTA, 2001; DAMASCENO, 2003; OSÓRIO; MEDEIROS, 2002), a abordagem da pobreza como insuficiência de renda ainda é a mais utilizada. Ela possui vantagens e limitações que devem ser observadas no momento da escolha e análise das políticas públicas, para que não sejam tomadas conclusões e medidas com base em pressupostos analíticos equivocados.

Glennster (2000), por exemplo, afirma que nos EUA o baixo ou nenhum impacto sobre a pobreza dos programas sociais apontados por alguns estudos era ocasionado pela limitada forma de mensuração da pobreza utilizada. A forma de medir a pobreza nos últimos 25 anos nos EUA vinha subestimando o impacto dos programas de combate à pobreza neste país. Como a ênfase era dada à renda, não se observava os impactos positivos das políticas públicas em outras dimensões relevantes na vida social, como na expectativa de vida e na melhora do bem-estar da população.

Dessa forma, análises superficiais ou mirabolantes, com base em um ou em múltiplos indicadores, não são suficientes, caso não se conheçam os pressupostos analíticos subjacentes às diversas opções de mensuração. Como ressalta Rocha (2003, p. 10): “[...] definir

³ Para maiores detalhes sobre a mensuração a partir da perspectiva multidimensional, ver Barros, Carvalho e Franco (2006), Kageyama e Hoffmann (2006).

o conceito de pobreza relevante e escolher os procedimentos de mensuração adequados é o resultado de análise sensata e cuidadosa de cada realidade social específica."

REFERÊNCIAS

- BAPTISTA, Creomar. *Bahia: pobreza e renda nos anos 90*. Salvador: SEPLANTEC, 2001. (Série Políticas Públicas, 3).
- BARROS, Ricardo P.; CARVALHO, Mirela de; FRANCO, Samuel. *Pobreza multidimensional no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2006. (Texto para discussão, n. 1227). Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: 15 maio 2005.
- COSTA, Michele. *A comparison between unidimensional and multidimensional approaches to the measurement of poverty*. Luxemburgo: CEPS/INSTEAD, 2002a. 13 p. (IRISS Working paper series, 2003-02). Disponível em: <<http://www.ceps.lu/iriss>> Acesso em: 15 maio 2005.
- _____. *A multidimensional approach to the measurement of poverty*. Luxemburgo: CEPS/INSTEAD, 2002b, 16p.. (IRISS Working paper series, n. 2002-05). Disponível em: <<http://www.ceps.lu/iriss>> Acesso em: 15 maio 2005.
- FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Centro de Políticas Sociais. *Mapa de ativos: combate sustentável à pobreza*. [Rio de Janeiro]: FGV/CPS, 2001. Disponível em: <<http://www.fgv.br/ibrc/cps>>. Acesso em: 07 jan. 2003.
- DAMASCENO, Aderbal O. Medidas de desigualdade e pobreza: Bahia, Nordeste, Brasil. *Conjuntura & Planejamento*, Salvador: SEI, n.110, p.39-42, jul.. 2003.
- GLENNERSTER., Howard. US Poverty Studies and Poverty Measurement: the past twenty-five years. London School of Economics, *Case Paper*, n. 42, 2000.
- GRUSKY, David; KANBUR, Ravi. *Conceptual ferment in poverty and inequality measurement: the view from economics and sociology*. Aug. 2004. Disponível em: <<http://www.arts.cornell.edu/poverty/kanbur/GruskyKanbur>>. Acesso em: 27 out 2005.
- HOFFMANN, Rodolfo. *Distribuição de renda: medidas de desigualdade e pobreza*. São Paulo: Edusp, 1998.
- HULME, David; MOORE, Karen; SHEPHERD, Andrew. Chronic poverty: meanings and analytical frameworks. *CPRC Working Paper*, n. 2, 2001. Disponível em: <<http://www.chronicpoverty.org/>> Acesso em: 07 set. 2005.
- KAGEYAMA, Ângela; HOFFMANN, Rodolfo. Pobreza no Brasil: uma perspectiva multidimensional. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 15, n.1, p. 79-112, jan./jun. 2006.
- LADERCHI, Caterina R, et al. *Does it matter that we don't agree on the definition of poverty? A comparison of four approaches*. Queen Elizabeth House Working Paper Series n. 107, 2003. Disponível em: <<http://www2.qeh.ox.ac.uk/research/wpaction.html>>. Acesso em: 15 out. 2004.
- OSÓRIO, Rafael; MEDEIROS, Marcelo. Concentração de renda e pobreza na Bahia: 1981-1999. In: *Pobreza e desigualdades sociais*. Salvador: SEI, 2002. p. 249-266. (Série Estudos e Pesquisas, 63).
- PANORAMA geral. In: WORLD BANK. *Relatório sobre o desenvolvimento mundial 2000/2001: luta contra a pobreza*, 2001. Disponível em: <<http://www.worldbank.org>>. Acesso em: 25 nov. 2002.
- RAVALLION, Martin. *Issues in measuring and modeling poverty*. World Bank: Policy Research Working Paper 1615, jun 1996. Disponível em: <<http://www.worldbank.org>>. Acesso em: 03 jan. 2003.
- ROCHA, Sonia. *Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?* Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- SALAMA, Pierre; VALIER, Jacques. *Pobrezas e desigualdades no 3º mundo*. São Paulo: Nobel, 1997.
- SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. Tradução: Laura Teixeira Mota. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SEN, Amartya. *Desigualdade reexaminada*. Tradução Ricardo D. Mendes. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SZELES, Mônica. *Multidimensional poverty comparisons within Europe*. Luxemburgo: CEPS/INSTEAD, 2004. (IRISS working paper series n. 2004-05).. Disponível em: <<http://www.ceps.lu/iriss>>. Acesso: 15 maio 2005.

Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) na Bahia: vertente da infra-estrutura

Jorge Tadeu Dantas Caffé*
Zélia Maria Abreu Góis**

O presente artigo tem por finalidade abordar os aspectos gerais do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) no contexto da atual conjuntura nacional, enfatizando suas principais características econômicas, além de procurar quantificar e descrever a dotação dos investimentos regionais destinados ao estado da Bahia. Encontra-se estruturado em duas partes, além desta introdução e das considerações finais. A primeira procura apresentar os principais condicionantes do crescimento e, com base neles, mostrar a trajetória da economia brasileira nos últimos anos. A segunda parte tem por finalidade especular as possíveis contribuições do PAC para melhorar a *performance* dessa trajetória e a magnitude dos investimentos destinados à Bahia, no período de 2007-2010.

PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO (PAC)

O PAC (BRASIL, 2007a), formulado pelo Governo Federal e lançado em 22 de janeiro de 2007, prevê a realização de investimentos nas áreas de infra-estrutura (logística, energética e social e urbana), visando a elevação das taxas de crescimento do país nos próximos quatro anos (2007-2010). Além disso, propõe um conjunto de medidas voltado para o estímulo ao financiamento e ao crédito, a desoneração e o aperfeiçoamento do sistema tributário e a adoção de medidas fiscais de longo prazo.

* Especialista em Planejamento Agrícola e Analista Técnico da Seplan/SEI.

** Mestre em Administração, Analista Técnica da SEI e Professora Universitária.



No que se refere aos investimentos em infra-estrutura, o programa prevê aplicações de R\$ 503,9 bilhões, nas áreas de transporte, energia, saneamento, habitação e recursos hídricos, sendo R\$ 67,8 bilhões do orçamento do governo federal e R\$ 436,1 bilhões das empresas estatais e do setor privado.

O PAC propõe também medidas de estímulo ao crédito e ao financiamento, por meio da Caixa Econômica Federal (CEF) e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), visando o aumento do financiamento de investimentos em infra-estrutura social e urbana, principalmente em saneamento e habitação.

“Dentre as medidas propostas para o incentivo ao crédito e ao financiamento, é importante destacar a de criação do Fundo de Investimentos em FGTS-FI-FGTS, no valor inicial de R\$ 5 bilhões, com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)”

Dentre as medidas propostas para o incentivo ao crédito e ao financiamento, é importante destacar a de criação do Fundo de Investimentos em FGTS-FI-FGTS, no valor inicial de R\$ 5 bilhões, com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), conforme Medida Provisória MP-349, de 22 de janeiro de 2007, alterando a Lei nº 8.036 de 1990 (BRASIL, 2007b). Esse fundo se destina a aplicação de recursos em empreendimentos nos setores de energia, rodovia, ferrovia, porto e saneamento, obedecendo às diretrizes, critérios e condições emanadas do Conselho Curador do FGTS.

O PAC também inclui medidas com vistas à implementação de investimentos em infra-estrutura ambiental, mediante a regulamentação do artigo 23 da Constituição Federal, com o objetivo de disciplinar as formas de cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os municípios nas ações de proteção ao meio ambiente; criação de um marco legal das agências reguladoras; lei do gás natural; reestruturação do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência; abertura do mercado de resseguros; recriação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

Além disso, cria medidas de desoneração tributária, a exemplo da apropriação dos créditos do Programa

de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) sobre edificações incorporadas ao ativo imobilizado; suspende a exigibilidade de PIS e COFINS nas aquisições de insumos e serviços vinculados à infra-estrutura; cria, pela Medida Provisória MP-348, de 22 de janeiro de 2007 (BRASIL, 2007c), o Fundo de Investimento em participações em projetos de infra-estrutura; cria programa de incentivo à pesquisa e desenvolvimento, à TV digital e ao setor de semicondutores; amplia o benefício tributário para microcomputadores, com alíquota zero de PIS e COFINS; desonera de 5% para 0% o IPI para as compras de perfis de aço; incentiva o crescimento das pequenas e médias empresas. Também estão incluídas no PAC medidas relativas à administração tributária, como o reajuste da tabela de Imposto de Renda de Pessoa Física, a prorrogação da depreciação acelerada, reduzindo a contribuição social sobre o lucro devido pelas empresas, a prorrogação da cumulatividade do PIS e da COFINS na construção civil, a unificação da estrutura de arrecadação e cobrança de tributos federais, ou seja, a criação da Receita Federal do Brasil, a retomada da discussão sobre a reforma tributária e a implantação do cadastro sincronizado e do Sistema Público de Escrituração Digital.

Do conjunto das medidas fiscais de longo prazo do PAC, é importante destacar: o controle da expansão da despesa de pessoal da União; a política de longo prazo de valorização do salário mínimo; a criação de um Fórum Nacional da Previdência Social; a agilização dos processos licitatórios, adequando-os às novas tecnologias de informação; a criação da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração Societária da União; a extinção da Rede Ferroviária Federal e da Companhia de Navegação do São Francisco; a implementação do regime de Previdência Complementar do servidor público federal; e aprovação do Projeto de Lei do Senado 261/2005, visando à melhora na gestão da previdência social.

Para compatibilizar todas as ações e medidas propostas no PAC, está prevista, como mecanismo de gestão, a criação de um Comitê Gestor composto pelos ministros da Casa Civil, da Fazenda e do Planejamento.

MODELO VIGENTE DE CRESCIMENTO DA ECONOMIA BRASILEIRA E O CENÁRIO DO PAC

O modelo de crescimento econômico em vigência no país apresenta como características fundamentais a elevada volatilidade do produto interno bruto (PIB) e sua baixa taxa de crescimento médio, observadas desde o final da década de noventa até os dias atuais, envolvendo os diferentes períodos de governo: o segundo mandato FHC e o primeiro do presidente Lula.

Segundo Amitrano (2007), a explicação para a performance do crescimento do PIB com essas características está associada à ocorrência de combinações peculiares entre três elementos fundamentais:

1. o momento do ciclo econômico internacional, em que são definidos os parâmetros com relação aos níveis mínimos de taxa de juros, taxa de câmbio e o ambiente do comércio internacional;
2. a política estrutural e de desenvolvimento em execução, que diz respeito aos canais de transmissão entre o cenário externo e a economia doméstica, implicando na fixação de um tipo de especialização produtiva e do padrão de inserção do país;
3. o regime e a forma de operação da política macroeconômica, “[...] atuam como condicionantes fundamentais dos preços-chave (câmbio e juros) para a definição das decisões de investimentos” (AMITRANO, 2007, p. 207).

A instituição do modelo econômico vigente, entretanto, ocorreu um pouco antes, entre 1994-1998, e foi marcado pela liberalização comercial e financeira, pela reestruturação produtiva e pela política de estabilização. No período 1999-2005, a principal característica desse modelo foi a adoção de um novo regime macroeconômico, no qual prevaleceu o câmbio flexível, o regime de metas da inflação e o *superávit* fiscal elevado.

Neste contexto, ainda segundo Amitrano (2007), são observados diferentes obstáculos ao crescimento econômico estável e de elevado dinamismo, em duas principais frentes, além do baixo dinamismo no mercado de trabalho. A primeira está relacionada

[...] aos chamados fatores limitantes do investimento privado que dependem, em grande medida, do grau de utilização da capacidade produtiva, da margem de lucro dos investimentos, da rentabilidade equivalente dos ativos financeiros e do custo do crédito para inversões, assim como da posição da taxa de câmbio real efetiva. (AMITRANO, 2007, p. 231-232).

A segunda frente de obstáculos diz respeito aos “gargalos” da infra-estrutura básica, em que se constata uma baixa intervenção do Estado brasileiro no período em tela em razão da restrição fiscal. Os investimentos reclamados para infra-estrutura são imprescindíveis para dar suporte às atividades produtivas e garantir a oferta dos serviços públicos. Eles são fundamentais quando se trata de um modelo de crescimento acelerado.

São apresentados na Tabela 1 os indicadores de desempenho da economia brasileira (1999/2006) comparáveis

Tabela 1 Desempenho da economia brasileira: 1999 - 2006								%
Indicadores	2º Governo de FHC				1º Governo de LULA			
	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Taxa SELIC nominal	25,6	17,4	17,3	19,2	23,3	16,2	19,0	15,1
Taxa de inflação (IPCA)	8,9	6,0	7,7	12,5	9,3	7,6	5,7	3,1
Taxa de crescimento real do PIB	0,8	4,4	1,3	1,9	0,5	4,9	2,3	2,9
Resultado primário em % do PIB	-3,2	-3,5	-3,6	-3,9	-4,2	-4,6	-4,8	-4,3
Resultado nominal em % do PIB	5,8	3,6	3,6	4,6	5,1	2,7	3,3	3,3
PPI em % do PIB	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida líquida do setor público em % do PIB	49,4	49,4	52,6	55,5	57,2	51,7	51,5	50,0

Fonte: IPEADATA – 2007

àqueles que integram o cenário do PAC (2007/2010), mostrado na Tabela 2. Espera-se que este confronto de dados permita a reflexão sobre o tamanho do esforço a ser empregado para atingir o desejado crescimento acelerado na economia brasileira no 2º mandato do presidente Lula.

A Tabela 1 compara diversos indicadores durante o segundo mandato do governo FHC e o primeiro mandato de Lula. A inflação, no ano de 2006, apresentou o menor índice desde 1999, superando todas as expectativas em relação à meta prevista de 4,5%. Tal desempenho deveu-se, principalmente, à boa oferta dos produtos agrícolas, à valorização do real e aos baixos aumentos das tarifas públicas (CARVALHO; LEPIKSON, 2007). A taxa do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC) também exibiu queda no ano de 2006, a menor entre os dois períodos. Contudo, analistas anunciam que se forem mantidas, pelo Comitê de Política Monetária (COPOM), as mesmas práticas conservadoras aplicadas até agora, será muito difícil a SELIC alcançar o ano de 2010 em 10,0%. O PIB registra, nos dois períodos analisados, baixas taxas de crescimento. A média de crescimento anual do PIB para o segundo período do governo FHC foi de 2,1% e no primeiro período do governo Lula um pouco superior a 2,5%. O cumprimento da política fiscal, mediante aumentos na carga tributária, os cortes nos investimentos públicos e a atenção ao pagamento dos encargos da dívida pública, seguem um receituário em que essas medidas são fatores considerados restritivos ao crescimento da

economia, tanto para a gestão FHC, quanto para a de Lula. A relação dívida/PIB vem crescendo e superando, em 2006, a marca de mais de R\$ 1 trilhão.

CENÁRIO DO PAC, *CETERIS PARIBUS*

Os fundamentos econômicos do PAC, segundo o Governo Federal, estão apoiados na estabilidade monetária, na responsabilidade fiscal e na baixa vulnerabilidade externa. O cenário da economia brasileira, para o período de 2007-2010, apoiado nesses fundamentos, aponta para uma trajetória expressa nos indicadores contidos na Tabela 2, que quantificam a queda gradual da taxa SELIC, passando de 12,2%, em 2007, para 10,1%, em 2010; estabilização da taxa de inflação em 4,5%, no período de 2008/2010; crescimento real do PIB em torno de 5% ao ano, a partir de 2008 até 2010; manutenção do resultado primário em torno de 4,25% do início ao fim do programa; decréscimos sistemáticos do resultado nominal do PIB, passando de (-1,9), em 2007, para (-0,2), em 2010; participação média das Parcerias Públicas e Privadas (PPP) em torno de 0,5% do PIB, durante o período de vigência do programa; e redução gradual e sistemática da dívida líquida do setor público em relação ao PIB, passando de 48,3%, em 2007, para 39,7%, em 2010.

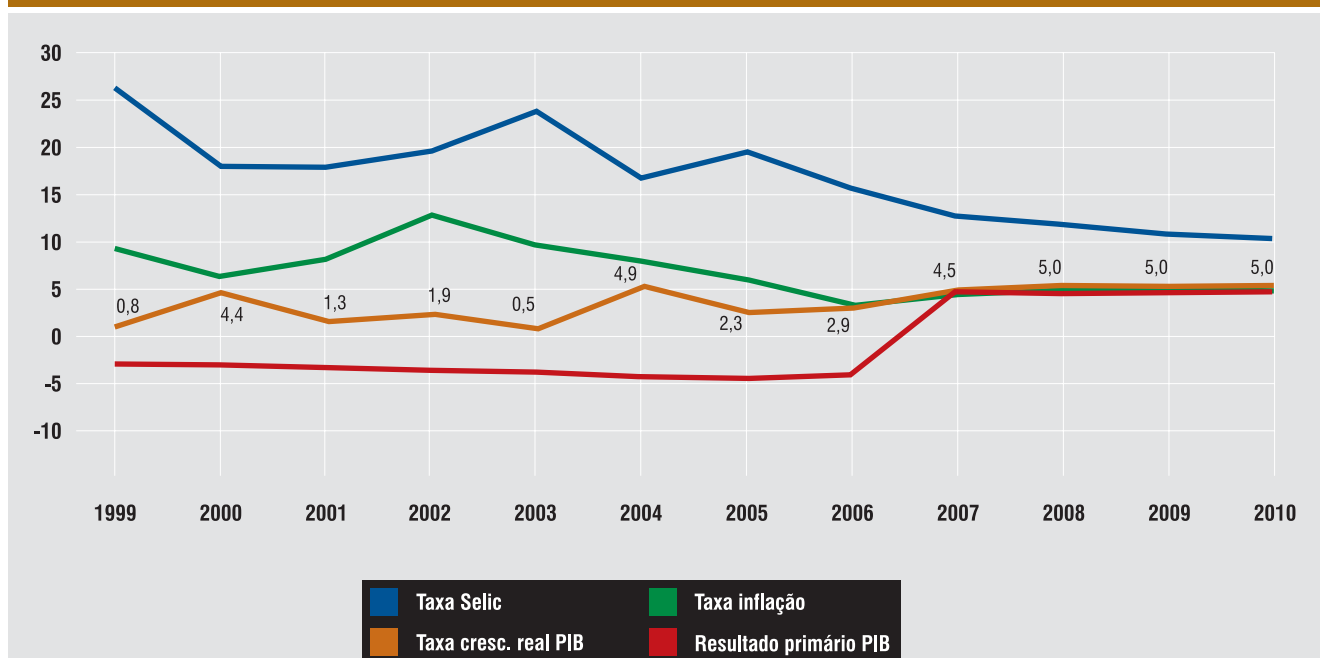
O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) publicou recentemente (março de 2007) diferentes resultados para o PIB do país em razão de nova meto-

Tabela 2
Cenário do PAC para a economia brasileira: 2007 - 2010

Indicadores	2º Governo de LULA			
	2007	2008	2009	2010
Taxa SELIC nominal	12,2	11,4	10,5	10,1
Taxa de inflação (IPCA)	4,1	4,5	4,5	4,5
Taxa de crescimento real do PIB	4,5	5,0	5,0	5,0
Resultado primário em % do PIB	4,25	4,25	4,25	4,25
Resultado nominal em % do PIB	-1,9	-1,2	-0,6	-0,2
PPI em % do PIB	0,50	0,50	0,50	0,50
Dívida líquida do setor público em % do PIB	48,3	45,8	42,9	39,7

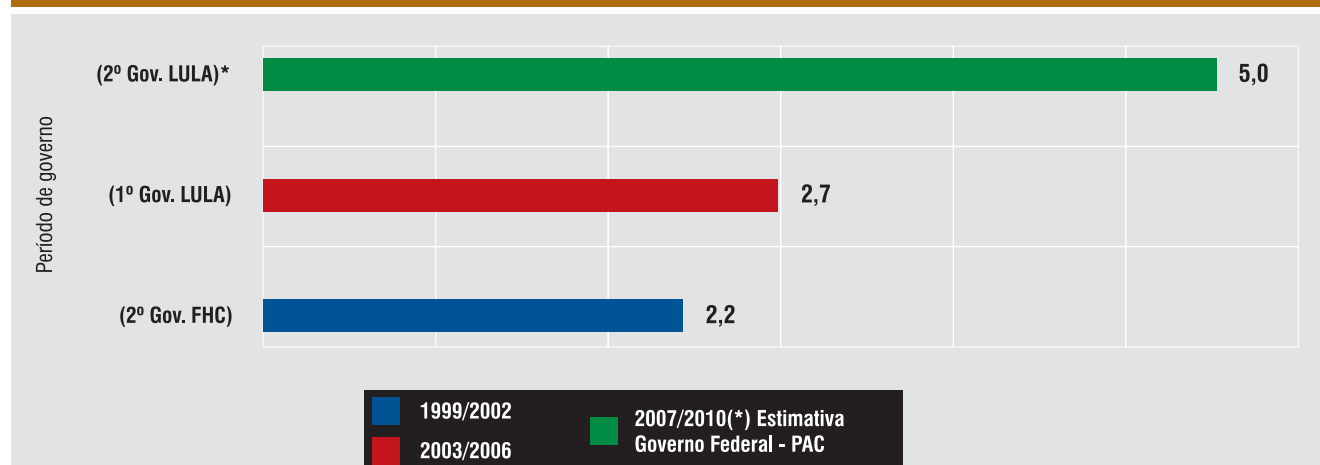
Fonte: BRASIL, 2007a. Programa de Aceleração do Crescimento – 2007/2010.

Gráfico 1
Indicadores de desempenho do Brasil: 1999 - 2006 e cenário do PAC: 2007 - 2010



Fonte: BRASIL, 2007a Programa de Aceleração do Crescimento 2007-2010
Elaboração própria

Gráfico 2
Taxa Média de Crescimento do PIB: Brasil, 1999 - 2010



Fonte: BRASIL, 2007a Programa de Aceleração do Crescimento 2007-2010
Elaboração própria

dologia adotada para o cálculo desse importante indicador da *performance* econômica (Tabela 3). Este fato vai impor que um novo cenário seja estabelecido para o PAC, admitindo-se que para sua formulação houve, *ceteris paribus*, uma predominância da heurística probabilística. Assim, o PIB e as relações com ele estabelecidas daqui para frente deverão apresentar outros valores, diferentes dos valores correntes, como aqueles apontados na Tabela 3.

O setor energético abarca aproximadamente R\$ 6,7 bilhões, representando mais de 2/3 do montante de investimentos do PAC para o Estado da Bahia. Estão destacados nessa rubrica, refino e petroquímica da RLAM e ampliação da infra-estrutura de transporte de gás natural via a malha Gasene-Cacimbas-Catu. Pontuam no segundo lugar de importância, os investimentos em recursos hídricos, sobressaindo com um montante da ordem de R\$ 1,8 bilhão, que representa 17,8%, cujas obras mais ex-

Tabela 3
Desempenho da economia brasileira, segundo revisão da série do PIB: 1999 - 2006

Indicadores	2º Governo de FHC				1º Governo de LULA			
	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Taxa de crescimento real do PIB ¹	0,3	4,3	1,3	2,7	1,1	5,7	2,9	3,6
Resultado primário em % do PIB ²	...	...	...	...	...	...	-4,35	-3,95
Dívida líquida do setor público em % do PIB ³	...	...	...	...	...	...	46,4	45,7

Fonte: IPEADATA – 2007.

¹ IBGE – AS NOVAS CONTAS NACIONAIS – 2007.

^{2 e 3} – NOVO PIB reduz dívida e investimento. Folha de São Paulo, São Paulo, p. B1, 22 mar. 2007.

INVESTIMENTOS DO PAC DESTINADOS À BAHIA

As informações sobre os recursos de investimentos do PAC para a Bahia estão incompletas em razão, sobretudo, da espera das decisões a serem tomadas no âmbito dos poderes executivo e legislativo federal, além de manifestações concretas das parcerias com a iniciativa privada. Assim sendo, as informações até então disponíveis somente permitem uma aproximação um pouco desconfigurada do montante dos investimentos que beneficiarão o estado no período de 2007-2010.

Desta forma, o conjunto das Tabelas 4, 5, 6, 7 e 8 revela a previsão do total dos investimentos em infra-estrutura, que é de aproximadamente R\$ 9,9 bilhões, e sua alocação em três frentes: logística (transportes e aeroportos); energia (elétrica, petróleo, gás natural e combustíveis renováveis); e infra-estrutura social e urbana (distribuição de energia elétrica domiciliar, saneamento, habitação, metrô de Salvador e recursos hídricos).

Tabela 4
Previsão do total dos investimentos do PAC: Bahia, 2007 - 2010

Discriminação	Valor total
Transportes	1.481,30
Aeroportos	ND
Energia elétrica, petróleo, gás natural e combustíveis renováveis	6.659,20
Infra-estrutura social e urbana	1.764,45
TOTAL	9.904,95

Fonte: BRASIL, 2007a – Programa de Aceleração do Crescimento – 2007-2010.
ND = Não Disponível

(*) Construção de um viaduto no sistema viário de acesso do aeroporto de Salvador.

pressivas, no que se refere a inversões financeiras, são: a revitalização hidrográfica da bacia do rio São Francisco, com R\$ 394,0 milhões; o projeto de irrigação Baixio de Irecê (R\$ 288,0 milhões); e o Projeto de Irrigação Salitre (R\$ 283,5 milhões). Por último, com um montante de R\$ 1,5 bilhão, figuram os investimentos em infra-estrutura de transporte, destacando-se as obras de pavimentação

da BR-116-324-BA: Salvador-Feira de Santana - Divisa BA-MG, orçadas em R\$ 405,1 milhões; e da BR-101-NE (RN-PB-PE-AL-SE-BA), duplicação e adequação de capacidade Natal - Entroncamento BR-324 /Feira de Santana, com orçamento previsto de R\$ 330,0 milhões.

Tabela 5
Previsão de investimento do PAC em Logística
(Transportes): Bahia, 2007 - 2010 R\$ milhões

Discriminação	Valor total
BR-101-NE (RN-PB-PE-AL-SE-BA): duplicação e adequação de capacidade Natal-Entroncamento BR-324 (Feira de Santana).	330,00
BR-135-PI-BA-MG: pavimentação Jerumenha-Bertolínea-Eliseu Martins-PI; construção de trechos entre a divisa PI-BA; e a divisa BA-MG - Itacarambi.	137,00
BR-116-BA: execução de ponte sobre o Rio São Francisco-divisa PE-BA.	14,00
BR-116-324-BA: Salvador-Feira de Santana-Divisa BA-MG – Parceria Público Privado.	405,10
Contorno de São Félix-Cachoeira-BA.	110,20
Variante Ferroviária Camaçari-Aratu-BA.	103,30
Construção da Via Expressa Portuária ao Porto de Salvador-BA.	190,00
Melhoramentos na hidrovia do Rio São Francisco (Sobradinho e Juazeiro-BA-Petrolina-PE).	30,00
Acesso ferroviário ao Porto de Juazeiro-BA.	26,50
Dragagem de aprofundamento nos portos de Salvador, Aratu e Ilhéus-BA.	135,20
TOTAL	1.481,30

Fonte: BRASIL, 2007a – Programa de Aceleração do Crescimento – 2007-2010.

A Tabela 5 discrimina os investimentos previstos para a área de transportes no período de 2007-2010. O total estimado desses investimentos é de aproximadamente R\$ 1,5 bilhão. As obras da BR-116-324-BA: Salvador-Feira de Santana e divisa BA-MG correspondem a 27,3% do total dos recursos e serão realizadas mediante parceria entre o poder público e empresas privadas. A segunda obra que atrairá maior volume de recursos é a duplicação e adequação da BR-101 NE, até o entroncamento da BR-324 (Feira de Santana). E a terceira maior obra, por destinação de recursos, é a construção da Via Expressa ao Porto de Salvador, cujo montante previsto é R\$ 190,0 milhões e representa 12,7% do total dos recursos.

Tabela 6
Previsão de investimento do PAC em Logística
(Aeroportos): Bahia, 2007-2010 R\$ milhões

Discriminação	Valor total
Readequação do acesso ao aeroporto de Salvador-BA.	ND
TOTAL	ND

Fonte: BRASIL, 2007a – Programa de Aceleração do Crescimento – 2007-2010.

O segmento de energia (Tabela 7) prevê a maior aplicação de recursos, em torno de R\$ 3,5 bilhões para o refino e petroquímica na Refinaria Landulfo Alves, o que corresponde a 53,4% dos investimentos totais. A ampliação da infra-estrutura de transporte de gás natural será responsável por 43,7% dos investimentos aplicados, perfazendo um montante de R\$ 2,9 bilhões. Os dispêndios com geração e transmissão de energia elétrica representam 13,2% do total previsto com investimentos na área de energia.

Tabela 7
Previsão de investimento do PAC em energia
(energia elétrica, petróleo, gás natural e combustíveis renováveis): Bahia, 2007-2010 R\$ milhões

Discriminação	Valor total
Geração de energia elétrica: UTE Camaçari Muricy I-48 MW – US\$ 177,57	380,00
Geração de energia elétrica: UTE Camaçari Pólo de Apoio-148 MW – US\$ 177,57	380,00
Geração de energia elétrica: UHE Riacho Seco-Rio São Francisco-240 MW.	ND
Geração de energia elétrica: UHE Pedra Branca-Rio São Francisco-320 MW.	ND
Transmissão de energia elétrica: LT Ibicoara-Brumado II-BA.	67,60
Transmissão de energia elétrica: LT Funil-Itapebi-BA.	48,60
Refino e Petroquímica (RLAM) - US\$ 1.422	3.555,00
Ampliação da infra-estrutura de transporte de gás natural (Gasene-Cacimbas-Catu).	2.910,00
Biocombustíveis-Etanol e Biodiesel (Usina de Biodiesel em Candeias-BA)	78,00
TOTAL	6.659,20

Fonte: BRASIL, 2007a – Programa de Aceleração do Crescimento – 2007-2010.
ND= Não Disponível.

Tabela 8
Previsão de Investimento do PAC em Infra-Estrutura Social e Urbana: Bahia, 2007-2010
R\$ milhões

Discriminação	Valor Total
Luz para Todos	ND
Saneamento	ND
Habitação	200,00
Metrô:	497,80
Linha Calçada-Paripe (Trem): recuperação e conclusão do trecho	26,70
Linha Lapa Pirajá: conclusão de trechos	471,10
Recursos Hídricos:	1.066,65
Revitalização hidrográfica da bacia do São Francisco*	394,00
Sistema adutor de Jacobina	24,00
Sistema adutor de Cafarnaum	15,20
Sistema de abastecimento de água em Pedro Alexandre e Estação de tratamento em Barra do Choça	12,00
Projeto de irrigação em Baixio de Irecê (54 mil ha)	288,00
Projeto de irrigação em Salitre (32 mil ha)	283,45
Projeto de irrigação em Estreito IV (5 mil ha)	50,00
TOTAL	1.764,45

Fonte: BRASIL, 2007a – Programa de Aceleração do Crescimento – 2007-2010.

* Diário Oficial do Estado da Bahia, dia 20/03/2007.

ND= Não Disponível

Na Tabela 8, pode-se visualizar os investimentos em infra-estrutura hídrica, cujo impacto sobre o total dos recursos previstos é de aproximadamente 60,0%. Dentre os investimentos com recursos hídricos, as obras de revitalização da bacia do São Francisco e os projetos de irrigação correspondem a 36,9% e 58,3%, respectivamente. O investimento destinado ao metrô urbano de Salvador é da ordem de R\$ 497,8 milhões, representando 28,2% do total dos investimentos previstos em infra-estrutura social e urbana. O setor de habitação aplicará R\$ 200,0 milhões, o que equivale a 11,3% dos dispêndios totais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerado como um programa de boas intenções, cujo sucesso depende da influência de fatores contingenciais, numa relação de funcionalidade do tipo se... então..., o plano mantém o modelo econômico vigente de dependência às variáveis macroeconômicas, centrado em elevadas taxas de juros, com forte influência so-

bre a dívida pública e a taxa de câmbio. Dada a relação de funcionalidade que pressupõe — se o PIB crescer a 5,0% ao ano, então ...; se os empresários se motivarem a investir, então ...; se as centrais sindicais aceitarem que o FGTS financie, então ... —, o plano apresenta-se pouco vigoroso, à medida que seus resultados estão na dependência de variáveis de outros conjuntos.

Apesar de o PAC representar a retomada do Estado enquanto indutor do desenvolvimento e da equidade social, não pode ser entendido como um plano de desenvolvimento do país, por não envolver áreas consideradas imprescindíveis, numa visão desenvolvimentista, a exemplo de educação, saúde, segurança pública e tecnologia.

Evitando as reformas política, tributária e da previdência, o ajuste das contas do governo, além das mudanças relacionadas à liberação comercial, consideradas questões chave para destravar a economia, o crescimento não poderá ser o propagado pelo governo, em torno de 5,0% do PIB, nos próximos anos.

Ao apresentar o modelo de crescimento do país como instável e de baixo dinamismo, tanto no período 1999-2002, quanto no triênio 2003-2005, sob a gestão Lula, Amitrano (2007, p. 248), admite que a incapacidade de mudança desse modelo decorre de alguns fatores, entre esses a “[...] permanência do tipo de especialização produtiva e do padrão de inserção do comércio internacional, baseados em commodities primárias e industriais; intensivos em trabalho, recursos naturais e energéticos e com baixo coeficiente de transformação industrial”. Essa assertiva corrobora o exposto por Coutinho (1997 apud AMITRANO, 2007), ao explicar a elevada concentração de investimentos nos complexos produtores de insumos e commodities, principalmente nos setores de metalurgia, química, agribusiness, papel e celulose e dos segmentos automobilístico e têxtil, que são setores intensivos em recursos naturais e trabalho. A solução para esse malogro, ainda para Amitrano (2007), seria a aplicação de maiores investimentos em infra-estrutura; altas taxas de crescimento das exportações; e a expansão do crédito-consumo das famílias para gerar um crescimento da demanda do setor doméstico; sem esquecer, é claro, da reforma na política monetária e fiscal.

É inegável que os projetos de infra-estrutura têm potencial para desencadear efeitos fortemente positivos na economia nos próximos anos, já que têm ação sistêmica, com reflexos diretos em diversos setores, principalmente os de bens de capital, insumos e partes e componentes informacionais.

A criação de um fundo de investimento, constituído com recursos do FGTS da ordem de R\$ 5 bilhões para aplicação em obras de infra-estrutura, tem suscitado questionamentos, a exemplo da ação impetrada pela Força Sindical, de inconstitucionalidade da Medida Provisória 349, que cria esse fundo. Alega-se que esse dinheiro é dos trabalhadores e sua aplicação não poderia ser decidida pelo governo, por meio do Conselho Curador do FGTS, sem consulta aos trabalhadores, os donos desses recursos. A Central também questiona as garantias de rentabilidade desses investimentos, prefigurando risco de prejuízos para o Fundo. Outra crítica, feita pela Ordem dos Advogados do Brasil, está relacionada à ilegalidade da Medida Provisória, que generaliza o uso dos recursos do FGTS, desconsiderando a determinação da legislação.

É importante destacar que o PAC tem a natureza de um programa de crescimento econômico, em que o estado brasileiro procura retomar o papel de indutor do crescimento, diferentemente de um processo de desenvolvimento econômico, mediante o qual se buscaria articular outras dimensões socioeconômicas não contempladas pelo Programa. Além disso, a definição de um conjunto de medidas econômicas para enfrentar os importantes “gargalos” da infra-estrutura dificilmente mudará o modelo econômico vigente no país desde o início da década de noventa. Este continuará com seus fundamentos ancorados em elevadas taxas de juros, que repercutem na dívida pública e na taxa de câmbio, obstaculizando, contraditoriamente, uma proposta de elevação da taxa de investimento público e estímulo ao investimento privado na economia brasileira.

REFERÊNCIAS

AMITRANO, Claudio Roberto. *O modelo de crescimento da economia brasileira no período recente: condicionantes, características e limites*. Política Econômica em Foco, n. 7 – nov.2005/abr.2006. Seção VII. Disponível em: http://www.econ.unicamp.br/asp-scripts/boletim_cecon/boletim7. Acesso em: 03 mar. 2007.

BRASIL. Programa de Aceleração do Crescimento. Disponível em: <http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2007/01/22/materia.2007-01-22.1909859633/view>. Acesso em: 25 jan. 2007a.

BRASIL. Medida Provisória Nº 349, de 22 de janeiro de 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br> Acesso em 04 fev 2007b.

BRASIL. Medida Provisória Nº 348, de 22 de janeiro de 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 04 fev. 2007c.

CARVALHO, F. E.; LEPIKSON, P. A. J. *PAC e a nova concepção de política econômica do governo Lula*. Relatórios e apresentações, 2007. Disponível em: <http://www.nec.ufba.br>. Acesso em: 01 mar. 2007.

IPEA, Dados macroeconômicos e regionais, mar. 2007. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br>. Acesso em: 01 mar. 2007.

KUCINSKI, Bernardo. *Especulações em torno da lógica do PAC, 2007*. Disponível em: <http://www.vermelho.org.br/base.asp?texto=13318>. Acesso em: 03 mar. 2007.

PRINCIPAIS ASPECTOS DO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO. *Nota técnica*. Nº 41, jan 2007. DIEESE. Disponível em: <http://www.dieese.org.br>. Acesso em 28 fev. 2007.

SOUTO, P. O PAC na Bahia. Jornal A Tarde, 13.02.07, pág. 15.

SOUTO, P. O PAC na Bahia – 2. Jornal A Tarde, 23.02.07, pág. 13.

VALENTE, J.; BARROCAL, A. *Estados criticam falta de diálogo e serão ouvidos em março*. Carta Maior, 2007. Disponível em: <http://www.agenciaportalmaior.uol.com.br/templates>. Acesso em 23 fev. 2007.





Mercado de trabalho: um ano animador, por enquanto apenas uma possibilidade

Gustavo Santana Oliveira Santos*

* Aluno do Curso de Economia da Universidade Federal da Bahia (UFBA), membro do Núcleo de Estudos Conjunturais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFBA.

As intenções do governo de caracterizar seu segundo mandato como a retomada do crescimento econômico sustentável faz de 2007, ao menos em tese, um ano de esperanças para o mercado de trabalho. O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado pelo governo federal em fins de janeiro, ao trazer várias medidas com o intuito de melhorar a infra-estrutura do país e estimular o investimento privado, mesmo sendo de êxito incerto, não deixa de criar expectativas positivas quanto à geração de postos de trabalho, especialmente quando se considera o fato de suas ações estarem fortemente ligadas ao setor da construção civil, grande demandante de mão-de-obra.

Entretanto os primeiros indicadores para o mercado de trabalho em 2007 mostram que um progresso significativo no nível de emprego ainda é apenas uma possibilidade com boas chances de acontecer. Ao longo deste artigo far-se-á uma comparação entre os indicadores do mercado de trabalho do primeiro trimestre deste ano e o mesmo período de 2006. A partir daí, esboçar-se-á algumas predições para os meses vindouros.

OCUPAÇÃO

O ano de 2007 começou com um crescimento nas taxas de atividade em relação ao começo do ano passado. Essa maior procura por trabalho só não se converteu numa taxa de desocupação mais elevada porque o aumento da ocupação conseguiu, por pouco, superar o aumento na População Economicamente Ativa (PEA), como pode ser visto na Tabela 1.

Tabela 1
PEA e Contingente de Ocupados: Brasil*,
1º trim/2006 - 1º trim/2007

Mês	PEA			Ocupação		
	2006	2007	Var. Anual (%)	2006	2007	Var. Anual (%)
Janeiro	22.045	22.614	2,6	20.006	20.518	2,6
Fevereiro	22.154	22.659	2,3	19.922	20.427	2,5
Março	22.242	22.891	2,9	19.929	20.569	3,2

Fonte: IBGE/Pesquisa de Emprego (PME)

*Brasil: RMS, SPRJ, REC, BH, PA



Uma tendência que se opera na população ocupada desde o ano passado é a de um gradual aumento na formalização dos postos de trabalho. A média da taxa de formalização¹ medida pela Pesquisa de Emprego e Desemprego do IBGE saiu de 46,1% no primeiro trimestre do ano passado para 46,4% este ano.

Segundo os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), o último mês de março apresentou o melhor resultado da série histórica iniciada em 1992 no saldo das admissões, já descontadas as demissões. O saldo totalizou 146.141, sendo 91,15% maior que o do mesmo mês do ano passado. Com esse resultado, o saldo do trimestre também atingiu patamar recorde de 399.628, 17,6% maior que o do primeiro trimestre de 2006.

Com esses números, o Ministério do Trabalho já começa a cogitar a possibilidade de um resultado anual recorde, que supere o registrado em 2004, que alcançou 1,523 milhão (RIBEIRO, 2007a). Considerando que entram em vigor, a partir do segundo trimestre, os incentivos oferecidos pelo regime de tributação diferenciado da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas — que deve propiciar a legalização de um grande número de empresas e trabalhadores — a previsão pode, efetivamente, se confirmar.

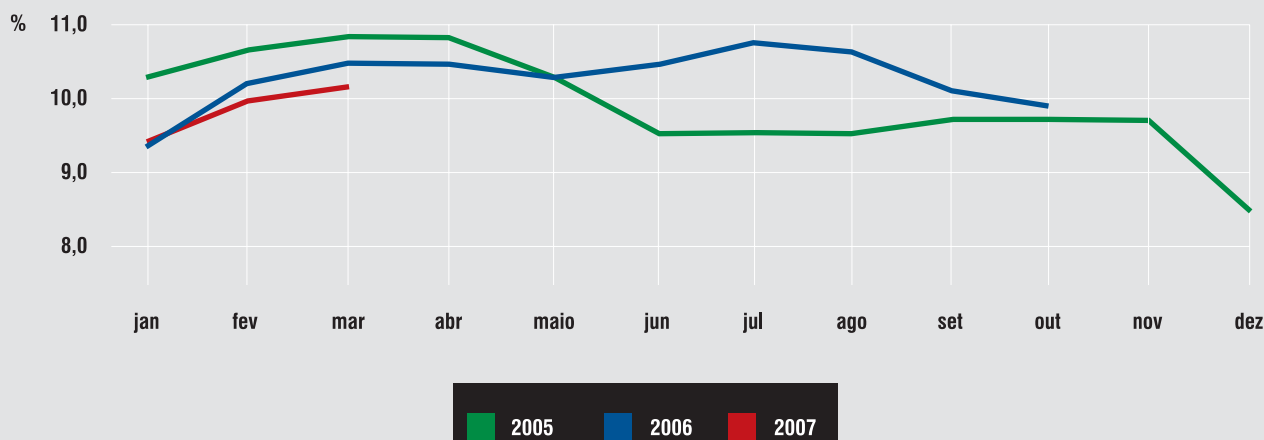
DESOCUPAÇÃO

Como o aumento na ocupação, apesar de positivo, não foi significativo, a queda na taxa de deso-

¹ Proporção da população ocupada que possui carteira de trabalho assinada.

Gráfico 1

Taxa de desemprego: Total das Regiões Metropolitanas, Jan./2005 - Mar./2007



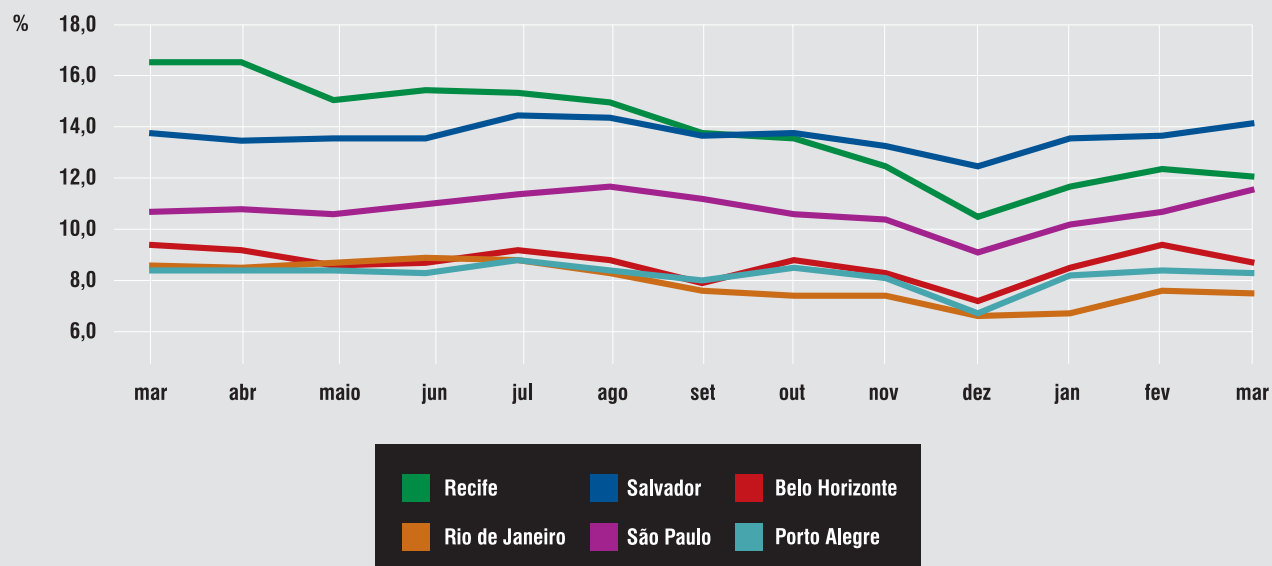
Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego - IBGE

cupação no primeiro trimestre foi pequena em relação ao primeiro trimestre do ano passado (Gráfico 1). A média desta taxa nos três primeiros meses de 2007 foi de 9,8%, contra 9,9% no mesmo período do ano passado, o que comprova que só uma mudança significativa no ritmo da atividade econômica pode trazer uma melhora mais efetiva neste indicador a partir do segundo trimestre.

No enfoque regional, o destaque negativo é a situação da Região Metropolitana de Salvador (RMS). No ano passado, que a RMS havia deixado para Recife o incômodo título de maior taxa de desemprego da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), desde outubro recuperou esse antigo status, apresentando, em março/2007, uma taxa de desemprego de 14,1%, contra 12% na Região Metropolitana do Recife (Gráfico 2).

Gráfico 2

Taxas de desemprego por Regiões Metropolitanas - Set./2005 - Set./2006



Fonte: PME/IBGE

RENDIMENTOS

Desde 2006, a evolução dos rendimentos reais tem sido bastante favorável aos trabalhadores, em grande medida graças ao comportamento da inflação, que se manteve em patamares muito baixos, e ao próprio movimento de maior formalização no mercado de trabalho, já que os trabalhadores com carteira de trabalho assinada, de uma maneira geral, ganham mais que os informais. Isso sem citar também os reajustes do salário mínimo nos últimos anos, que tiveram um peso importante nos rendimentos dos trabalhadores com carteira assinada.

Os resultados apresentados pelo Sistema de Acompanhamento de Salários (SAS) do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), captaram claramente esse bom desempenho. Segundo o balanço realizado pelo SAS-DIEESE, no ano passado, das 656 negociações sindicais acompanhadas, 85,7% terminaram resultando em reajustes salariais superiores ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) acumulado desde o último reajuste. Este foi o melhor resultado registrado pelo SAS-DIEESE desde o início do acompanhamento, em 1996, como mostra a Tabela 3.

A melhora nos rendimentos deve continuar em 2007, pois, como ilustrado no Gráfico 3, já no primeiro trimes-

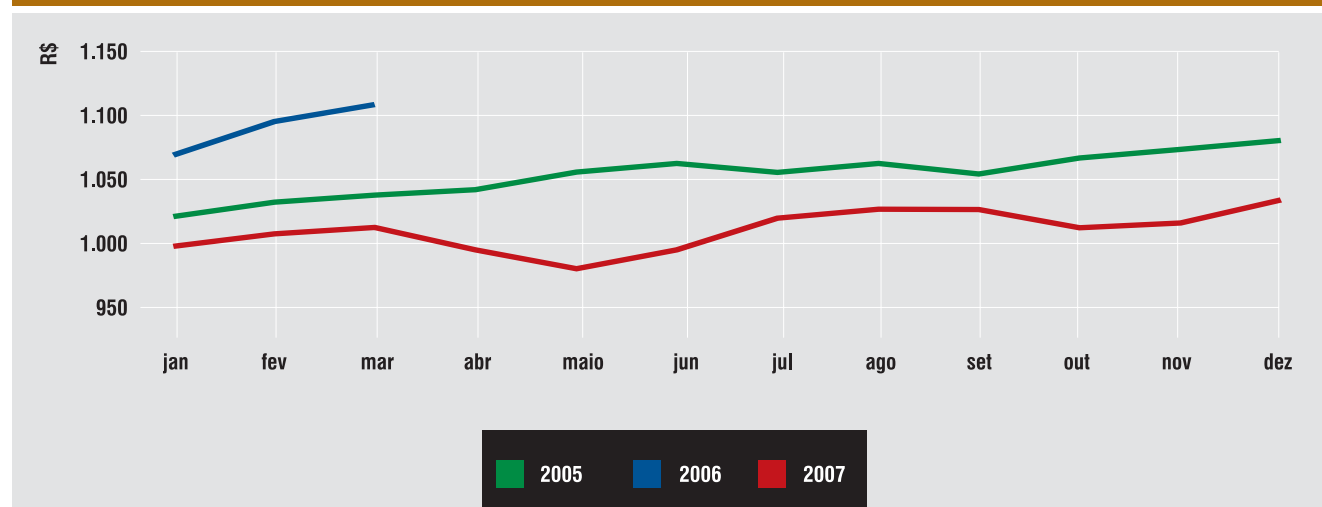
Tabela 3
Distribuição dos reajustes salariais em comparação com o INPC: Brasil, 1996 - 2006

Ano	Acima do INPC-IBGE		Igual ao INPC-IBGE		Abaixo do INPC-IBGE		Total	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
1996	120	51,9	9	3,9	102	44,2	231	100
1997	184	39,1	73	15,5	213	45,3	470	100
1998	141	43,5	64	19,8	119	36,7	324	100
1999	111	35,1	46	14,6	159	50,3	316	100
2000	190	51,5	56	15,2	123	33,3	369	100
2001	214	43,2	97	19,6	184	37,2	495	100
2002	123	25,6	134	27,9	223	46,5	480	100
2003	103	18,8	125	22,8	320	58,4	548	100
2004	361	54,9	171	26	126	19,1	658	100
2005	459	71,7	104	16,3	77	12	640	100
2006	562	85,7	70	10,7	24	3,7	656	100

Fonte: DIEESE

tre constata-se um aumento no rendimento médio real habitualmente recebido em relação ao mesmo período do ano passado. A média deste indicador para os três primeiros meses de 2007 é 5,87% maior que a média observada no mesmo período do ano passado. Com a expectativa de que a inflação permaneça estável e o movimento de formalização continue a crescer, a tendência é que a melhora persista ao longo deste ano.

Gráfico 3
Rendimento Médio Real Habitualmente Recebido*, Brasil** 2006/2007



Fonte: IBGE - Pesquisa Mensal Emprego (PME)

*R\$ de fevereiro de 2007

**Brasil: RMS, SP, RJ, RE, BH, PA



PRIMEIRAS CONTROVÉRSIAS DO ANO

Apesar dos indicadores não terem trazido grandes novidades, isso não significa que 2007 ainda não apresente fatos novos no mercado de trabalho. Duas questões merecem destaque, não só por seu caráter de novidade, mas também pela contestação que suscitaram.

A primeira diz respeito ao Fundo de Investimentos em Infra-estrutura proposto pelo PAC, que pretende utilizar R\$ 5 bilhões do patrimônio líquido do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). A proposta enfrentou resistência do movimento sindical, e três entidades — Força Sindical, Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT) e Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos (CNTM) — entraram no Supremo Tribunal Federal com uma ação direta de inconstitucionalidade (ADIN) contra a Medida Provisória 349, que autoriza o uso dos recursos do FGTS pelo novo fundo (EMENDA, 2007).

Duas foram as alegações das entidades sindicais para se opor à proposta: a primeira, amparada na lei, questiona o uso dos recursos do FGTS em projetos de infra-estrutura que não envolvam apenas saneamento básico e habitação; e a segunda relaciona-se ao fato de que a proposta põe em risco o patrimônio do

trabalhador, caso os projetos receptores dos recursos, quando finalizados, dêem retorno abaixo do esperado (EMENDA, 2007).

As entidades sindicais, mediante a ADIN, solicitaram garantias da Caixa Econômica Federal (CEF), gestora do FGTS, para os recursos dos trabalhadores aplicados em projetos de infra-estrutura e o governo acabou cedendo às exigências. A CEF já desenvolveu um formato para o fundo de investimento, de forma que a rentabilidade mínima estabelecida para o FGTS (Taxa Referencial + 3% ao ano) esteja garantida.

Em contrapartida, a CEF cobrará do FGTS, em cada uma das operações de crédito do fundo, um spread de risco — uma espécie de seguro que dependerá do perfil do projeto que receberá os recursos. Projetos com risco maior terão seguros mais elevados, enquanto aqueles

com retorno assegurado terão spread reduzido (SOFIA, 2007). A Câmara dos Deputados aceitou a proposta e a aprovou em votação no plenário (SORANO, 2007).

A outra discussão levantada nesse início de ano surgiu no processo de criação da Super-Receita. No Senado, o projeto de criação do novo órgão, que funde a Secretaria da Receita Previdenciária à Secretaria da Receita Federal, recebeu uma Emenda (nº. 3), que retira a prerrogativa dos auditores fiscais de, identificando uma relação entre duas pessoas jurídicas que encobrisse uma relação trabalhista, multar e desfazer a personalidade jurídica prestadora do serviço em questão no ato da constatação. A Emenda nº. 3 define que essa é uma prerrogativa unicamente da Justiça do Trabalho (RIBEIRO, 2007b).

A Emenda foi aprovada na Câmara e o projeto seguiu para a sanção presidencial, mas o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva decidiu vetá-la, comprometendo-se a enviar ao Congresso um projeto de lei tratando da matéria. A controvérsia em torno da emenda desencadeou reações de entidades empresariais favoráveis à proposta, com campanhas televisivas em horário nobre, e de centrais sindicais contrárias a ela, temerosas de que favoreça à precarização das relações de trabalho.

O Planalto, sob a ameaça do Congresso de derrubar o veto presidencial mediante votação no plenário (o que

exigiria maioria absoluta nas duas Casas), elaborou uma proposta em que é aberta exceção para que pessoas jurídicas mantenham relação de subordinação e regularidade, tal como uma relação trabalhista convencional, quando estiver envolvida a prestação de serviços artísticos, como o de atores e escritores. Entretanto, a pessoa jurídica prestadora do serviço terá que pagar uma contribuição previdenciária antecipada de 10%. O novo texto, que foi discutido previamente com centrais sindicais e entidades empresariais, será agora enviado ao Congresso para votação (NOVO..., 2007).

Sem dúvida, a questão que a Emenda 3 envolve deve ser tratada com cuidado especial, já que a falta de critério no tratamento desse tipo de relação entre pessoas jurídicas pode se tornar um perigoso subterfúgio para a liberalização do mercado de trabalho, evitando o caminho mais demorado e conflituoso de uma reforma trabalhista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em meio a indicadores estáveis e algumas controvérsias, o ano de 2007 começa com boas chances de não repetir o desempenho do ano passado, quando a pequena melhora na formalização e nos rendimentos veio desacompanhada de uma geração mais vigorosa de postos de trabalho. A expectativa de um aumento da atividade econômica neste ano com o PAC é um alento, mas, até o momento, ainda não se pode considerar o ano de 2007 melhor que o de 2006. Todavia existem boas possibilidades de que isso ocorra.

REFERÊNCIAS

DIEESE. Balanço das Negociações dos Reajustes Salariais em 2006. Estudos e Pesquisas. Disponível em: http://www.dieese.org.br/esp/estpesq33_balancodosreajustes2006.pdf. Acesso em: 05 Abr. 2007.

EMENDA pode limitar uso do FGTS em fundo com risco. Folha Online. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u114231.shtml>. Acesso em: 04 Abr. 2007.

IBGE. Pesquisa Mensal de Emprego. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/default.shtm. Acesso em: 01 Maio 2007.

“Sem dúvida, a questão que a Emenda 3 envolve deve ser tratada com cuidado especial, já que a falta de critério no tratamento desse tipo de relação entre pessoas jurídicas pode se tornar um perigoso subterfúgio para a liberalização do mercado de trabalho”

MATAIS, Andreza. Lula pede a Renan que adie votação do veto à emenda 3. Folha Online. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u90960.shtml>. Acesso em: 05 Abr. 2007.

NOVO texto tenta definir regras para empresas individuais na emenda 3. Folha On Line. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u116570.shtml> . Acesso em 01 Maio 2007.

RIBEIRO, Ana Paula. Empregos formais batem recorde e somam 146 mil em março. Folha Online. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u116462.shtml>. Acesso em 30/04/2007.

RIBEIRO, Ana Paula. Lula veta emenda 3 e encaminhará projeto ao Congresso. Folha Online. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u115286.shtml>. Acesso em: 05 Abr. 2007.

SOFIA, Julianna. Caixa conclui formato de fundo de investimento do PAC. Folha Online. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u115493.shtml>. Acesso em: 04 Abr. 2007.

SORANO, Vitor. Folha Online. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u116205.shtml> . Acesso em 01 Maio 2007.

Novo PIB da Bahia: breves notas metodológicas e rebatimentos regionais

Edmundo Sá Barreto Figueirôa*
Gustavo Casseb Pessoti**

Desde que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou, em março de 2007, a nova metodologia de cálculo do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil, uma dúvida tem pairado nas mentes dos economistas baianos: qual o rebatimento que esta mudança metodológica pode ter na mensuração do PIB da Bahia? Este artigo tem como objetivo apenas pontuar as principais mudanças que estão sendo implementadas na base das contas nacionais e regionais do país.

O PIB é um dos mais importantes indicadores macroeconômicos, pois sintetiza todo o processo de geração de riquezas pelos mais diferentes setores econômicos de um país (estado ou município) em um determinado período de tempo. Com base na sua mensuração e resultados, tornam-se possíveis as análises das diferentes

relações econômicas, assim como o desempenho real das diversas economias ao longo do tempo.

Mais do que um indicador sintético do desempenho econômico, o PIB é freqüentemente usado por diversos segmentos da sociedade. É também referência para planos e projetos do governo, assim como nas projeções de secretarias de governo — especialmente as de planejamento e finanças —, buscando a sua correlação com a arrecadação de impostos e/ou monitorar o planejamento estratégico com vistas a alcançar um novo patamar de produção.

As alterações metodológicas realizadas pelo IBGE para o Brasil, assim como o novo conjunto de informações que agora passa a lastrear o seu cálculo, possibili-

* Diretor de Estatística e Indicadores da SEI

** Coordenador de Contas Regionais e Finanças Públicas da SEI.



taram uma nova leitura dos resultados de desempenho, bem como revelaram modificações expressivas na estrutura dos setores que compõem o referido macroindicador. Quando tais mudanças forem implementadas, no âmbito regional, os resultados poderão evidenciar uma nova "realidade", diferente daquela que se tomava como parâmetro, baseada no antigo método de mensuração.

PRINCIPAIS MODIFICAÇÕES NO CÁLCULO DO PIB COM A NOVA METODOLOGIA

O IBGE, desde 1985, não realiza os censos econômicos, os quais, quinquenalmente, serviam de parâmetro e base de dados para a elaboração das Contas Nacionais. A única exceção ficou para o censo agropecuário, que deveria continuar sendo levantado sistematicamente, mas que também sofreu solução de continuidade, somente indo a campo entre 1995/96 (ano safra), diferente do último, anteriormente realizado em 1985, que seguia o calendário civil. Esta diferença exigiu adaptações metodológicas para tornar comparável o conceito de ano safra com o conceito de ano calendário.

Em lugar dos levantamentos censitários, o IBGE passou a utilizar as suas pesquisas estruturais anuais, que

buscam abarcar os principais setores econômicos e que agora alicerçam a estruturação da nova série do PIB. Dentre elas se destacam: a Pesquisa Industrial Anual (PIA), a Pesquisa Anual dos Serviços (PAS), a Pesquisa Anual do Comércio (PAC) e a Pesquisa Anual da Indústria da Construção (PAIC), entre outras. Essa mudança de fonte de informações, por si só, já suscita alguns esclarecimentos, dado que essas pesquisas passaram a ser a nova fonte de referência para a produção de estatísticas nacionais e estarão, também, alimentando o sistema de contas regionais.

O cálculo anterior, isto é, aquele que vinha sendo utilizado para a mensuração do PIB do Brasil e das unidades da federação, até março de 2007, utilizava os censos econômicos como base de cálculo (os últimos realizados datam de 1985). Os censos tinham como objeto o estabelecimento, o qual fornecia todos os dados necessários ao modelo utilizado. Os dados obtidos se referiam ao espaço territorial, onde a empresa exercia as suas atividades. Dessa maneira a informação obtida nos estabelecimentos estava, de certa forma, automaticamente regionalizada. Ou seja, para o cálculo do PIB dos estados não era necessário aplicar praticamente nenhum método de rateio com o objetivo de regionalizar as informações obtidas.

Entretanto, com a utilização apenas dos dados dos censos, era impossível, especialmente em âmbito re-

gional, em que o cálculo era efetuado apenas pelo lado da oferta, proceder-se a atualizações dos coeficientes de consumo intermediário. Em outras palavras não se tinha um balizador para verificar adequadamente se a relação entre o Consumo Intermediário (CI) e o Valor Bruto da Produção (VBP) havia sofrido grandes modificações.

Com o Consumo Intermediário, agora obtido diretamente das pesquisas, pode-se avaliar seu nível de aderência em relação àqueles obtidos no censo de 1985. Este fato pode alterar substancialmente os resultados do Valor Agregado Bruto (VAB), pois, ao captar anualmente as mudanças ocorridas na economia, as referidas pesquisas modificam a estrutura interna dos setores e segmentos do PIB e, desta forma, provocam mudanças no peso relativo das atividades econômicas.

Com a utilização das atuais pesquisas anuais, os procedimentos mudam radicalmente. As pesquisas atualizam anualmente a base de dados, ao permitir, com maior agilidade, a inserção de novos segmentos econômicos. No caso das informações para os estados, ou seja, o dado regionalizado, apresentam uma diferença bastante considerável, quando comparadas com os antigos censos, pois têm como foco a empresa e não mais o estabelecimento. Este fato impõe a necessidade de que seja realizado um processo criterioso de regionalização, pois a empresa pode ter unidades operando em diversos espaços do território nacional.

Este fato, por si só, já dá uma noção das modificações e os seus rebatimentos em termos regionais, pois, como as principais informações se concentram na sede, os valores obtidos têm que ser rateados entre os diversos espaços onde a empresa exerce as suas atividades, por meio das suas Unidades Locais de Produção (filiais). O IBGE utilizou como ponderador, para proceder ao rateio dos dados das empresas matrizes, as informações prestadas pelas Unidades Locais de Produção. Vale salientar que a empresa pode ter unidades que desempenham mais de um tipo de atividade, assim como pode produzir diferentes produtos/serviços nas suas Unidades Locais de Produção, os quais podem também ser enquadrados em diferentes classificações econômicas.

“Foi realizado um trabalho de reclassificação de algumas atividades, o que, igualmente, proporcionou mudanças no peso relativo de determinadas atividades/setores”

Complementarmente, foi realizado um trabalho de reclassificação de algumas atividades, o que, igualmente, proporcionou mudanças no peso relativo de determinadas atividades/setores. Nesse sentido, foi realizado o cruzamento conjunto e simultâneo da base de dados das diversas pesquisas, para melhor depuração e maior ajustamento dos níveis de classificação das atividades. Com dito procedimento, houve uma ampliação do setor de serviços, uma vez que determinadas atividades auxiliares¹, classificadas em outros segmentos, passaram a ser enquadradas como atividades de serviços.

Uma observação também importante é o fato de que as pesquisas são realizadas anualmente, permitindo que parte da construção dos níveis de evolução do produto real possa ser realizada por processos de deflacionamento. No cálculo anterior, diferentemente, pela inexistência de uma série anual de valores nominais, eram utilizados, prioritariamente, índices de volume para extrapolar a tendência da maior parte das atividades.

REBATIMENTOS EM NÍVEL REGIONAL

As Contas Regionais, elaboradas sob metodologia uniforme para todas as Unidades da Federação, estão atreladas aos procedimentos implementados em âmbito nacional, de maneira que os seus resultados sejam

¹ Por exemplo a prestação de serviços a outros setores de atividades, que não era enquadrada no setor de serviços.

comparáveis, entre os diversos estados, e o seu total convirja com o total do país.

Dadas as características e perfis econômicos, diferenciados em âmbito regional, os rebatimentos das mudanças em curso assumem intensidades também diferenciadas em cada um dos estados, podendo provocar reduções ou aumentos das suas grandezas macroeconômicas, assim como reduções ou aumentos nas taxas de crescimento real já divulgadas. Este fato está relacionado ao peso relativo dos setores das referidas economias, à susceptibilidade destes em relação à magnitude das alterações e ao impacto nas suas estruturas internas, em nível regional.

Como já amplamente enfatizado, essas mudanças vão gerar uma expressiva reponderação interna na estrutura das atividades. Esta nova estrutura será a base de ponderação do cálculo trimestral. Nesse sentido, tanto em relação ao fechamento do PIB em termos anuais como, principalmente, ao seu cálculo trimestral — o qual apresenta maior sensibilidade em relação à estrutura utilizada no seu processo de ponderação —, os resultados poderão diferir das séries anteriormente divulgadas, não se podendo precisar, neste momento, qual a intensidade da influência que os novos pesos internos dos setores terão no resultado final do indicador.

É certo afirmar, entretanto, que essa nova metodologia vai, pelas ainda preliminares informações obtidas, modificar e atualizar a composição interna do PIB de todas as unidades da federação, permitindo maior clareza sobre a importância relativa das novas atividades na geração de valor agregado.

Poder-se-ia alinhar, neste breve artigo, uma série de importantes mudanças metodológicas incorporadas pelo órgão central de estatística, no cálculo do PIB do Brasil, em consonância com as recomendações das Nações Unidas, e que, em níveis diferenciados, também influenciarão os resultados regionais. Evitou-se, entretanto, tecer maiores comentários, já que se trata de assunto extremamente técnico, acreditando-se que os aspectos ora abordados sejam suficientes para dar um panorama das questões relacionadas ao tema.

Embora sem detalhar nem analisar as suas repercussões, estão a seguir elencadas outras modificações relacionadas à nova metodologia do Produto Interno Bruto:

- a incorporação dos serviços de informação, englobando o antigo segmento de telecomunicações e adicionando consultoria em *hardware*, processamento de dados, atividade de banco de dados, distribuição *online*, cinema, rádio e agências de notícias;
- as contas do governo, medidas pela ótica da renda, basicamente, com itens do consumo intermediário (gastos de custeio) e salários e encargos de funcionários, passam a assumir o conceito de produto bruto, com a incorporação do consumo de capital fixo (depreciação de prédios máquinas e equipamentos);
- incorporação dos fundos de investimentos nos serviços financeiros e a utilização das tarifas bancárias na evolução da intermediação financeira;
- tratamento diferenciado do *dummy* financeiro (diferencial entre os juros recebidos e os pagos), antes alocado como uma atividade fictícia, na qual se admite um Valor de Produção nulo e um Consumo Intermediário equivalente ao valor da produção representado pelos juros imputados. O Serviço de Intermediação Financeira Indirectamente Medido (SIFIM) é agora distribuído de acordo com o valor agregado das demais atividades, evitando-se a dupla contagem, tendo em vista que a referida receita não corresponde ao valor efetivo gerado naquela atividade;
- a incorporação, na área do consumo (ao lado do consumo das famílias), dos valores do terceiro setor (ONGs, igrejas e clubes);
- alteração no método de evolução do setor governo, que antes acompanhava o ritmo de crescimento da população e agora passa a evoluir, uma parte por deflação dos seus custos explícitos e a outra, referente a salários e encargos, por índice de volume, com base no número de funcionários.

- alterações na classificação de alguns produtos/atividades, fazendo-os migrar de um determinado setor da economia para outro. A base da classificação é a Classificação Nacional das Atividades Econômicas (CNAE). Exemplo: a atividade dos correios era classificada em comunicações. Pela nova classificação, a atividade se incorpora ao setor transportes;
- alteração no método de mensuração da pecuária, com a substituição do cálculo realizado anteriormente, por algoritmos de produção, para o novo método baseado no ciclo de vida dos animais;
- incorporação de informações oriundas das declarações do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas;
- aumento do número de atividades econômicas analisadas, que passarão de 43 para 149. O número de produtos avaliados também será ampliado de 80 para 293.
- o índice de volume dos serviços financeiros e de intermediação financeira antes calculados considerando a média do crescimento da economia, agora levará em conta fatores como a variação no valor das tarifas bancárias e o deflator implícito do PIB;
- inclusão da Pesquisa de Orçamento Familiar e da Pesquisa Sobre a Informalidade.

CONCLUSÃO

Embora o conjunto de informações regionais, encaminhadas pelo IBGE para processamento pelas equipes regionais, não permita, até o momento, a consolidação de todos os setores das economias dos estados, já aponta para alterações substanciais na estrutura interna dos seus PIBs.

Vale ressaltar que esse é um momento de importantes mudanças na construção do macroindicador. O *trade-off* entre a manutenção da metodologia antiga, cuja base está extremamente defasada, e a incorporação e o avanço para novos procedimentos metodológicos

com uma nova base de dados é inevitável, sendo uma operação complexa e muito delicada.

Por outro lado, embora o PIB seja um indicador amplamente utilizado, não é trivial o domínio das suas especificidades. Nesse sentido, quem não conhece a metodologia, nem tampouco a necessidade imperiosa e a inevitabilidade das mudanças, mesmo com todas as conseqüências e o ônus impostos por tal procedimento, dificilmente irá entender que se trata, única e exclusivamente, de um processo meramente técnico e metodológico, não estando atrelado a nenhum outro tipo de motivação.

No momento em que as equipes regionais, sob a coordenação do IBGE, estão implementando a nova metodologia e, conseqüentemente, realizando as novas estimativas do PIB dos estados, diversos são os indicadores setoriais que podem auxiliar na compreensão do desempenho das economias regionais.

No caso da Bahia, praticamente todas as pesquisas conjunturais evidenciam a manutenção de uma tendência de crescimento, em 2007, que se reflete nos seus principais indicadores trimestrais.

A agricultura apresenta recuperação da sua produção, após um desempenho bastante prejudicado por intempéries climáticas em 2006. Segundo os dados do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola, a safra baiana de grãos, por exemplo, deverá ser recorde, girando em torno de 5,6 milhões de toneladas — aproximadamente 29% maior que a safra 2006 —, com a recuperação das principais lavouras².

O volume de vendas do comércio varejista baiano, outro importante indicador do desempenho econômico, registrou, segundo a Pesquisa Mensal do Comércio, um crescimento de 11,1% no primeiro trimestre do ano. Há quarenta meses consecutivos, o varejo baiano apresenta expansão no volume de vendas reais (já descontada a inflação).

² A soja, por exemplo, deve apresentar uma safra aproximadamente 16% maior e o milho quase 51% maior em 2007, em relação a 2006, segundo o LSPA-IBGE.

A indústria baiana de transformação, setor também expressivo da economia baiana, apesar da diminuição na intensidade do seu crescimento, continua apresentando resultados positivos para a economia do estado. Segundo os indicadores trimestrais fornecidos pela Pesquisa Industrial Mensal do IBGE, o setor acumulou 2,0% de crescimento no primeiro trimestre do ano.

Poder-se-ia ainda incorporar um conjunto bastante amplo de indicadores que corroboram a tendência de crescimento da economia baiana, tais como: arrecadação de ICMS, nível de emprego e renda, comércio exterior, entre outros. Mas, como isso se desviaria do objetivo desse artigo, sugere-se, para um conhecimento mais aprofundado e detalhado sobre o desempenho dos principais setores econômicos da Bahia, a leitura do artigo de conjuntura da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI, veiculado nesta mesma revista.

REFERÊNCIAS

CENTRO INTERNACIONAL DE NEGÓCIOS DA BAHIA. *Desempenho do comércio exterior*. Salvador: PROMO, [2004]. Disponível em: <<http://www.promobahia.com.br>>. Acesso em: 12 maio 2007.

IBGE. *Sistema de contas nacionais Brasil: 2000-2005*. Rio de Janeiro: IBGE, n. 19, 2007. p.77.

_____. *Levantamento sistemático da produção agrícola*. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 16 maio 2007.

_____. *Pesquisa industrial mensal de produção física – Regional*. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 21 maio 2007.

_____. *Pesquisa mensal do comércio*. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 21 maio 2006.

O social como vetor de desenvolvimento econômico

OS DESAFIOS PARA PROMOVER O DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO DA BAHIA COM EQUIDADE SOCIAL



José Geraldo dos Reis Santos

Diretor geral da SEI

O novo governo da Bahia tem um grande desafio pela frente, que é inverter a lógica do desenvolvimento econômico, social e territorial do Estado. Esse grande desafio pode ser sintetizado da seguinte forma: como compatibilizar uma inserção competitiva da economia baiana no mercado nacional e global com um processo de diminuição das desigualdades sociais e regionais e, ao mesmo tempo, com desconcentração econômica? Essa é a síntese dos desafios que estão postos nesse início de gestão.

A experiência recente de desenvolvimento econômico e social do Estado da Bahia foi ancorada nos grandes empreendimentos e em algumas regiões específicas: a petroquímica e, mais recentemente, a indústria automotiva na Região Metropolitana de Salvador; turismo no Litoral Norte e Litoral Sul; o pólo de fruticultura no entorno do eixo Juazeiro-Petrolina; o pólo produtor de cereais e grãos no Oeste da Bahia, mais especificamente no entorno de Barreiras e Luís Eduardo Magalhães; a celulose no Extremo-sul. De uma forma geral, a âncora do modelo de desenvolvimento que estava sendo implementado estava exatamente nesses pólos, que, por sua vez, do ponto de vista espacial, se situam em extremos do nosso território, o que já é algo bastante trabalhado na literatura que trata da questão do desenvolvimento.

É também característica do Estado da Bahia e consequência desse modelo de desenvolvimento uma alta concentração econômica e um alto grau de desigualdades sociais. A estratégia de desenvolvimento econômico e social implementada até agora tem focado as chamadas “ilhas dinâmicas” da nossa economia. Ao mesmo tempo não se enfrentaram alguns problemas estruturais

como, por exemplo, a questão do semi-árido, que representa 69% do nosso território e 48% da nossa população. Assim sendo, qual a margem de manobra do novo governo para montar uma estratégia de desenvolvimento que seja contemporânea com essa realidade?

O novo governo não pode abrir mão desses grandes empreendimentos já existentes, importantes para o crescimento econômico e do PIB, mas que, por natureza, não têm um caráter de geração de empregos e de distribuição de renda. Como montar, por exemplo, uma estratégia de desenvolvimento econômico que contemple a permanência dos grandes empreendimentos, mas abra a possibilidade da constituição de uma nova densidade econômica e social, moderna, contemporânea e que aponte para a melhoria da qualidade de vida e a diminuição das desigualdades sociais? Nesse sentido, o governo Wagner aponta algumas pistas.

Ao propor enfrentar o problema do semi-árido, o governo pode constituir uma estratégia de transformar o social em um novo vetor de desenvolvimento econômico no Estado da Bahia. São exemplos disso o apoio a programas como Água Para Todos e Luz Para Todos; a consideração do peso econômico que têm alguns programas de transferência de renda, a exemplo do Bolsa Família e das aposentadorias; as intervenções de caráter produtivo, a exemplo do incentivo ao biodiesel e a criação de uma logística específica que canalize a pequena produção rural para os grandes corredores de transporte.

O governo tem apontado para a possibilidade de induzir a agregação de valor em algumas cadeias produtivas

como a da caprinocultura, da ovinocultura, da produção de laticínios, do mel, da cachaça. E isso se casa com o esforço da constituição de uma rede de Arranjos Produtivos Locais (APLs) em várias regiões do Estado da Bahia. Nesse sentido, é possível trabalhar o incentivo ao pequeno empreendimento urbano e rural, integrando essa economia à rede de mercado mais ampla, visando os mercados nacional e internacional.

Tornar a esfera do social um novo vetor de desenvolvimento econômico é ver o social como uma dimensão produtiva e, ao mesmo tempo, uma dimensão de políticas que visam à melhoria da qualidade de vida da população. As políticas de educação e de saúde pública; as medidas para a diminuição do analfabetismo no nosso Estado; medidas visando a disseminação e o espriamento do ensino superior por meio das nossas universidades estaduais e da criação de novas universidades federais no interior do Estado podem significar não apenas ganhos do ponto de vista de cidadania. Os recursos vinculados às áreas sociais — especialmente educação e saúde — são significativos e capazes de impactar as economias locais.

Em sintonia com essa estratégia de transformação do social num vetor de desenvolvimento econômico, cabe lembrar o papel de estruturação da rede de cidades do nosso Estado. Uma estratégia de desconcentração econômica e espacial do desenvolvimento da Bahia não deve ser confundida com fragmentação. Daí a importância de o governo ter a clareza da necessidade de contribuir para uma estruturação mais equilibrada da nossa rede urbana. Nesse caso específico, ganham importância as chamadas “cidades pólo” da Bahia, que são importantíssimas para a distribuição de bens e serviços para as comunidades regionais. Dentro dessa lógica, cabe ao governo pensar na estruturação de equipamentos e serviços públicos adequados a determinados portes de cidades. Então, há cidades que demandam certos equipamentos de saúde, educação e segurança; há outras que têm o papel de capitais regionais. Portanto há que se pensar na possibilidade de dotá-las de equipamentos mais amplos como aeroportos e centros de convenções e, ao mesmo tempo, na infra-estrutura social das grandes, médias e pequenas cidades, que envolve a questão da água potável e do saneamento básico. Dessa forma, o governo compatibiliza uma preocupação social com o reforço da logística.

O pensamento sobre a logística também precisa ser invertido, fazendo com que a Bahia não seja apenas um caminho da relação econômica entre Centro-Sul e Nordeste, mas abra uma interconexão entre o Leste e o Oeste do país. Daí a importância, já bastante comentada, da ferrovia Leste-Oeste. Sabendo compatibilizar investimentos e atração de investimentos para essa logística, com esse caráter; sabendo compatibilizar os grandes empreendimentos com os pequenos e médios; sabendo fomentar os novos arranjos produtivos locais; sabendo estruturar a rede de cidades; enfim, sabendo implementar políticas de inclusão social, incorporando-as como alavancadoras do desenvolvimento, o governo da Bahia poderá ser bastante inovador em relação aos outros estados, porque não correrá o risco de haver estratégias de pequenos empreendimentos se contrapondo aos grandes, nem uma estratégia exclusiva de incentivo ao mercado interno em detrimento do mercado externo. Então, é uma estratégia cujo foco continua sendo a preocupação com o social, mas é contemporânea e leva em consideração as transformações econômicas, sociais, políticas e culturais da nossa época.

Por se tratar de uma estratégia contemporânea de desenvolvimento comprometida com a inclusão social, tem que, necessariamente, considerar o papel da informação e do conhecimento como elementos estruturantes. E quando é citado o papel do conhecimento e da informação, as referências não são apenas os grandes empreendimentos que utilizam tecnologia intensiva. Esta dimensão é necessária a toda e qualquer escala econômica. Quando se trata de uma indústria de ponta com tecnologia intensiva, é óbvia a importância do conhecimento e da informação. Mas, mesmo nos pequenos empreendimentos, cada vez mais, a informação e o conhecimento se tornam imprescindíveis. O pequeno empreendimento rural ou urbano não é algo isolado. Deve-se trabalhar a idéia de pequenos empreendimentos que estejam permanentemente buscando agregar valor ao seu produto. Por exemplo, na cadeia produtiva da caprinocultura, é necessária a criação de uma caprinocultura em bases modernas, ainda que a partir de pequenas propriedades e pequenos produtores. Sintetizando, a informação e o conhecimento passam a ser determinantes nessa nova estratégia de desenvolvimento econômico e social.

Investimentos industriais previstos irão gerar **55.498** novos postos de trabalho

Os investimentos industriais anunciados para o estado da Bahia, a serem realizados no período de 2007-2011, totalizam um volume da ordem de R\$ 13,6 bilhões, agregando 416 projetos. Estão subdivididos em treze eixos de desenvolvimento e em nove complexos de atividade econômica.

Em relação à localização, indicada pelos eixos de desenvolvimento, tem-se que os eixos Metropolitano e Planalto Central concentram 53,3% dos investimentos previstos, representados num volume de R\$ 7,2 bilhões, respondendo por 52% dos projetos (216). Os outros eixos são responsáveis por um montante na ordem de R\$ 6,4 bilhões, alocados em 200 projetos.

Analisando-se os investimentos quanto ao complexo de atividade econômica, verifica-se que os complexos de Atividade Mineral e Beneficiamento (31,7%), e Madeireiro (22,7%) respondem por 54,4% dos investimentos industriais previstos, perfazendo R\$ 7,4 bilhões concentrados em 47 projetos. Os demais agregam R\$ 6,2 bilhões, distribuídos em 369 projetos, destacando-se o segmento Químico-petroquímico (12,1%).

Para a situação dos investimentos, observa-se que 67,9% estão em implantações de novas unidades industriais, representando um aporte de R\$ 9,3 bilhões em 336 projetos. Ampliações e reativações totalizam 32,1% dos investimentos, gerando recursos de R\$ 4,4 bilhões em 80 projetos.

No que tange ao número de empregos previstos, tem-se a expectativa que os empreendimentos industriais gerem 55.948 postos de trabalho, sendo que os eixos Metropolitano (39,2%) e Grande Recôncavo (15,1%) absorvem aproximadamente 54,3% dos empregos, ou 30.396 novos postos. Os restantes respondem por 45,7% dos empregos.

A política de atração de investimentos industriais, promovida pelo governo do estado, tem contribuído significativamente para a diversificação do parque industrial. Este fato vem ocorrendo desde 1991, com a implantação de programas de incentivos fiscais, como o Probahia. Estes programas se intensificaram, destacando-se: em 1995, com os incentivos especiais para o setor de informática; em 1997, com o Procomex, para o setor de calçados e seus componentes; em 1998, com o Bahioplast, para o setor de transformação plástica; além do Procobre e Profibra. A partir de 2002, o Desenvolve substituiu os demais programas implantados anteriormente. Dentre as principais indústrias que estão se instalando e ampliando sua capacidade em 2007, encontra-se a Livon Indústria e Tecnologia de Eletrônicos Ltda.





Tabela 1
Investimentos industriais previstos para a Bahia
Volume de investimento e número de empresas por complexo de atividade
2007 - 2011

Complexo	Volume (R\$ 1.000,00)	Nº de Projetos
Agroalimentar	1.218.794	68
Atividade mineral e beneficiamento	4.324.429	28
Calçados/Têxtil/Confecções	896.785	48
Complexo madeireiro	3.096.716	19
Eletroeletrônico	158.796	52
Metal-mecânico	424.908	36
Químico-petroquímico	1.655.299	88
Transformação petroquímica	612.710	67
Outros	1.258.890	10
Total	13.647.326	416

Fonte: SICM / Jornais Diversos

Elaboração: CAC-SEI

Nota: Dados preliminares, sujeitos a alterações. Coletados até 30/04/07

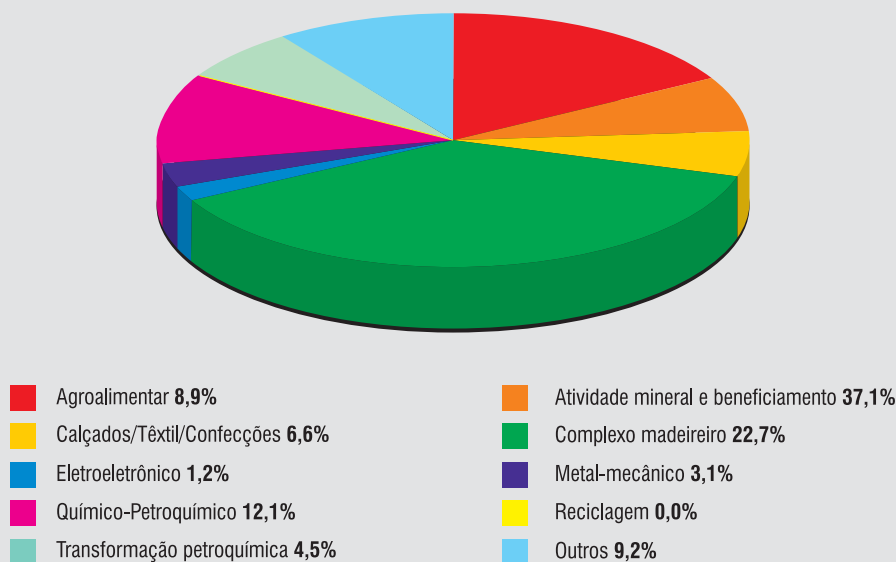
Tabela 02
Investimentos industriais previstos para a Bahia
Volume de investimento e número de empresas por eixo de desenvolvimento
2007 - 2011

Eixo	Volume (R\$ 1.000,00)	Nº de Projetos
Baixo Médio São Francisco	48.239	7
Chapada Norte	88.335	12
Chapada Sul	3.746	3
Extremo Sul	3.371.213	13
Grande Recôncavo	945.518	60
Irecê do São Francisco	22.193	2
Mata Atlântica	663.942	41
Médio São Francisco	3.000	1
Metropolitano	3.626.183	212
Nordeste	15.537	4
Oeste do São Francisco	253.154	5
Planalto Central	3.650.918	4
Planalto Sudoeste	315.299	38
A definir	640.050	14
Total	13.647.326	416

Fonte: SICM / Jornais Diversos

Elaboração: CAC-SEI

Nota: Dados preliminares, sujeitos a alterações. Coletados até 30/04/07

**Investimentos previstos para a Bahia - 2007/2011
Participação por complexo de atividade**


Fonte: SICM / Jornais diversos
Elaboração: CAC-SEI

METODOLOGIA DA PESQUISA DE INVESTIMENTOS INDUSTRIAIS PREVISTOS

A metodologia utilizada pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI para levantar as intenções de investimentos industriais previstos para os próximos quatro anos no estado da Bahia, desenvolvida inicialmente pela Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia - SEPLAN, consiste em coletar diariamente as informações primárias dos prováveis investimentos a serem implantados no estado, divulgadas pelos principais meios de comunicação, e obter sua confirmação junto às respectivas empresas. Essas informações são coletadas nas seguintes publicações: Gazeta Mercantil, Valor Econômico, A Tarde, Correio da Bahia e Diário Oficial do Estado da Bahia. O levantamento desses dados também é obtido junto à Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração do Estado da Bahia – SICM através dos protocolos de intenção e projetos econômico-financeiros entregues à Secretaria para o requerimento de incentivos dos programas PROBAHIA, BAHIAPLAST e do atual DESENVOLVE.

Após a verificação das informações coletadas e a confirmação das empresas a serem implantadas no estado, identifica-se a existência de dupla contagem. Depois de consistidos, os dados são apresentados sob a forma de tabelas e gráficos, contendo o volume e participação dos investimentos industriais por complexo de atividade, por eixo de desenvolvimento e o número de projetos. Os valores dos investimentos anunciados estão expressos em reais.

Os dados mais desagregados são disponibilizados e atualizados mensalmente no site da SEI, com dados a partir de 1997, apresentando valores acumulados.

SEP 76

Migração e migrantes
da Bahia nos anos
de 1980 e 1990:
tendências e perfis
sociodemográficos

Foto: Angeluci Figueiredo/AGECOM

Desde os anos 1930, a Bahia vem se caracterizando como emissora de população para alguns estados, particularmente, para os do Sudeste. Tem se verificado uma mudança na tendência dos fluxos migratórios, com a desaceleração da emigração e a intensificação da imigração para o Estado. Esse é um dos destaques da SEP 76, que traz um estudo sobre o tema nas décadas de 1980 e 90. É o trabalho mais recente no Estado a reunir informações municipais, estaduais e regionais do movimento migratório com análises das tendências e perfis sociodemográficos dos migrantes.

www.sei.ba.gov.br/publicacoes

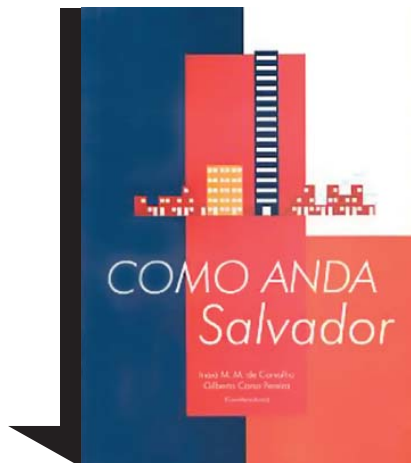


SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS
ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA



TERRA DE TODOS NÓS

Secretaria do Planejamento



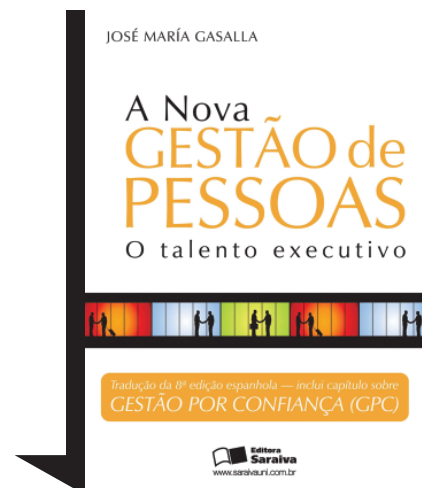
COMO ANDAR SALVADOR: E SUA REGIÃO METROPOLITANA
Ináia M. M. de Carvalho e Gilberto Corso Pereira (Coordenadores)
Editora Edufba, 185pág.
R\$ 35,00

Este livro reúne textos de diversos autores cujas observações apuradas permitem ao leitor compreender a situação social, econômica e geográfica de Salvador e Região Metropolitana. Os textos são ilustrados com gráficos e mapas atualizados tornando a leitura mais dinâmica. A partir de análises sobre temas, como: violência, infraestrutura, demografia e economia, os autores traçam um perfil dessa região que concentra conflitos e esperanças, contradições e liberdade, tornando o livro um indispensável meio para entendê-la um pouco mais.



URBANISMO NO BRASIL: 1895-1965
Maria Cristina da Silva Leme (org.)
Editora Edufba, 2ª Edição, 2005, 600 pág.
R\$ 70,00

Este livro configura-se no mais completo banco de dados sobre a evolução do urbanismo no Brasil. Trabalho extenso reunindo pesquisadores de oito cidades brasileiras, o conjunto de artigos faz um relato e uma análise crítica do papel das idéias e das realizações para a construção da cidade brasileira no século XX. Sob o formato de um guia de fontes, o leitor tem acesso a um material documental inédito, apresentado num breve relato sobre os planos e projetos urbanísticos elaborados para cada cidade.



A NOVA GESTÃO DE PESSOAS O TALENTO EXECUTIVO
Autor: José María Gasalla
Tradução: José Alberto Froés Cal
Gênero: Administração / Recursos Humanos

Editora: Saraiva, 1.ª no Brasil - tradução da 8ª edição espanhola, 232 pág.
R\$ 39,00

A proposta deste livro do consultor e palestrante espanhol José María Gasalla é diagnosticar a situação humano-organizacional das empresas que deparam com o novo milênio e vislumbrar novas formas de pensar e agir em nível organizacional e administrativo. O autor apresenta modelos e técnicas para o "novo executivo", o qual terá de conseguir um impulso contínuo e renovado, a cada momento, em direção ao controle do caos, da incerteza e da imprevisão.



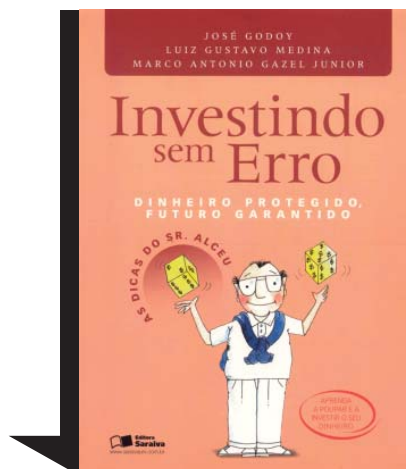
GESTÃO DE MARKETING E COMUNICAÇÃO – AVANÇOS E APLICAÇÕES

Mitsuru Higuchi Yanaze

Editora Saraiva - 1ª edição, 2007, 576 pág.

R\$ 115,00

Este livro pretende ser uma obra esclarecedora sobre uma das mais importantes disciplinas da moderna administração de empreendimentos, tanto empresariais quanto pessoais, com ou sem fins lucrativos. Organizado pelo professor Mitsuru Higuchi Yanaze, da Universidade de São Paulo, Gestão de Marketing e Comunicação – Avanços e Aplicações traz ao leitor uma nova visão do marketing, colocando como um princípio de trabalho eficaz, que envolve não somente o mercado externo, mas todos os níveis hierárquicos de uma empresa.



INVESTINDO SEM ERRO – DINHEIRO PROTEGIDO, FUTURO GARANTIDO

Coleção: As dicas do Sr. Alceu

Autores: José Godoy, Luiz Gustavo Medina e Marco Antonio Gazel Junior

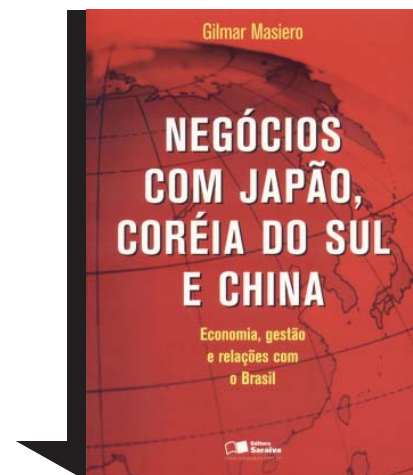
Ilustrações: Michele Iacocca

Editora Saraiva - 1.ª edição, 2006, 168 pág.

R\$ 29,90

Há dúvidas e mitos relacionados ao dinheiro, tão arraigados, que confundidos com a verdade, afastam um grande número de pessoas de uma vida mais tranquila. Muitas vezes misturados ao orgulho e a vaidade, que impedem de se pedir auxílio em uma situação tão íntima, criam um círculo-vicioso de intermináveis dificuldades financeiras.

Investindo sem erro – dinheiro protegido, futuro garantido, o novo lançamento da coleção “As dicas do Sr. Alceu”, trata exatamente destes problemas. Neste volume, podemos conhecer mais de perto a família do Sr. Alceu, com a presença de seu irmão Orfeu, um perfeito oposto do irmão.



NEGÓCIOS COM JAPÃO, CORÉIA DO SUL E CHINA

Autor: Gilmar Masiero

Editora Saraiva, 1.ª edição, 2007, 360 pág.

R\$ 68,00

Como realizar negócios com japoneses, chineses, sul-coreanos e outros povos do Leste Asiático, se é quase inexistente o conhecimento de suas estratégias de desenvolvimento econômico e práticas comerciais entre os brasileiros e latino-americanos?

Este livro de Gilmar Masiero busca contribuir para responder essa questão e diminuir a falta de conhecimento sobre as três mais importantes e dinâmicas economias asiáticas.

Conjuntura Econômica Baiana



Os principais indicadores da atividade econômica baiana registraram crescimento nos primeiros meses de 2007. Produção industrial, vendas no comércio, exportações e importações apontam para crescimento da economia como um todo.

A produção da indústria baiana de transformação, segundo a PIM-IBGE, registrou, no primeiro trimestre de 2007, crescimento de 2,4% em relação a 2005. Nesse período, os segmentos que registraram os maiores crescimentos foram: *alimentos e bebidas* (17,8%), *borracha e plástico* (14,0%) e *produtos químicos* (2,9%). Por outro lado, os segmentos *automotivo* (-18,5%) e *refino e petróleo* (-3,0%) registraram desempenho negativo no período.

No que se refere ao comércio exterior, os dados para os quatro primeiros meses do ano apontam crescimento de 8,4% das exportações e de 2,7% das importações. O valor total exportado foi de US\$ 2,14 bilhões e o importado foi de US\$ 1,6 bilhão. Com esses resultados, o saldo acumulado do ano fechou em US\$ 521 milhões – US\$ 154 milhões a menos do que no mesmo período do ano anterior.

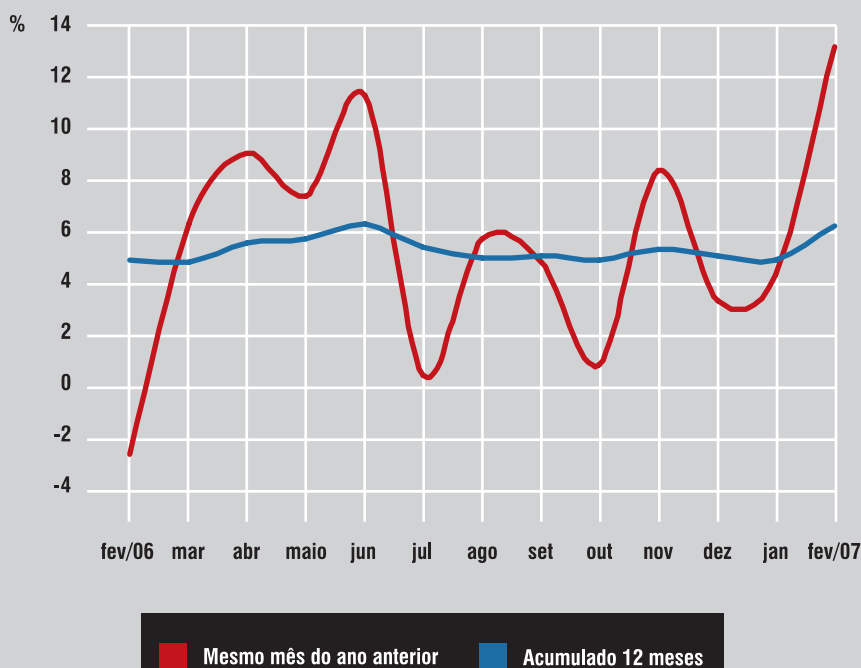
O comércio varejista, conforme os dados da PMC-IBGE, registrou variação positiva de 11,1% no volume das vendas no primeiro trimestre de 2007, mantendo a tendência de expansão que se estende por mais de três anos. Os segmentos que evidenciaram as maiores taxas de crescimento no ano foram: *móveis e eletrodomésticos* (19,9%), *hipermercados e supermercados* (17,2%) e *tecidos e vestuário* (12,4%). O segmento *veículos, motos e peças* registrou crescimento de 11,6% no ano.

O Índice de Preços ao Consumidor (IPC-SEI), para Salvador, registrou, em maio de 2007, variação de 0,24%. Com essa última taxa, o índice acumula alta de apenas 1,7% no ano, sendo que as maiores pressões ocorreram nos grupos transporte e comunicação (4,5%) e despesas pessoais (2,8%).

O mercado de trabalho, segundo a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED-SEI/DIEESE/SEADE), fechou o mês de janeiro com taxa de desemprego em 22,1%. No mesmo mês, 394.000 pessoas estiveram fora do mercado de trabalho. O rendimento real dos trabalhadores acumulou variação positiva de 6,6% em 2006.

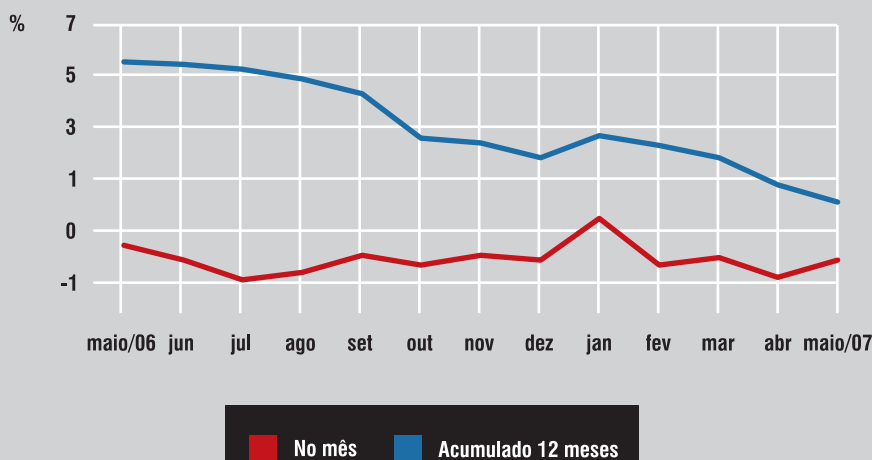
O Índice de Movimentação Econômica (IMEC) registrou, nos dois primeiros meses de 2007, crescimento de 8,7% em relação ao mesmo período do ano anterior. No mês de fevereiro, último dado disponível, a atividade econômica assinou crescimento expressivo de 12,8%. Já no acumulado dos 12 meses, manteve-se a tendência de alta com o índice registrando crescimento de 5,9%.

Índice de Movimentação Econômica - IMEC - Salvador



Fonte: SEI.
Elaboração: CAC - SEI

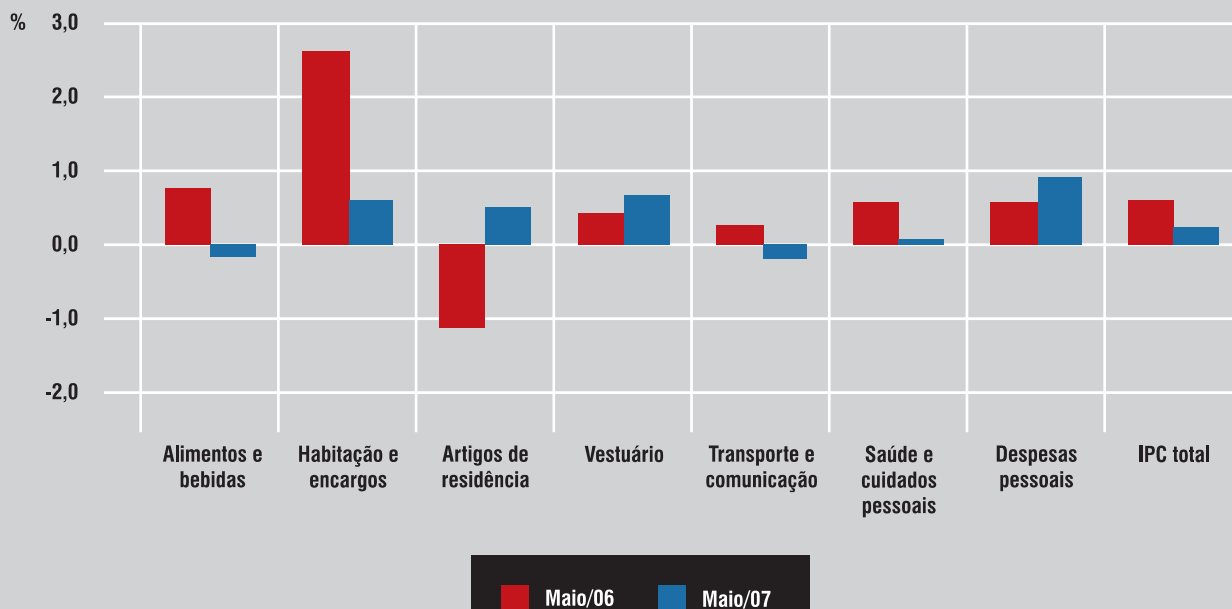
Taxa de variação do IPC-SEI - Salvador



Fonte: SEI.
Elaboração: CAC - SEI

No mês de maio, o Índice de Preços ao Consumidor (IPC), divulgado pela SEI, registrou variação positiva de 0,24%. Com este resultado, a projeção do índice para o fechamento nos doze meses foi reduzida, passando de 3%, em abril, para 2,6%, em maio. Habitação e encargos (9,4%) e despesas pessoais (4,3%) foram os grupos que mais pressionaram o índice no acumulado dos doze meses. No trimestre, o IPC registrou alta de 0,3%.

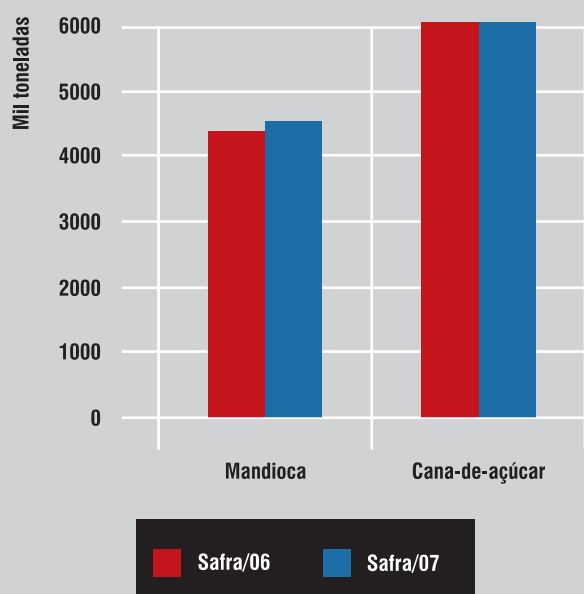
Taxa de Variação do IPC-SEI: grupos selecionados - Salvador



Fonte: SEI.
Elaboração: CAC - SEI

Os grupos despesas pessoais (0,12%) e vestuário (0,10%) apresentaram, em maio, as maiores contribuições para a elevação da inflação em Salvador. Com relação a esses grupos, os subitens recreação e fumo (1,5%) e roupas (1,4%) foram os que apresentaram as maiores variações no período. Entretanto, apenas os grupos alimentos e bebidas (0,2%) e transporte e comunicação (0,2%) registraram variação negativa no mesmo mês.

Estimativa da produção agrícola: mandioca e cana-de-açúcar - Bahia

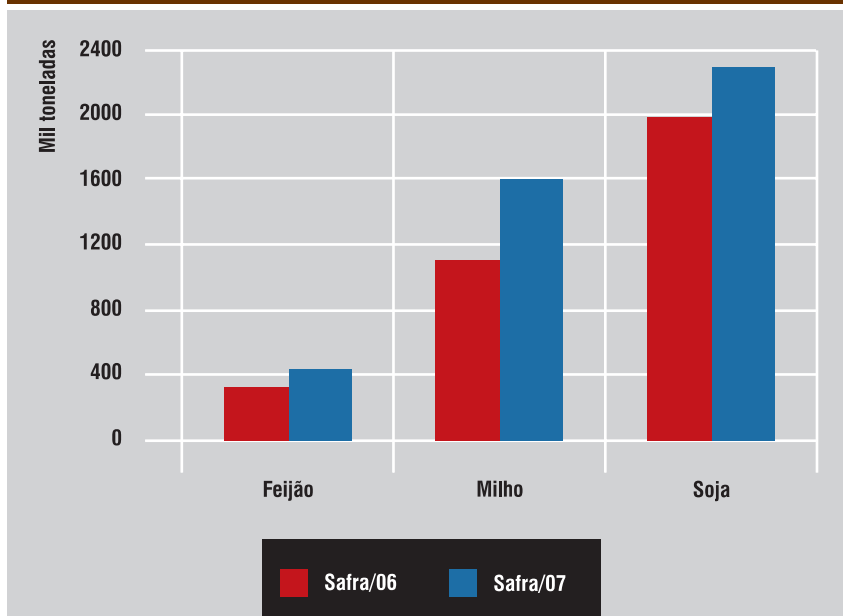


Fonte: LSPA/IBGE.
Elaboração: CAC - SEI

Os primeiros resultados para a safra baiana de maio de 2007, divulgados pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) do IBGE, mantêm as previsões otimistas para a produção de mandioca no estado, que se encontra em torno de 4.572 mil toneladas. Em relação à cana-de-açúcar, observa-se comportamento estável, com tímido incremento da produção de 1,9%, perfazendo 6.260 mil toneladas, mantendo-se no mesmo patamar da safra anterior, que foi influenciada pelas expectativas em relação aos preços do álcool e do açúcar nos mercados interno e externo.

No que diz respeito às estimativas para a safra de feijão em 2007, verifica-se um significativo incremento de 33,3% na produção. O resultado positivo deve-se principalmente ao aumento no feijão 1ª safra (em entressafra) de 81%. Para o milho também são registrados aumentos em relação à safra 2006, com variação de 46,0% na produção, totalizando 1.616 mil toneladas. Tal desempenho do milho é fruto, em especial, de incrementos na produção do milho 1ª safra, que atingiu 66,2%. Analisando a soja, tem-se acréscimo de 15,4% na produção, mantendo comportamento positivo da safra anterior, motivada pelas condições climáticas favoráveis, que vêm beneficiando o cultivo no Oeste.

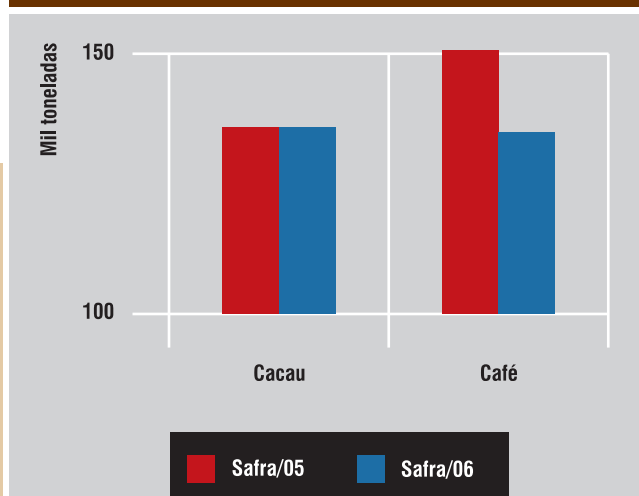
Estimativa da produção agrícola: feijão, milho e soja - Bahia



Fonte: LSPA/IBGE.
Elaboração: CAC - SEI

Segundo o LSPA/IBGE de maio de 2007, as estimativas para a produção de cacau (em frutificação) permanecem em torno de 136 mil toneladas. Dentre outros motivos, a crise na cacauicultura baiana deve-se à queda dos preços, ao aumento dos custos de produção e à quebra da safra. Quanto à safra de café, verifica-se redução significativa nas estimativas de produção (-22,9%) e de rendimento (-15,7%). Esse decréscimo pode ser explicado principalmente pela biennialidade negativa e baixo uso de insumos.

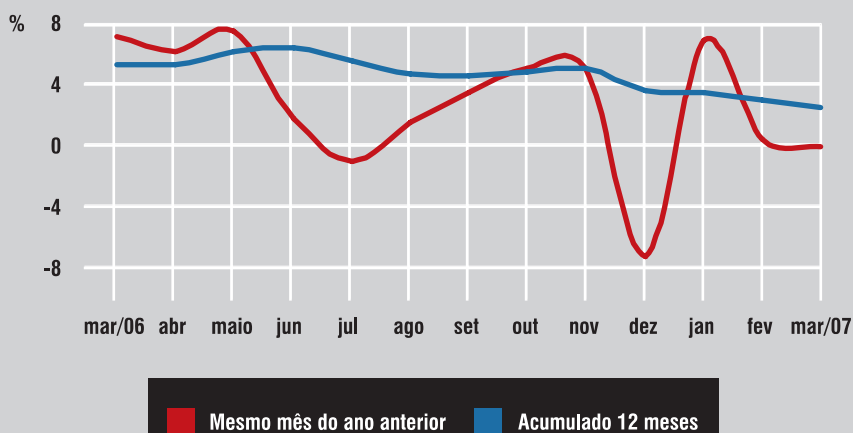
Estimativa da produção agrícola: cacau e café - Bahia



Fonte: LSPA/IBGE.
Elaboração: CAC - SEI

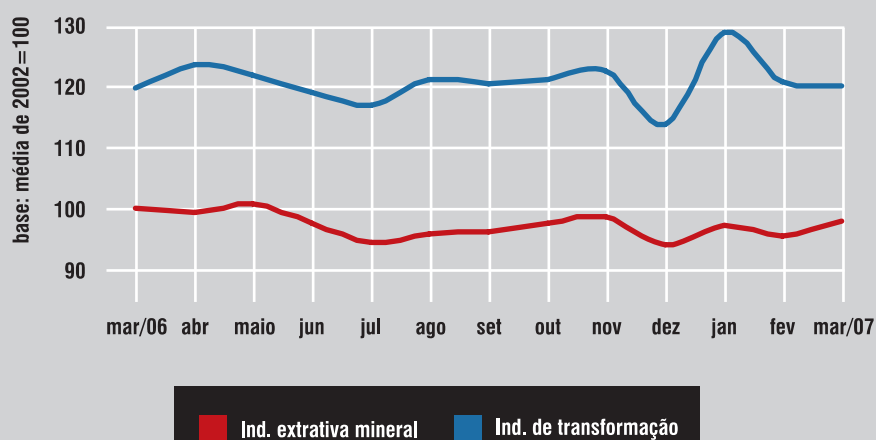
A produção industrial do setor de transformação da Bahia registrou, no primeiro trimestre de 2007, crescimento de 2,4% na comparação com o mesmo período do ano anterior. Em 2006, o crescimento verificado nos três primeiros meses havia sido de 6,9%, o que demonstra tendência de queda na produção industrial, confirmada pela taxa acumulada nos 12 meses, que fechou em 2,3% no mês de março ante os 3,4% do primeiro mês do ano. Nos três primeiros meses de 2007, a maior taxa de crescimento foi verificada em janeiro, quando a indústria apresentou crescimento de 6,9%. Nos meses seguintes, a taxa passou para 0,2% em fevereiro e -0,2% em março.

Taxa de variação da produção física da indústria de transformação - Bahia



Fonte: IBGE.
Elaboração: CAC - SEI

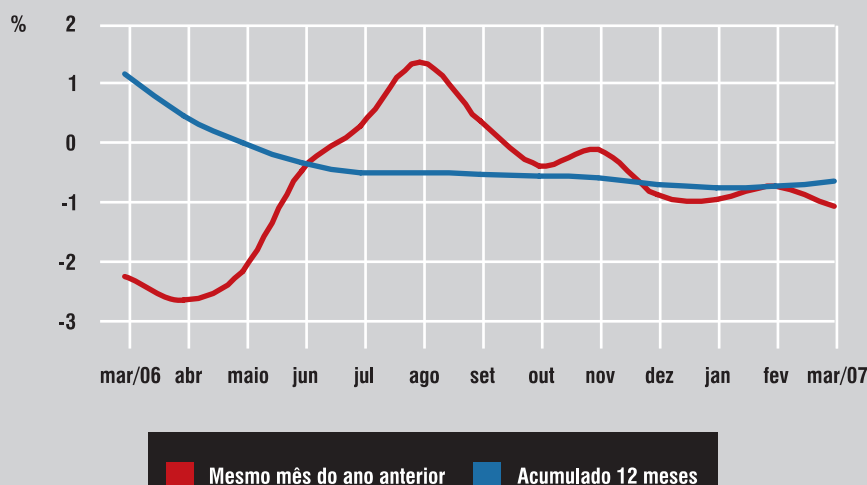
Índice dessazonalizado de produção física da indústria de transformação e extrativa mineral - Bahia



Fonte: IBGE.
Elaboração: CAC - SEI

A série livre de influências sazonais da indústria de transformação baiana mostra que a produção segue em processo de queda. Essa tendência é verificada a partir dos indicadores de janeiro, fevereiro e março de 2007. Enquanto que, em janeiro, a indústria registrou crescimento de 12,6% em relação a dezembro de 2006, em março de 2007 houve queda de 0,3% em relação a fevereiro do mesmo ano — em fevereiro, a queda foi de 6,0%. Dentre os segmentos da indústria, o de alimentos e bebidas foi o que apresentou a maior queda em março (-9,9%). O movimento da indústria extrativa aponta para ligeiro crescimento. Em março, o crescimento foi de 2,5%, enquanto em fevereiro houve queda de 2,0%.

Taxa de variação do pessoal ocupado - Indústria de transformação - Bahia

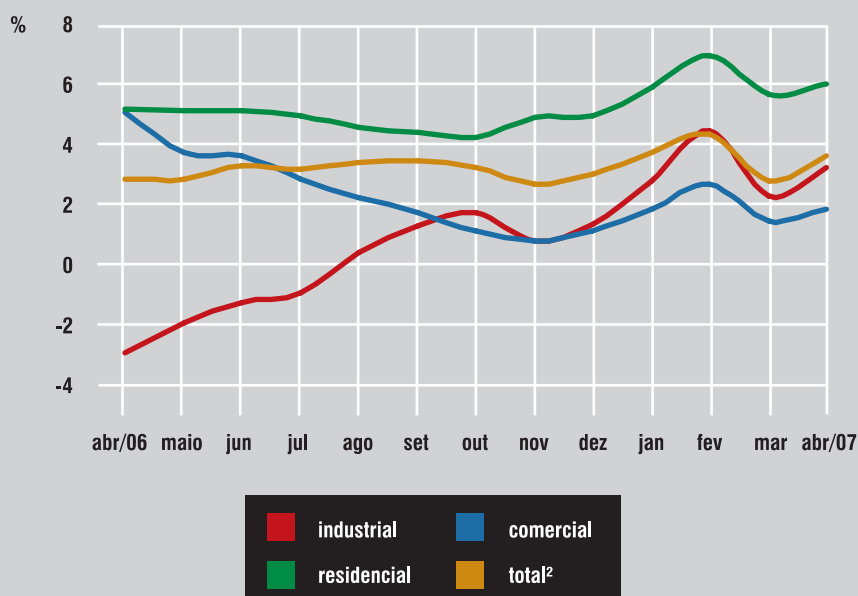


Fonte: IBGE.
Elaboração: CAC - SEI

O emprego na indústria baiana de transformação registrou, em março de 2007, variação de -1,1% em relação a março de 2006; esta foi a sexta queda consecutiva. Confirmando esta tendência de decréscimo, o 1º trimestre registrou uma taxa negativa de 1,0%, impactando também o emprego na indústria baiana nos últimos 12 meses, que registra queda de 0,7%. Os setores que registraram as maiores quedas no acumulado no ano foram: minerais não-metálicos (-13,5%), produtos de metal, exclusive máquinas e equipamentos (-11,7%) e produtos químicos (-10,8%).

O consumo total de eletricidade no estado da Bahia registrou, no mês de abril de 2007, crescimento de 11% em relação ao mesmo mês de 2006, resultado bem acima do registrado no mês anterior (-4,5%). No que se refere ao trimestre (fevereiro a abril), houve um crescimento de 3,6% em relação ao mesmo período do ano anterior. Já no indicador dos 12 meses, destaca-se o crescimento no consumo residencial (6,1%); o crescimento dos setores comercial e industrial foi menos expressivo: 1,8% e 3,2%, respectivamente.

Taxa de variação do consumo de energia elétrica¹ - Bahia



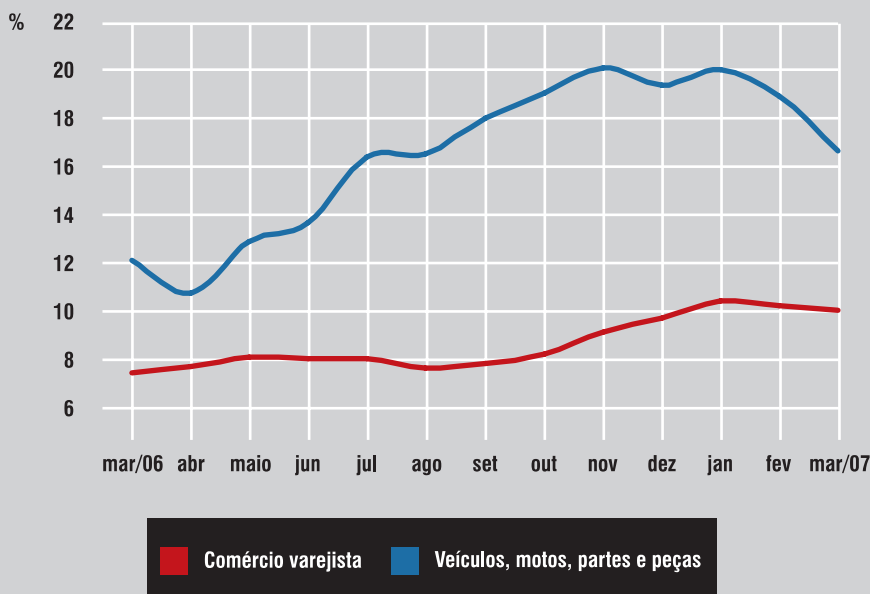
Fonte: COELBA/CO/CGM
Elaboração: CAC - SEI

¹ Acumulado 12 meses

² Total = Rural + Irrigação + Resid. + Indust. + Comercial + Util. Pública + S. Público + Concessionária.
O consumo industrial corresponde a COELBA

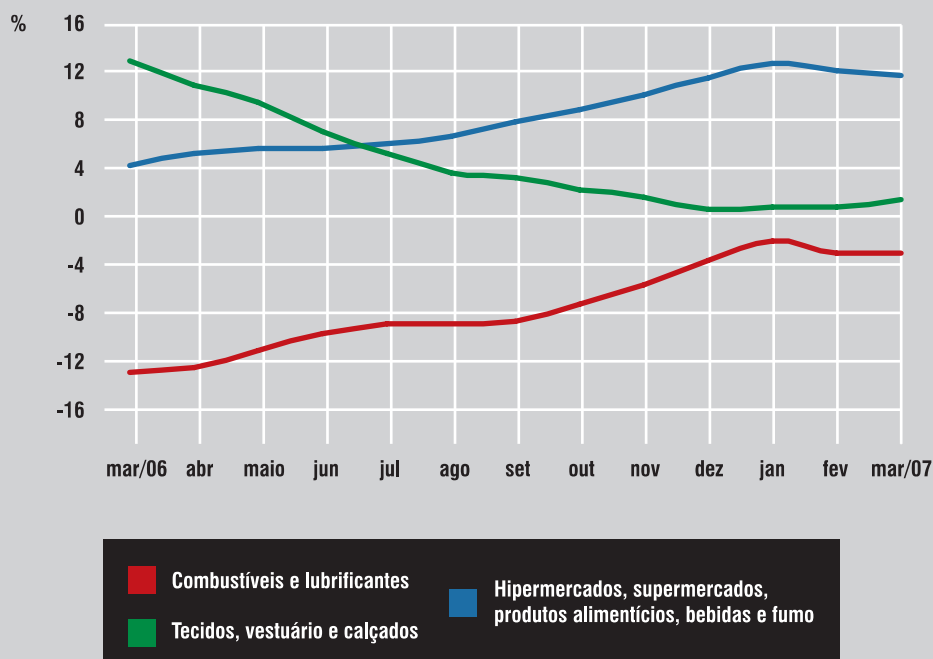
Os dados da Pesquisa Mensal de Comércio (PMC-IBGE) revelam que, em março/07, o volume de vendas do varejo baiano cresceu 9,3%, comparado a março de 2006. Considerando a trimestralidade, sete de um total de oito ramos de atividades que compõem o volume de vendas apresentaram desempenhos positivos nos primeiros meses de 2007, com exceção do segmento de equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação (-1,6%). No acumulado dos últimos 12 meses, o comércio apresentou uma taxa de 10,0%. Nesse mesmo período, observou-se uma expansão nas vendas de veículos, motos, partes e peças na ordem de 16,7%.

Taxa de variação de volume de vendas no varejo¹ - Bahia



Fonte: PMC-IBGE
Elaboração: CAC - SEI
¹ Acumulado nos últimos 12 meses

Taxa de variação do volume de vendas no varejo¹: principais segmentos - Bahia

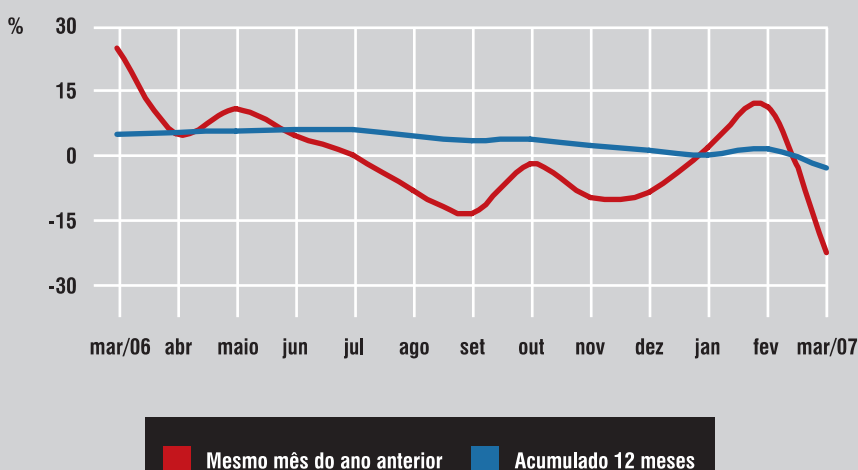


Fonte: PMC-IBGE Elaboração: CAC - SEI
¹ Acumulado nos últimos 12 meses

No primeiro trimestre de 2007, em comparação com o mesmo período do ano passado, o crescimento das vendas foi sustentado essencialmente pelos segmentos de hipermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (11,6%), seguidos por móveis e eletrodomésticos (19,9%) e outros artigos de uso pessoal e domésticos (24,0%). Esse desempenho é atribuído ao aumento da renda real do trabalho e da massa salarial, estabilidade no emprego, inflação controlada, facilidade de crédito, elasticidade dos prazos de parcelamento das compras e valorização do real.

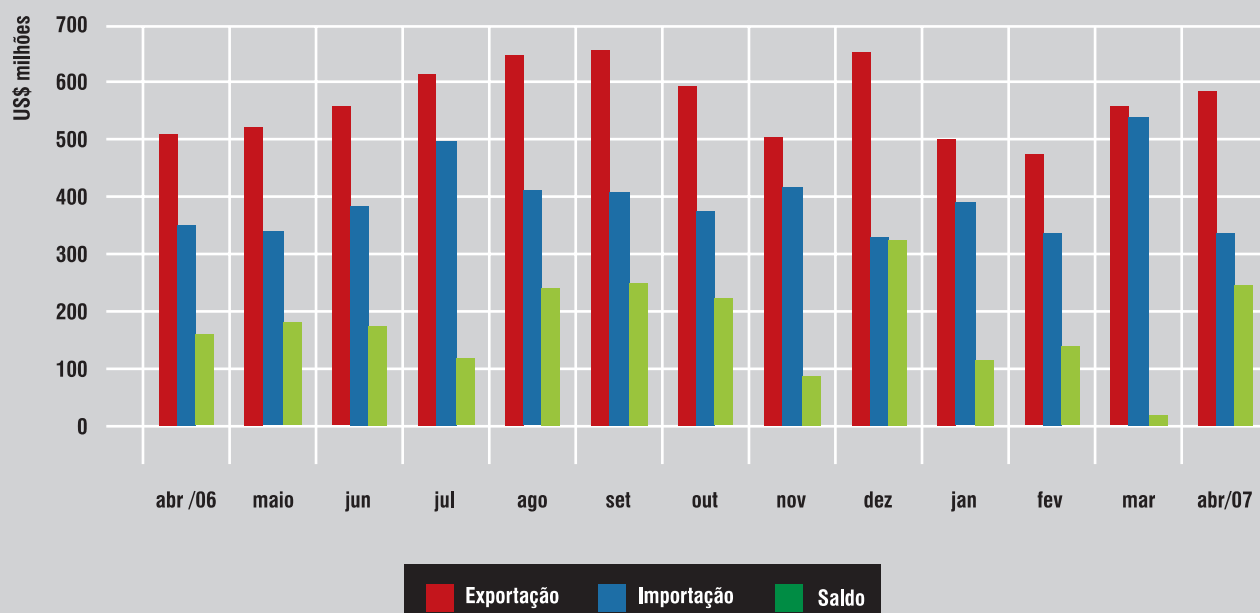
Em março de 2007, foram emitidos 408.500 cheques sem fundos na Bahia, registrando queda de 21,7% na comparação com o mesmo mês de 2006. Com esta taxa negativa, no acumulado dos 12 meses o indicador apontou queda na emissão de cheques sem fundos, que era positivo de 2,4% em fevereiro, passando para o mesmo percentual, porém negativo, em março. No primeiro trimestre, registrou-se taxa negativa de 5,1%.

Quantidade de cheques sem fundos - Bahia



Fonte: Bacen
Elaboração: CAC - SEI

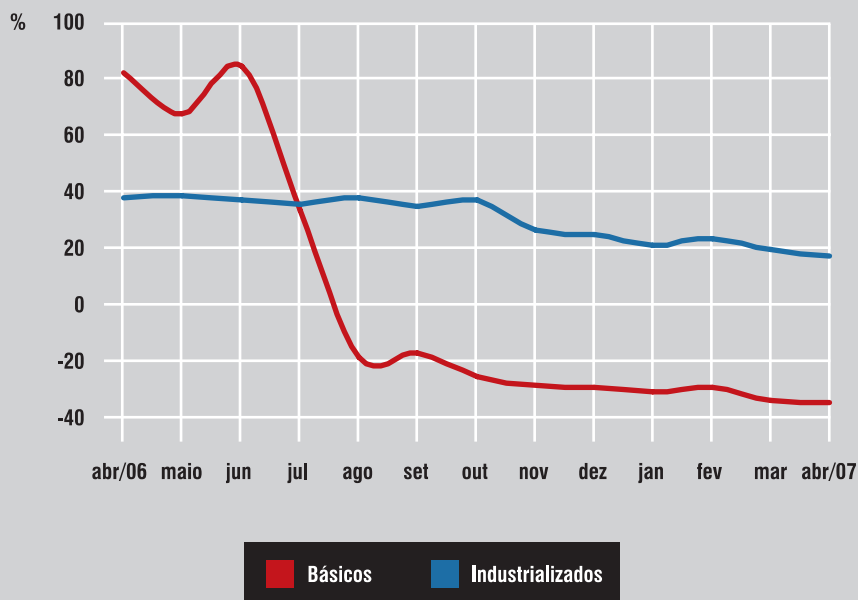
Balança comercial - Bahia



Fonte: SECEX
Elaboração: CAC - SEI

As exportações baianas somaram, em abril de 2007, US\$ 589,5 milhões e as importações US\$ 339,8 milhões, registrando superávit mensal de US\$ 249,7 milhões. No período trimestral, compreendido entre os meses de fevereiro e abril de 2007, as exportações somaram US\$ 1,6 bilhão, crescimento de 11,0% em relação ao mesmo período do ano anterior. Já as importações totais somaram US\$ 1,22 bilhão, com crescimento de 25,6% no mesmo período.

Taxa de variação das exportações baianas por fator agregado¹ - Bahia

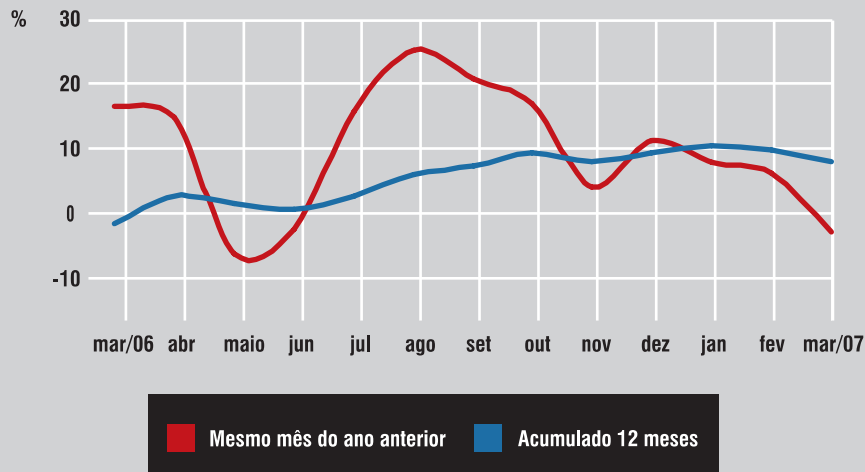


Fonte: SECEX
Elaboração: CAC - SEI
¹ Acumulado 12 meses

As exportações por fator agregado iniciaram 2007 com a mesma tendência que terminaram em 2006 — básicos em queda e industrializados em crescimento. No período compreendido entre fevereiro e abril de 2007, as exportações de produtos básicos registraram queda de 9,7% em relação ao mesmo período do ano anterior. Por outro lado, as exportações de industrializados cresceram 14,1% no mesmo período. Também no acumulado dos 12 meses verifica-se a mesma tendência: queda das exportações de produtos básicos (-33,9%) e crescimento nas exportações de produtos industrializados (16,7%).

A arrecadação de ICMS no Estado da Bahia registrou, no 1º trimestre de 2007, acréscimo de 3% na comparação com 2006. No ano, foi arrecadado um total de R\$ 1,9 bilhão. Pontualmente, no mês de março, a arrecadação total registrou queda de 4,3% na comparação com o mesmo mês de 2006, com um total arrecadado de R\$ 568 milhões. O acumulado dos 12 meses aponta tendência de queda na arrecadação de ICMS, na medida em que a taxa que estava em 11,1% em janeiro de 2007, recuou para 8,7% em março.

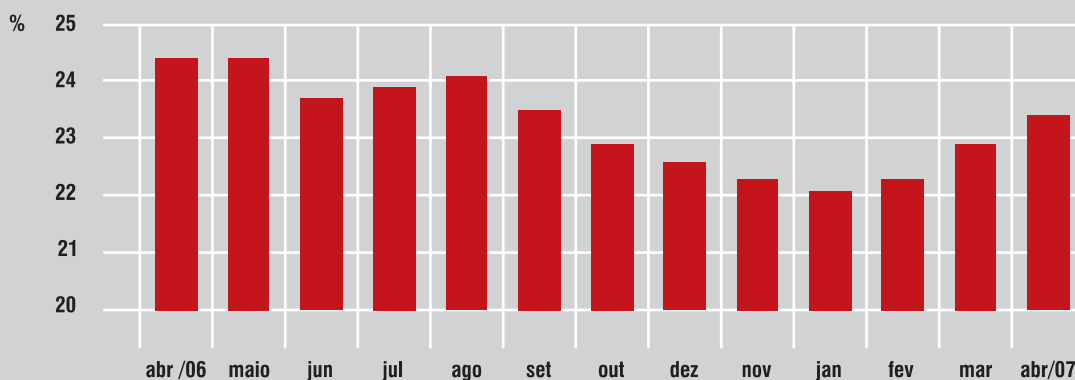
Taxa de variação real da arrecadação de ICMS a preços constantes - Bahia



Fonte: SEFAZ/SAF/DICOP
Elaboração: CAC - SEI
Deflator IGP-DI

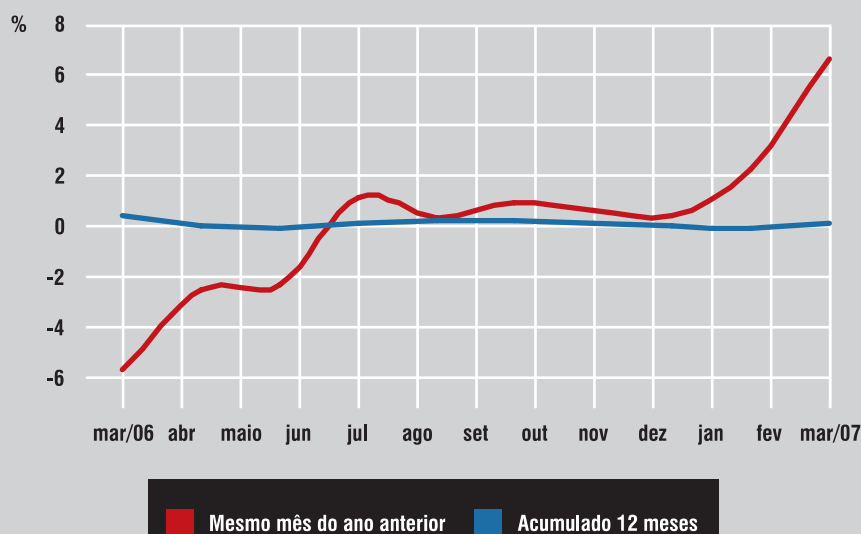
A taxa de desemprego captada pela Pesquisa de Emprego e Desemprego para a Região Metropolitana de Salvador interrompeu a trajetória de queda iniciada em setembro de 2006 (23,5%), apresentando inflexão em fevereiro de 2007 (22,3%). Nos meses de janeiro, março e abril de 2007, essa taxa situou-se em 22,1%, 22,9% e 23,4% da População Economicamente Ativa, respectivamente. Esse desempenho justifica-se pela compensação entre as pessoas que entraram no mercado de trabalho e a geração de novos postos de trabalho nesses meses.

Taxa de desemprego total - RMS



Fonte: PED-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE. Elaboração: CAC - SEI

Taxa de variação do rendimento médio real¹ - RMS



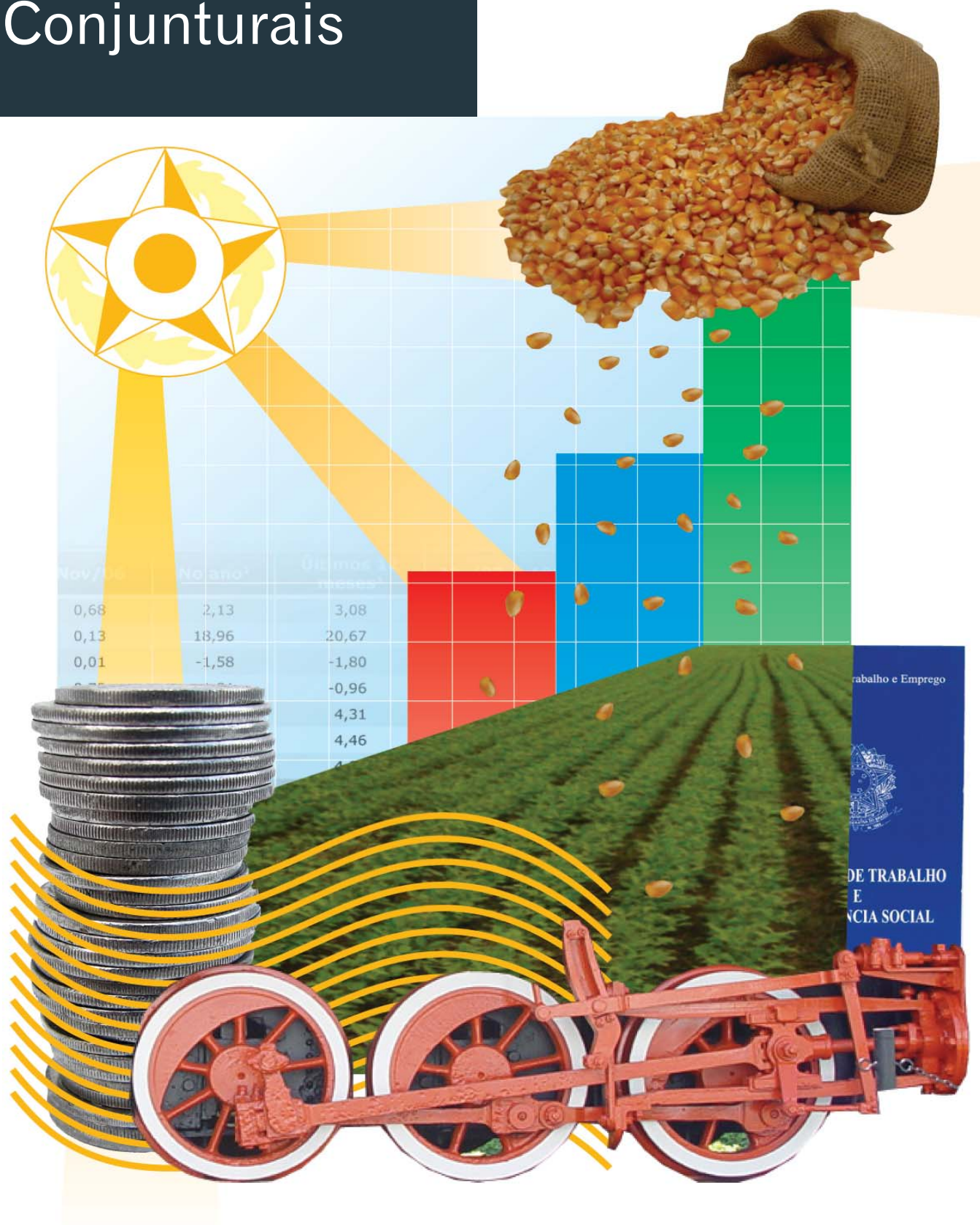
Fonte: PED-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

Elaboração: CAC - SEI

¹ Ocupados no trabalho principal

O rendimento auferido pelos ocupados no mês de março de 2007, em comparação ao mesmo mês de 2006, apresentou decréscimo de 0,85%, conforme a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) para a RMS. O rendimento real médio dos ocupados foi estimado em R\$ 812, R\$ 791, R\$ 765 nos meses de janeiro, fevereiro e março de 2007, respectivamente. No acumulado dos últimos 12 meses, verificou-se incremento de 1,07%. A massa de rendimentos, entretanto, apresentou variação positiva de 0,8% em janeiro/07 e variações negativas em fevereiro (-2,8%) e março (-4,0%) de 2007.

Indicadores Conjunturais



INDICADORES ECONÔMICOS

Índice de Preços

Índice de Preços ao Consumidor - IPC¹ - Salvador: Maio/2007

Grandes Grupos	Variações do mês (%)		Variações acumuladas (%)		Índice acumulado	
	maio/06	maio/07	No ano ²	Últimos 12 meses ³	Abr/92 = 100	Jun/94 = 100
Alimentos e bebidas	0,77	-0,18	1,87	2,31	365242,0	244,86
Habitação e encargos	2,64	0,60	2,75	9,44	857389,0	685,65
Artigos de residência	-1,14	0,49	-0,14	-1,01	275269,1	230,08
Vestuário	0,43	0,68	-2,10	-1,80	305580,7	179,35
Transporte e comunicação	0,26	-0,21	4,46	4,31	662498,1	716,98
Saúde e cuidados pessoais	0,57	0,06	1,11	2,11	629058,2	335,14
Despesas pessoais	0,57	0,91	2,77	4,34	687895,2	394,43
Geral	0,59	0,24	1,68	2,62	482435,4	336,18

Fonte: SEI

¹ O IPC de Salvador representa a média de 27.000 cotações de uma cesta de consumo de 308 bens e serviços pesquisados em 270 estabelecimentos e 600 domicílios, para famílias com rendimentos de 1 - 40 salários mínimos² Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior³ Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

Pesquisa Nacional da Cesta Básica

Custo e variação da cesta básica - capitais brasileiras: Maio/2007

Capitais	Valor da cesta (R\$)	Variação no mês ¹ (%)	Variação acumulada (%)			Porcentagem do salário mínimo
			Mar-Maio ²	No ano ³	12 meses ⁴	
Aracaju	142,49	-5,29	6,08	3,55	2,95	40,60
Belém	164,69	-3,37	10,24	4,79	5,44	46,93
Belo Horizonte	167,50	-4,79	6,59	-2,33	1,31	47,73
Brasília	167,29	-5,92	3,15	-2,65	0,11	47,67
Curitiba	169,66	-1,38	4,77	1,00	2,12	48,35
Florianópolis	168,02	-4,28	5,83	-0,40	2,37	47,88
Fortaleza	139,79	-7,50	15,95	5,17	4,50	39,83
Goiânia	154,07	-1,59	2,93	1,07	2,35	43,90
João Pessoa	139,19	-0,84	1,46	3,97	-4,69	39,66
Natal	145,39	-2,56	6,67	3,32	0,30	41,43
Porto Alegre	192,91	-3,10	14,82	3,59	11,21	54,97
Recife	134,17	-8,17	1,31	1,54	-11,16	38,23
Rio de Janeiro	175,33	-3,25	6,93	2,30	3,79	49,96
Salvador	135,71	-9,74	3,50	0,67	-7,72	38,67
São Paulo	184,93	-2,05	5,08	1,58	3,32	52,70
Vitória	162,76	-5,10	4,64	2,90	-0,37	46,38

Fonte: DIEESE

¹ Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior² Variação acumulada observada em relação ao mesmo período do ano anterior³ Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior⁴ Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

Agricultura

Produção física e rendimento médio dos principais produtos - Bahia: 2006 / 2007

Produtos do LSPA ¹	Produção física (t)			Rendimento médio (kg/ha)		
	2006 ²	2007 ³	Variação(%)	2006 ²	2007 ³	Variação (%)
Lavouras temporárias						
Abacaxi ⁴	134.309	144.882	7,9	25.337	24.762	(2)
Algodão herbáceo	811.163	1.055.179	30,1	3.346	3.486	4
Alho	7.398	7.659	3,5	7.887	8.165	4
Amendoim	7.699	6.568	(14,7)	1.076	1.052	(2)
Arroz total	19.605	41.983	114,1	1.120	1.924	72
Arroz sequeiro	17.324	36.127	108,5	1.022	1.810	77
Arroz irrigado	2.281	5.856	156,7	4.073	3.142	(23)
Batata-inglesa	165.650	243.050	46,7	33.465	37.335	12
Cana-de-açúcar	6.141.719	6.260.479	1,9	60.077	60.532	1
Cebola	153.009	164.999	7,8	24.779	24.594	(1)
Feijão total	333.209	443.653	33,1	431	704	63
Feijão 1ª safra	72.788	131.769	81,0	371	584	57
Sequeiro	39.050	58.749	50,4	426	627	47
Irigado	5.667	6.555	15,7	3.304	3.136	(5)
Caupi	28.071	66.465	136,8	273	512	88
Feijão 2ª safra	260.421	311.884	19,8	620	771	24
Sequeiro	227.456	281.232	23,6	589	751	28
Irigado	19.668	16.960	(13,8)	2.271	2.323	2
Caupi	13.297	13.692	3,0	526	598	14
Fumo	12.512	9.792	(21,7)	1.006	896	(11)
Mamona	71.473	112.796	57,8	686	846	23
Mandioca	4.403.414	4.571.505	3,8	12.738	13.031	2
Milho total	1.107.016	1.616.046	46,0	1.343	2.209	141
Milho 1ª safra	685.359	1.138.926	66,2	2.093	3.229	49
Sequeiro	634.879	1.072.982	69,0	1.982	3.115	304
Irigado	50.480	65.944	30,6	7.070	8.010	(82)
Milho 2ª safra	421.657	477.120	13,2	1.091	1.260	15
Sequeiro	420.712	476.175	13,2	1.090	1.258	166
Irigado	945	945	-	2.899	2.899	(7)
Soja	1.991.400	2.298.000	15,4	2.282	2.700	(17)
Sorgo granífero	72.487	93.450	28,9	1.463	1.883	2.583
Tomate	196.626	177.452	(9,8)	39.380	39.259	(100)
Trigo	nd	nd	nd	nd	nd	nd
Lavouras permanentes						
Banana ⁵	1.191.907	1.217.217	2	14.912	14.590	(2)
Cacau	135.925	135.925	-	261	261	-
Café	174.792	135.099	(22,71)	1.097	924	(15,77)
Castanha-de-cajú	6.553	6.605	1	245	236	(4)

Continua...

Produção física e rendimento médio dos principais produtos - Bahia: 2006 / 2007

Produtos do LSPA¹	Produção física (t)			Rendimento médio (kg/ha)		
	2006²	2007³	Variação(%)	2006²	2007³	Variação (%)
Coco-da-baía⁴	616.374	619.942	1	7.636	7.638	0
Guaraná	1.405	1.405	-	226	226	-
Laranja⁵	945.848	801.679	(15)	18.188	14.976	(18)
Mamão⁵	760.616	760.616	-	55.870	55.870	-
Pimenta-do-reino	3.615	3.615	-	2.426	2.426	-
Sisal	234.488	235.382	0	889	893	0
Uva	89.738	89.738	-	28.948	28.948	-

Fonte: IBGE - PAM/LSPA/GCEA

Obs: "nd" significa que o dado não está disponível, normalmente em razão da cultura estar na entressafra

¹ A relação de produtos pesquisados pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) corresponde a 94,4% do Valor Bruto da Produção (VBP), segundo a Produção Agrícola Municipal (PAM) de 1996

² Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), safra/2006 (dados sujeitos a retificação)

³ Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), maio/2007 (dados sujeitos a retificação)

⁴ Produção física em mil frutos e rendimento médio em frutos por hectare

⁵ Produção física em tonelada e rendimento médio em quilo por hectare, a partir de setembro. Desconsiderar variação percentual

Área plantada, área colhida e área perdida dos principais produtos - Bahia: 2006/ 2007

Produtos do LSPA¹	Área plantada (ha)			Área colhida (ha)			Área perdida (ha)⁴	
	2006²	2007³	Variação(%)	2006²	2007³	Variação(%)	2006²	2007³
Lavouras temporárias								
Abacaxi	6.811	5.851	-14,1	5.301	5.851	10,4	1.510	0
Algodão herbáceo	242.461	302.701	24,8	242.461	302.701	24,8	0	0
Alho	938	938	0,0	938	938	0,0	0	0
Amendoim	7.155	6.234	-12,9	7.155	6.234	-12,9	0	0
Arroz total	17.511	21.825	24,6	17.511	21.825	24,6	0	0
Arroz sequeiro	16.951	19.961	17,8	16.951	19.961	17,8	0	0
Arroz irrigado	560	1.864	232,9	560	1.864	232,9	0	0
Batata-inglesa	4.950	6.510	31,5	4.950	6.510	31,5	0	0
Cana-de-açúcar	102.888	103.425	0,5	102.230	103.425	1,2	658	0
Cebola	6.175	6.709	8,6	6.175	6.709	8,6	0	0
Feijão total	719.900	704.642	-2,1	616.417	630.392	2,3	103.483	74.250
Feijão 1ª safra	289.091	299.972	3,8	196.430	225.722	14,9	92.661	74.250
Sequeiro	179.669	167.640	-6,7	91.760	93.751	2,2	87.909	73.889
Irrigado	1.715	2.090	21,9	1.715	2.090	21,9	0	0
Caupi	107.707	130.242	20,9	102.955	129.881	26,2	4.752	361
Feijão 2ª safra	430.809	404.670	-6,1	419.987	404.670	-3,6	10.822	0
Sequeiro	396.851	374.462	-5,6	386.029	374.462	-3,0	10.822	0
Irrigado	8.660	7.300	-15,7	8.660	7.300	-15,7	0	0
Caupi	25.298	22.908	-9,4	25.298	22.908	-9,4	0	0
Fumo	12.437	10.930	-12,1	12.437	10.930	-12,1	0	0
Mamona	106.254	133.306	25,5	104.115	133.306	28,0	2.139	0
Mandioca	407.939	350.827	-14,0	345.701	350.827	1,5	62.238	0
Milho total	786.739	824.346	4,8	713.864	731.523	2,5	72.875	92.823
Milho 1ª safra	398.910	445.562	11,7	327.433	352.739	7,7	71.477	92.823
Sequeiro	391.770	437.329	11,6	320.293	344.506	7,6	71.477	92.823
Irrigado	7.140	8.233	15,3	7.140	8.233	15,3	0	0
Milho 2ª safra	387.829	378.784	-2,3	386.431	378.784	-2,0	1.398	0
Sequeiro	387.503	378.458	-2,3	386.105	378.458	-2,0	1.398	0
Irrigado	326	326	0,0	326	326	0,0	0	0
Soja	872.600	851.000	-2,5	872.600	851.000	-2,5	0	0
Sorgo granífero	50.051	49.625	-0,9	49.530	49.625	0,2	521	0
Tomate	5.038	4.520	-10,3	4.993	4.520	-9,5	45	0
Trigo	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd
Lavouras permanentes								
Banana	83.496	83.430	-0,1	79.927	83.430	4,4	3.569	0
Cacau	553.476	553.476	0,0	520.233	520.233	0,0	33.243	33.243
Café	162.975	158.767	-2,6	159.326	146.142	-8,3	3.649	12.625
Castanha-de-cajú	27.194	28.133	3,5	26.725	27.974	4,7	469	159
Coco-da-baía	81.467	81.169	-0,4	80.724	81.169	0,6	743	0
Guaraná	6.343	6.343	0,0	6.206	6.206	0,0	137	137
Laranja	52.057	53.532	2,8	52.003	53.532	2,9	54	0
Mamão	13.834	13.834	0,0	13.614	13.614	0,0	220	220
Pimenta-do-reino	1.515	1.515	0,0	1.490	1.490	0,0	25	25
Sisal	280.668	286.453	2,1	234.488	263.493	12,4	46.180	22.960
Uva	3.150	3.150	0,0	3.100	3.100	0,0	50	50

Fonte: IBGE - PAM/LSPA/GCEA

Obs: "nd" significa que o dado não está disponível. normalmente em razão da cultura estar na entressafra

¹ A relação de produtos pesquisados pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) corresponde a 94,4% do Valor Bruto de produção (VBP), segundo a Produção Agrícola Municipal (PAM) de 1996

² Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), safra/2006 (dados sujeitos a retificação)

³ Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), maio/2007 (dados sujeitos a retificação)

⁴ Equivale à área plantada menos a área colhida

Indústria

Produção física da indústria e dos principais gêneros – Bahia: Mar/2007				%
Classes e Gêneros	Mensal ¹	1º trimestre ²	Acumulado no ano ³	Acumulado 12 meses ⁴
Indústria Geral	-0,3	2,0	2,0	2,0
Extrativa Mineral	-1,8	-4,0	-4,0	-2,9
Indústria de Transformação	-0,2	2,4	2,4	2,3
Alimentos e Bebidas	4,5	17,8	17,8	3,1
Celulose, papel e produtos de papel	0,3	1,7	1,7	10,9
Refino de petróleo e álcool	-4,1	-3,0	-3,0	1,1
Produtos químicos	0,4	2,9	2,9	-0,1
Borracha e plástico	18,9	14,0	14,0	6,1
Minerais não metálicos	-1,1	0,9	0,9	0,9
Metalurgia básica	-5,4	0,2	0,2	7,2
Veículos automotores	15,0	-18,5	-18,5	-8,5

Fonte: IBGE. Elaboração: CAC - SEI

Obs: "nd" significa que o dado não está disponível

¹ Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior

² Variação acumulada observada em relação ao mesmo período do ano anterior

³ Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior

⁴ Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

Variação mensal do índice da indústria de transformação - Bahia: Mar/2006 – Mar/2007				%
Períodos	Mensal ¹	1º trimestre ²	Acumulado no ano ³	Acumulado 12 meses ⁴
Março 2006	6,6	6,9	6,9	5,3
Abril	5,3	6,5	6,5	5,2
Maior	7,2	6,7	6,7	5,8
Junho	1,4	5,7	5,7	6,1
Julho	-1,3	5,1	5,1	5,5
Agosto	1,3	4,6	4,6	4,6
Setembro	3,3	4,4	4,4	4,5
Outubro	5,0	4,5	4,5	4,7
Novembro	5,0	4,5	4,5	5,0
Dezembro	-7,6	3,4	3,4	3,4
Janeiro	6,8	6,8	6,8	3,4
Fevereiro	0,2	3,7	3,7	2,9
Março 2007	-0,2	2,4	2,4	2,3

Fonte: IBGE. Elaboração: CAC - SEI

¹ Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior

² Variação acumulada observada em relação ao mesmo período do ano anterior

³ Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior

⁴ Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

Energia

Variação percentual do consumo de energia elétrica por classe - Bahia: Abr/2007					%
Classes	No mês ³	Mensal ⁴	Fev-Abr ⁵	Acumulado no ano ⁶	Acumulado 12 meses ⁷
Rural/Irrigação	42,4	83,0	4,7	2,6	-2,3
Residencial	1,5	7,6	3,8	6,4	6,1
Industrial ¹	5,6	11,4	2,5	5,0	3,2
Comercial	4,5	6,6	5,2	3,7	1,8
Utilidades públicas ²	2,0	4,5	6,3	6,1	7,8
Setor público	11,5	-1,3	-6,7	-2,7	-3,0
Concessionária	-10,7	-16,9	-12,7	-11,7	-10,9
Total	6,0	11,0	3,6	4,8	3,7

Fonte: COELBA/CO-CGM. Elaboração: CAC - SEI

¹ Consumo industrial corresponde à COELBA

² Corresponde a Iluminação Pública, Água, Esgoto e Saneamento e tração elétrica

³ Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior

⁴ Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior

⁵ Variação acumulada observada no trimestre em relação ao mesmo período do ano anterior

⁶ Variação acumulada observada no ano em relação ao mesmo período do ano anterior

⁷ Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

Serviços

Variação no volume de vendas no varejo ¹ - Bahia: Março/2007				%
Classes e Gêneros	Mensal ²	No ano ³	12 meses ⁴	
Comércio Varejista	9,3	11,1	10,0	
Combustíveis e lubrificantes	3,7	1,3	-1,1	
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	6,2	11,6	14,5	
Hipermercados e supermercados	11,4	17,2	23,6	
Tecidos, vestuário e calçados	17,8	12,5	3,7	
Móveis e eletrodomésticos	14,6	19,9	17,4	
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	14,2	11,0	4,6	
Livros, jornais, revistas e papelaria	11,2	13,8	-21,3	
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	6,3	-1,6	6,4	
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	33,2	24,0	17,0	
Veículos, motos e peças	11,5	11,6	16,7	
Material de construção	3,1	3,2	2,3	

Fonte: IBGE. Elaboração: CAC - SEI

¹ Dados deflacionados pelo IPCA

² Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior

³ Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior

⁴ Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

Total de cheques compensados – Bahia: Mar/2006 – Mar/2007						%
Períodos	Quantidade			Valor (R\$)		
	No mês ¹	Mensal ²	1º Tri. ³	No mês ¹	Mensal ²	1º Tri. ³
Março 2006	37,4	-0,2	-6,4	31,2	4,7	-3,5
Abril	-23,2	-12,4	-7,8	-21,1	-6,2	-4,1
Maio	18,0	-8,2	-7,9	18,7	-0,5	-3,3
Junho	-9,5	-10,2	-8,2	-8,9	-4,0	-3,4
Julho	3,2	-4,8	-7,8	2,5	1,3	-2,8
Agosto	3,3	-13,7	-8,6	6,4	-4,6	-3,0
Setembro	-8,0	-13,2	-9,1	-8,4	-5,4	-3,3
Outubro	12,0	-3,6	-8,5	12,8	5,6	-2,4
Novembro	-4,2	-6,3	-8,3	-0,9	4,0	-1,8
Dezembro	-1,5	-9,1	-8,4	1,5	0,5	-1,6
Janeiro	13,0	-3,4	-3,4	9,8	6,8	6,8
Fevereiro	-19,8	5,7	0,5	-19,5	12,0	9,1
Março 2007	7,2	-17,5	-6,1	11,8	-4,5	4,1

Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração: CAC - SEI

¹ Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior

² Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior

³ Variação acumulada observada em relação ao mesmo período do ano anterior

INDICADORES SOCIAIS

Emprego

Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED Taxas de desemprego e de participação Região Metropolitana de Salvador - Abr/2007				%
Taxas	RMS	Salvador	Demais municípios	
Desemprego Total	23,4	22,6	26,5	
Desemprego aberto	15,1	14,8	16,8	
Desemprego oculto	8,2	7,9	9,8	
Participação (PEA/PIA)	60,6	61,7	56,5	

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

Taxa de desemprego aberto e taxa de participação Região Metropolitana de Salvador: Jan/2006 - Abr/2007					%
Períodos	Taxa de desemprego aberto		Taxa de participação		
	RMS	Salvador	RMS	Salvador	
Janeiro 2006	13,9	13,4	61,8	62,3	
Fevereiro	14,1	13,8	61,8	62,3	
Março	14,9	14,4	61,1	61,7	
Abril	15,3	14,6	60,7	61,5	
Maio	15,7	14,9	60,1	61,1	
Junho	15,8	15,1	60,0	61,1	
Julho	15,9	15,0	60,2	61,2	
Agosto	15,7	14,8	60,3	61,1	
Setembro	14,9	14,0	60,5	61,3	
Outubro	14,4	13,5	60,7	61,6	
Novembro	14,3	13,5	61,1	62,3	
Dezembro	14,2	13,4	60,9	62,0	
Janeiro 2007	13,9	13,4	61,8	62,3	
Fevereiro	13,9	13,7	60,7	61,2	
Março	14,7	14,5	60,8	61,7	
Abril	15,1	14,8	60,6	61,7	

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

**Estimativa da população total e economicamente ativa e dos inativos maiores de 10 anos, taxas globais de participação e taxa de desemprego total
Região Metropolitana de Salvador: Jan/2006 - Abr/2007**

%

Períodos	População Economicamente Ativa (PEA)						Inativos maiores de 10 Anos		Taxas		População total ¹
	Total		Ocupados		Desempregados						
	Números absolutos ¹	Índice ²	Números absolutos ¹	Índice ²	Números absolutos ¹	Índice ²	Números absolutos ¹	Índice ²	Participação (PEA/PIA)	Desemprego total (DES/PEA)	
Janeiro 2006	1.765	134,5	1.347	128,8	418	157,1	1.091	119,1	61,8	23,7	3.362
Fevereiro	1.769	134,8	1.348	128,9	421	158,3	1.093	119,3	61,8	23,8	3.368
Março	1.753	133,6	1.320	126,2	433	162,8	1.116	121,8	61,1	24,7	3.374
Abril	1.745	133,0	1.319	126,1	426	160,2	1.129	123,3	60,7	24,4	3.379
Maio	1.732	132,0	1.309	125,1	423	159,0	1.149	125,4	60,1	24,4	3.385
Junho	1.733	132,1	1.322	126,4	411	154,5	1.154	126,0	60,0	23,7	3.391
Julho	1.742	132,8	1.326	126,8	416	156,4	1.152	125,8	60,2	23,9	3.397
Agosto	1.749	133,3	1.327	126,9	422	158,6	1.151	125,7	60,3	24,1	3.403
Setembro	1.759	134,1	1.346	128,7	413	155,3	1.148	125,3	60,5	23,5	3.409
Outubro	1.768	134,8	1.363	130,3	405	152,3	1.146	125,1	60,7	22,9	3.415
Novembro	1.784	136,0	1.381	132,0	403	151,5	1.136	124,0	61,1	22,6	3.421
Dezembro	1.782	135,8	1.385	132,4	397	149,2	1.145	125,0	60,9	22,3	3.427
Janeiro 2007	1.783	135,9	1.389	132,8	394	148,1	1.150	125,5	60,8	22,1	3.433
Fevereiro	1.785	136,1	1.387	132,6	398	149,6	1.155	126,1	60,7	22,3	3.439
Março	1.791	136,5	1.381	132,0	410	154,1	1.155	126,1	60,8	22,9	3.445
Abril	1.790	136,4	1.371	131,1	419	157,5	1.163	127,0	60,6	23,4	3.451

Variação mensal

Abr-07/Mar-07	-0,1	-0,7	2,2	0,7	-0,3	2,2
---------------	------	------	-----	-----	------	-----

Variação anual

Abr-07/Abr-06	2,6	3,9	-1,6	2,9	-0,2	-4,1
---------------	-----	-----	------	-----	------	------

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

¹ Em 1.000 pessoas. A partir de fevereiro/2001 as projeções da população foram ajustadas com base nos resultados do Censo 2000² Base: Dezembro 1996 = 100

A partir de janeiro/2002 as projeções da população em idade ativa foram ajustadas com base nos resultados do Censo 2000

**Distribuição dos ocupados por setor de atividade econômica no trimestre
Região Metropolitana de Salvador: Jan/2006 - Abr/2007**

%

Períodos	Setores de Atividade Econômica						
	Indústria de transformação	Construção civil	Comércio	Serviços produção ¹	Serviços pessoais ²	Serviços domésticos	Outros
Janeiro 2006	9,4	5,0	16,3	31,4	26,8	9,3	1,8
Fevereiro	8,9	5,4	16,6	31,6	26,3	9,6	1,6
Março	8,7	5,3	16,6	31,7	26,7	9,4	1,6
Abril	9,2	5,6	16,8	31,3	25,7	9,7	1,7
Maio	9,2	5,6	16,7	31,4	25,9	9,5	1,7
Junho	9,2	5,5	16,7	31,7	26,0	9,6	1,3
Julho	8,7	5,0	16,7	32,5	26,4	9,6	1,1
Agosto	9,2	5,0	16,5	32,3	26,4	9,5	1,1
Setembro	9,2	4,9	15,9	32,5	26,9	9,4	1,2
Outubro	9,6	4,9	15,9	33,0	26,4	9,1	1,1
Novembro	9,2	5,0	16,2	32,6	27,1	8,7	1,2
Dezembro	8,8	5,4	16,5	32,3	27,3	8,7	1,0
Janeiro 2007	8,8	5,6	16,3	31,8	28,3	8,2	1,0
Fevereiro	8,5	5,8	15,8	33,4	27,4	8,1	1,0
Março	8,7	5,7	16,1	33,2	27,1	8,1	1,1
Abril	8,5	5,6	16,6	33,0	26,8	8,5	1,0

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

¹ Incluem Transporte e armazenagem; Utilidade pública; Especializados; Administração pública, Forças Armadas e polícia; Creditícios e financeiros: Comunicação; diversão, radiodifusão, e teledifusão; Comércio, administração de valores mobiliários e de imóveis; Serviços auxiliares; Outros serviços de reparação e limpeza² Incluem Serviços pessoais diversos, alimentação, educação, saúde, serviços comunitários, oficinas de reparação mecânica e outros serviços

Distribuição dos ocupados por posição na ocupação no trimestre
Região Metropolitana de Salvador: Jan/2006 - Abr/2007

%

Períodos	Posição na ocupação									
	Assalariados				Autônomos					Outros ¹
	Total	Assalariado priv. c/carteira	Assalariado priv. s/carteira	Assalariado público	Total	Autônomo trab. p/público	Autônomo trab. p/empresa	Empregador	Domésticos	
Janeiro 2006	61,8	37,5	11,8	12,4	23,2	19,4	3,9	3,6	9,2	2,1
Fevereiro	62,2	38,2	11,8	12,1	22,5	19,0	3,5	3,5	9,6	2,2
Março	62,4	37,8	11,6	12,9	21,7	18,5	3,1	4,1	9,4	2,5
Abril	62,5	37,3	11,7	13,5	21,4	18,5	2,9	3,7	9,7	2,7
Mai	61,8	36,6	11,7	13,4	21,8	18,8	3,0	4,0	9,5	2,8
Junho	62,4	36,4	11,8	14,0	21,7	18,8	2,9	3,6	9,6	2,7
Julho	62,8	37,0	11,2	14,6	21,7	18,8	2,8	3,6	9,6	2,3
Agosto	63,2	37,8	10,8	14,5	21,8	18,7	3,1	3,6	9,5	1,9
Setembro	63,7	38,9	10,8	13,9	21,4	18,4	3,1	3,8	9,4	1,8
Outubro	63,5	39,1	10,9	13,4	21,3	18,3	3,0	4,0	9,1	2,1
Novembro	63,4	38,5	11,1	13,8	22,1	19,1	3,0	3,6	8,7	2,2
Dezembro	63,1	38,0	10,8	14,2	22,4	19,1	3,3	3,7	8,7	2,1
Janeiro 2007	63,8	39,0	10,6	14,1	22,3	19,0	3,3	3,3	8,2	2,4
Fevereiro	64,7	40,0	10,6	14,0	21,4	18,4	3,1	3,6	8,1	2,2
Março	64,4	40,1	10,7	13,5	21,6	18,7	2,9	3,3	8,1	2,6
Abril	64,8	40,4	10,8	13,5	21,2	18,2	2,9	3,5	8,5	2,0

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

¹ Incluem trabalhadores familiares e donos de negócios familiares

**Rendimento real trimestral dos ocupados e dos assalariados no trabalho principal¹
Região Metropolitana de Salvador: Jan/2006 - Mar/2007****R\$**

Períodos	Rendimento médio real					
	Ocupados¹			Assalariados²		
	Valor absoluto³		Índice⁴	Valor absoluto³		Índice⁴
	Média	Mediana		Média	Mediana	
Janeiro 2006	763	417	81,0	866	518	80,2
Fevereiro	770	414	81,8	870	514	80,6
Março	760	411	80,7	877	512	81,3
Abril	757	410	80,4	874	510	80,9
Maio	746	408	79,2	858	507	79,5
Junho	754	415	80,1	862	508	79,9
Julho	757	427	80,4	862	505	79,8
Agosto	771	453	81,9	872	525	80,8
Setembro	767	454	81,5	867	525	80,3
Outubro	763	453	81,0	873	527	80,8
Novembro	766	452	81,4	879	523	81,5
Dezembro	797	469	84,7	900	550	83,4
Janeiro 2007	815	478	85,2	901	542	82,1
Fevereiro	793	471	82,9	877	531	79,9
Março	765	451	80,0	855	520	77,9
Varição mensal						
Mar-07/Fev-07	-3,6	-4,3	-3,6	-2,5	-2,2	-2,5
Varição anual						
Mar-07/Mar-06	-0,9	8,0	-0,9	-4,1	-0,1	-4,1

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

¹ Exclusive os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício

² Exclusive os assalariados que não tiveram remuneração no mês

³ Inflator utilizado - Índice de Preços ao Consumidor - SEI. Valores em reais de março - 2007

⁴ Índice de variação da média. Base: Dezembro -1996 = 100

Rendimento real médio trimestral dos ocupados por grau de instrução ¹ Região Metropolitana de Salvador: Jan/2006 - Mar/2007						R\$
Períodos	Rendimento real médio trimestral dos ocupados por grau de instrução					
	Analfabetos	1º grau incompleto	1º grau completo/ 2º incompleto	2º grau completo/ 3º incompleto	3º grau completo	
Janeiro 2006	293	381	512	788	2.233	
Fevereiro	281	383	507	802	2.243	
Março	259	377	489	789	2.259	
Abril	245	379	468	774	2.276	
Maior	243	396	451	746	2.184	
Junho	262	394	449	744	2.171	
Julho	269	404	461	754	2.163	
Agosto	283	406	480	774	2.211	
Setembro	293	409	502	775	2.147	
Outubro	303	402	488	782	2.091	
Novembro	308	404	491	787	2.100	
Dezembro 2006	295	437	504	827	2.186	
Janeiro 2007	286	445	525	836	2.233	
Fevereiro	268	440	541	815	2.124	
Março	287	410	512	767	2.076	

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

¹ Inflator utilizado - Índice de Preços ao Consumidor - SEI. Valores em Reais de Março - 2007

Rendimento real médio trimestral dos assalariados no setor privado por setor de atividade econômica e carteira de trabalho assinada e não assinada pelo atual empregador¹
Região Metropolitana de Salvador: Jan/2006 - Mar/2007

R\$

Períodos	Rendimento real médio trimestral dos assalariados no setor privado					
	Total	Setor de atividade			Carteira de trabalho	
		Indústria	Comércio	Serviços	Assinada	Não-assinada
Janeiro 2006	729	1016	600	717	813	441
Fevereiro	734	1066	579	705	823	428
Março	731	1063	535	705	818	431
Abril	714	1037	538	676	797	434
Maio	696	935	531	692	772	441
Junho	713	937	568	711	790	442
Julho	716	957	565	713	794	425
Agosto	723	975	589	711	799	443
Setembro	717	977	607	691	790	448
Outubro	717	954	633	679	790	461
Novembro	730	1004	613	691	808	453
Dezembro	743	1013	618	712	817	467
Janeiro 2007	761	1029	616	751	833	483
Fevereiro	742	983	625	732	813	469
Março	725	936	597	725	795	462

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

¹ Inflator utilizado - Índice de Preços ao Consumidor - SEI. Valores em reais de março - 2007

NOTA: Exclusive os assalariados que não tiveram remuneração no mês

Distribuição do rendimento real trimestral entre os ocupados e os assalariados no trabalho principal¹
Região Metropolitana de Salvador: Jan/2006 - Mar/2007

R\$

Períodos	Rendimento real trimestral									
	Ocupados²					Assalariados³				
	10% ganham até	25% ganham até	50% ganham até	75% ganham até	90% ganham até	10% ganham até	25% ganham até	50% ganham até	75% ganham até	90% ganham até
Janeiro 2006	155	309	417	823	1.647	309	344	518	932	1.837
Fevereiro	154	308	414	821	1.646	308	350	514	925	1.846
Março	153	306	411	816	1.543	306	347	512	923	1.836
Abril	152	306	410	812	1.607	306	355	510	918	1.828
Maiο	151	306	408	808	1.529	306	355	507	914	1.817
Junho	151	352	415	806	1.597	352	355	508	913	1.813
Julho	150	352	427	805	1.610	352	358	505	906	1.788
Agosto	152	352	453	807	1.615	352	367	525	909	1.717
Setembro	151	352	454	807	1.615	352	374	525	908	1.717
Outubro	151	352	453	808	1.609	352	382	527	958	1.810
Novembro	150	351	452	805	1.611	351	381	523	955	1.910
Dezembro 2006	170	350	469	850	1.800	350	390	550	1.000	1.810
Janeiro 2007	181	351	478	885	1.828	351	386	542	1.004	1.833
Fevereiro	175	351	471	863	1.705	351	391	531	983	1.806
Março	164	350	451	803	1.604	350	381	520	928	1.801

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

¹ Inflator utilizado - Índice de Preços ao Consumidor - SEI. Valores em reais de março - 2007

² Exclusive os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os Trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício

³ Exclusive os assalariados que não tiveram remuneração no mês

Emprego Formal

Flutuação Mensal do Emprego
Bahia: Jan/2006 – Abr/2007

Períodos	Saldo líquido (Admissões – desligamentos)				
	Total ¹	Ind. transformação	Const. civil	Comércio	Serviços
2006	25.089	6.715	-2.323	14.717	9.571
Janeiro	6.994	569	1.592	1.074	2.890
Fevereiro	2.449	-320	173	607	1.853
Março	101	782	69	-841	-1.346
Abril	2.869	1.384	-727	771	901
Maio	6.038	1.240	519	1.872	816
Junho	4.395	992	347	1.057	-519
Julho	4.647	1.546	813	1.277	-906
Agosto	2.632	1.178	670	1.420	1.529
Setembro	3.274	447	573	1.410	2.285
Outubro	-1.636	305	-3.283	2.430	86
Novembro	141	-118	-1.075	3.180	2.382
Dezembro	-6.815	-1.290	-1.994	460	-400
2007	23.637	6.170	3.655	2.506	5.805
Janeiro	3.473	491	564	508	702
Fevereiro	1.606	587	378	764	1.290
Março	7.966	1.556	926	197	2.134
Abril	10.592	3.536	1.787	1.037	1.679
Maio/06 – Abr/07	36.313	10.470	225	15.612	11.078

Fonte: MTE - Cadastro de Empregados e Desempregados - Lei 4.923/65 - Perfil do Estabelecimento

¹ Incluem todos os setores. Dados preliminares

Flutuação Mensal do Emprego
Região Metropolitana de Salvador: Jan/2006 – Abr/2007

Períodos	Saldo líquido (Admissões – desligamentos)				
	Total ¹	Ind. transformação	Const. civil	Comércio	Serviços
2006	14.967	3.450	76	5.919	5.300
Janeiro	3.315	610	1.356	327	986
Fevereiro	1.371	226	97	302	790
Março	-1.386	-48	17	-535	-859
Abril	375	6	-806	386	761
Maio	1.022	-103	588	413	177
Junho	703	444	520	280	-536
Julho	1.514	966	773	565	-778
Agosto	2.459	446	449	675	899
Setembro	3.339	453	510	644	1.678
Outubro	-212	451	-2.110	1.210	107
Novembro	3.962	241	97	1.448	2.154
Dezembro	-1.495	-242	-1.415	204	-79
2007	7.548	548	1.868	603	4.281
Janeiro	273	246	142	-5	-196
Fevereiro	825	-39	-39	230	703
Março	2.968	52	522	-28	2.251
Abril	3.482	289	1.243	406	1.523
Maio/06 – Abr/07	18.840	3.204	1.280	6.042	7.903

Fonte: MTE - Cadastro de Empregados e Desempregados - Lei 4.923/65 - Perfil do Estabelecimento

¹ Incluem todos os setores. Dados preliminares

FINANÇAS PÚBLICAS

União

Demonstrativo das Receitas da União Orçamentos fiscal e da Seguridade Social: Jan –Mar/2007							R\$ 1.000
Receitas	Previsão inicial (a)	Previsão atualizada (b)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (b-d)
			Fev-Mar/2007 (c)	% c/b	Até o Bimestre (d)	% d/b	
Receitas (Exceto Intra-Orçamentárias) (I)	870.392.236	870.392.236	131.959.315	15,16	226.017.726	25,97	644.377.292
Receitas Correntes	658.799.139	658.799.139	95.968.003	14,57	151.569.303	23,01	507.232.618
Receita Tributária	201.070.003	201.070.003	30.371.782	15,11	46.606.116	23,18	154.463.887
Receita de Contribuições	371.260.748	371.260.748	54.978.549	14,81	83.594.998	22,52	287.665.750
Receita Patrimonial	43.917.223	43.917.223	3.864.637	8,80	8.405.123	19,14	35.512.100
Receita Agropecuária	26.540	26.540	2.007	7,56	3.294	12,41	23.246
Receita Industrial	687.611	687.611	38.214	5,56	87.309	12,70	600.302
Receita de Serviços	25.941.510	25.941.510	3.553.251	13,70	7.700.899	29,69	18.240.611
Transferências Correntes	327.559	327.559	22.016	6,72	39.742	12,13	287.817
Receitas Correntes a Classificar	-	-	2.271	-	2.782	-	(2.782)
Outras Receitas Correntes	15.567.945	15.567.945	3.137.547	20,15	5.129.040	32,95	10.438.905
Receitas de Capital	211.593.097	211.593.097	35.991.312	17,01	74.448.423	35,18	137.144.674
Operações de Crédito	155.080.999	155.080.999	27.514.415	17,74	61.252.419	39,50	93.828.580
Alienação de Bens	2.405.529	2.405.529	273.679	11,38	325.971	13,55	2.079.558
Amortizações de Empréstimos	20.547.145	20.547.145	4.023.168	19,58	6.950.196	33,83	13.596.949
Transferências de Capital	88.069	88.069	6.159	6,99	8.857	10,06	79.212
Outras Receitas de Capital	33.471.355	33.471.355	4.173.891	12,47	5.910.980	17,66	27.560.375

Fonte: SIAFI - STN/CCONT/GEINC

Demonstrativo das Receitas da União Orçamentos fiscal e da Seguridade Social: Jan – Mar/2007							R\$ 1.000
Receitas	Previsão inicial (a)	Previsão atualizada (b)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (b-d)
			Fev-Mar/2007 (c)	% c/b	Até o bimestre (d)	% d/b	
Receitas (Intra-Orçamentárias) (II)	0	0	1.242.957	0	1.829.729	-	(1.829.729)
Receitas Correntes	0	0	1.242.957	0	1.829.729	-	(1.829.729)
Receita Tributária	0	0	(75)	0	(50)	-	50
Receita de Contribuições	0	0	1.219.470	0	1.803.639	-	(1.803.639)
Receita Patrimonial	0	0	151	0	153	-	(153)
Receita Industrial	0	0	20.744	0	23.012	-	(23.012)
Receita de Serviços	0	0	4.134	0	4.391	-	(4.391)
Outras Receitas Correntes	0	0	(1.467)	0	(1.416)	-	1.416
Subtotal das Receitas (III) = (I + II)	870.392.236	870.392.236	133.202.272	15,30	227.847.455	26,18	642.547.563
Operações de Crédito - Refinanciamento (IV)	655.751.150	655.751.150	62.837.678	9,58	96.893.013	14,78	558.858.137
Operações de Crédito Internas	655.751.150	655.751.150	60.578.496	9,24	93.496.027	14,26	562.255.123
Mobiliária	655.751.150	655.751.150	60.578.496	9,24	93.496.027	14,26	562.255.123
Operações de Crédito Externas	0	0	2.259.182	-	3.396.986	-	(3.396.986)
Mobiliária	0	0	2.259.182	-	3.396.986	-	(3.396.986)
Subtotal com Refinanciamento (V) = (III + IV)	1.526.143.386	1.526.143.386	196.039.950	12,85	324.740.468	21,28	1.201.405.700
Déficit (VI)	0	0	0	0	0	-	-
Total (VII) = (V + VI)	1.526.143.386	1.526.143.386	196.039.950	12,85	324.740.468	21,28	1.201.402.918
Saldo de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	49.780	-	-

Fonte: SIAFI - STN/CCONT/GEINC

Demonstrativo das Despesas da União
Orçamentos fiscal e da Seguridade Social: Jan – Mar/2007**R\$ 1.000**

Despesas	Dotação inicial (a)	Créditos adicionais (b)	Dotação atualizada (c) = a + b	Despesas empenhadas		Despesas liquidadas		% (g/c)	Saldo a liquidar (c-g)
				Fev-Mar/2007 (d)	Até o bimestre (e)	Fev-Mar/2007 (f)	Até o bimestre (g)		
Despesas (Exceto Intra-Orçamentárias) (VIII)	859.749.159	3.544.609	863.293.768	62.148.269	526.350.352	105.094.505	183.543.426	21,3	679.750.342
Despesas Correntes	698.136.356	2.825.567	700.961.923	51.178.676	430.265.769	92.910.790	147.443.232	21,0	553.518.691
Pessoal e Encargos Sociais	118.726.765	46.861	118.773.626	7.291.135	85.397.878	18.445.384	28.024.662	23,6	90.748.964
Juros e Encargos da Dívida	165.867.305	-	165.867.305	5.048.529	164.946.602	19.044.528	41.512.427	25,0	124.354.878
Outras Despesas Correntes	413.542.286	2.778.706	416.320.992	38.839.012	179.921.289	55.420.878	77.906.143	18,7	338.414.849
Transf.a Estados, DF e Municípios	137.778.189	48.591	137.826.780	(4.403.452)	97.475.368	15.592.927	21.764.839	15,8	116.061.941
Benefícios Previdenciários	176.661.532	135.100	176.796.632	26.666.265	39.697.962	26.666.014	39.695.287	22,5	137.101.345
Demais Despesas Correntes	99.102.565	2.595.015	101.697.580	16.576.199	42.747.959	13.161.937	16.446.017	16,2	85.251.563
Despesas de Capital	135.904.250	719.042	136.623.292	10.969.593	96.084.583	12.183.715	36.100.194	26,4	100.523.098
Investimentos	27.326.676	719.987	28.046.663	1.322.497	1.533.751	117.231	119.720	0,4	27.926.943
Inversões Financeiras	31.513.287	(945)	31.512.342	5.493.589	19.236.088	2.240.351	3.153.833	10,0	28.358.509
Amortização da Dívida	77.064.287	-	77.064.287	4.153.507	75.314.744	9.826.133	32.826.641	42,6	44.237.646
Reserva de Contingência	25.708.553	-	25.708.553	-	-	-	-	-	25.708.553
Despesas (Intra-Orçamentárias) (IX)	10.642.778	0	10.642.778	1.572.582	7.351.114	1.438.641	2.089.913	19,6	8.552.865
Despesas Correntes	9.706.188	0	9.706.188	644.273	6.422.734	1.349.870	2.001.071	20,6	7.705.117
Pessoal e Encargos Sociais	9.338.850	0	9.338.850	558.370	6.312.273	1.310.716	1.957.514	21,0	7.381.336
Outras Despesas Correntes	367.338	0	367.338	85.903	110.461	39.154	43.557	11,9	323.781
Despesas de Capital	936.590	0	936.590	928.309	928.380	88.771	88.842	9,5	847.748
Investimentos	8.211	0	8.211	10	10	1	1	0,0	8.210
Inversões Financeiras	928.379	0	928.379	928.299	928.370	88.770	88.841	9,6	839.538
Subtotal das Despesas (X) = (VIII + IX)	870.391.937	3.544.609	873.936.546	63.720.851	533.701.466	106.533.146	185.633.339	21,2	688.303.207
Amortização da Dívida - Refinanciamento (XI)	655.751.150	0	655.751.150	19.561.594	655.751.150	34.732.111	93.553.514	14,3	562.197.636
Amortização da Dívida Interna	626.941.201	0	626.941.201	-	626.941.201	32.149.769	89.190.954	14,2	537.750.247
Dívida Mobiliária	626.940.198	0	626.940.198	-	626.940.198	32.149.615	89.190.724	14,2	537.749.474
Outras Dívidas	1.003	0	1.003	-	1.003	154	230	22,9	773
Amortização da Dívida Externa	28.809.949	0	28.809.949	19.561.594	28.809.949	2.582.342	4.362.560	15,1	24.447.389
Dívida Mobiliária	27.914.234	0	27.914.234	19.139.072	27.914.234	2.508.132	4.248.774	15,2	23.665.460
Outras Dívidas	895.715	0	895.715	422.522	895.715	74.210	113.786	12,7	781.929
Subtotal com Refinanciamento (XII) = (X + XI)	1.526.143.087	3.544.609	1.529.687.696	83.282.445	1.189.452.616	141.265.257	279.186.853	18,3	1.250.500.843
Superávit (XIII)	-	-	-	-	-	-	45.553.615	-	-
Total XIV = (XII + XIII)	1.526.143.087	3.544.609	1.529.687.696	83.282.445	1.189.452.616	141.265.257	324.740.468	-	1.250.500.843

Fonte: SIAFI - STN/CCONT/GEINC

Estado

Balço Orçamentário - Receita Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social: Jan – Fev/2007							R\$ 1.000
Receitas	Previsão inicial	Previsão atualizada (a)	Receitas Realizadas				Saldo a realizar (a-c)
			Bim. Jan/Fev (b)	% (b/a)	No exercício (c)	% (c/a)	
Receitas (Exceto Intra-orçamentárias) (I)	16.124.693	16.141.438	2.252.688	13,96	2.252.688	13,96	13.888.750
Receitas Correntes	15.296.930	15.306.175	2.225.235	14,54	2.225.235	14,54	13.080.940
Receita Tributária	8.902.354	8.902.354	1.489.443	16,73	1.489.443	16,73	7.412.911
Impostos	8.623.646	8.623.646	1.448.271	16,79	1.448.271	16,79	7.175.375
Taxas	278.709	278.709	41.172	14,77	41.172	14,77	237.537
Contribuição de Melhoria	-	-	-	-	-	-	-
Receita de Contribuições	891.856	891.856	127.083	14,25	127.083	14,25	764.773
Contribuições Sociais	891.856	891.856	127.083	14,25	127.083	14,25	764.773
Contribuições Econômicas	-	-	-	-	-	-	-
Receita Patrimonial	264.722	264.991	18.086	6,83	18.086	6,83	246.905
Receitas Imobiliárias	11.257	11.257	2.166	19,24	2.166	19,24	9.091
Receitas de Valores Mobiliários	244.736	245.005	15.148	6,18	15.148	6,18	229.856
Receitas de Concessões e Permissões	4.200	4.200	18	0,43	18	0,43	4.182
Outras Receitas Patrimoniais	4.529	4.529	754	16,65	754	16,65	3.775
Receita Agropecuária	1.520	1.520	-	-	-	-	1.520
Receita da Produção Vegetal	10	10	-	-	-	-	-
Receita da Produção Animal e Derivados	1.187	1.187	-	-	-	-	1.187
Outras Receitas Agropecuárias	323	323	-	-	-	-	323
Receita Industrial	100	100	-	-	-	-	100
Receita da Indústria de Transformação	100	100	-	-	-	-	100
Receita da Indústria de Construção	-	-	-	-	-	-	-
Outras Receitas Industriais	-	-	-	-	-	-	-
Receita de Serviços	78.245	78.245	5.264	6,73	5.264	6,73	72.981
Receita de Serviços	78.245	78.245	5.264	6,73	5.264	6,73	72.981
Transferências Correntes	5.795.641	5.798.141	772.586	13,32	772.586	13,32	5.025.555
Transferências Intergovernamentais	5.598.482	5.598.482	767.263	13,70	767.263	13,70	4.831.219
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-	-	-	-
Transferências do Exterior	1.220	1.220	-	-	-	-	-
Transferências de Pessoas	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de Convênios	195.939	198.439	5.323	2,68	5.323	2,68	193.116
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	967.555	974.031	50.339	5,17	50.339	5,17	923.692
Multas e Juros de Mora	137.456	137.456	11.255	8,19	11.255	8,19	126.201
Indenizações e Restituições	69.749	69.749	1.983	2,84	1.983	2,84	67.766
Receita da Dívida Ativa	8.037	8.037	655	8,15	655	8,15	7.382
Receitas Diversas	752.313	758.789	36.446	4,80	36.446	4,80	722.343

Continua...

**Balço Orçamentário - Receita
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social: Jan – Fev/2007**
R\$ 1.000

Receitas	Previsão inicial	Previsão atualizada (a)	Receitas Realizadas				Saldo a realizar (a-c)
			Bim. Jan/Fev (b)	% (b/a)	No exercício (c)	% (c/a)	
Conta Retificadora da Receita Orçamentária	(1.605.063)	(1.605.063)	(237.567)	14,80	(237.567)	14,80	(1.367.496)
Receitas de Capital	827.763	835.263	27.453	3,29	27.453	3,29	807.810
Operações de Crédito	433.130	433.130	7.160	1,65	7.160	1,65	425.970
Operações de Crédito Internas	199.701	199.701	6.765	3,39	6.765	3,39	192.936
Operações de Crédito Externas	233.429	233.429	395	0,17	395	0,17	233.034
Alienação de Bens	175.287	175.287	38	0,02	38	0,02	175.250
Alienação de Bens Móveis	172.281	172.281	-	-	-	-	172.281
Alienação de Bens Imóveis	3.007	3.007	38	1,25	38	1,25	2.969
Amortização de Empréstimos	3.863	3.863	427	11,05	427	11,06	3.436
Amortização de Empréstimos	3.863	3.863	427	11,06	427	11,06	3.436
Transferências de Capital	215.473	222.973	19.828	8,89	19.828	8,89	203.144
Transferências Intergovernamentais	23.428	23.428	-	-	-	-	23.428
Transferências de Instituições Privadas	88	88	-	-	-	-	88
Transferências do Exterior	583	583	739	126,76	739	126,76	(156)
Transferências de Pessoas	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de Convênios	191.373	198.873	19.089	9,60	19.089	9,60	179.784
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	10	10	-	-	-	-	10
Integralização do Capital Social	-	-	-	-	-	-	-
Div. Atv. Prov. da Amortiz. de Emp. e Financ.	-	-	-	-	-	-	-
Restituições	-	-	-	-	-	-	-
Outras Receitas	10	10	-	-	-	-	10
Receitas (Intra-orçamentárias) (II)	1.150.564	1.150.564	141.710	12,32	141.710	12,32	1.008.854
Subtotal das Receitas (III)=(I+II)	17.275.257	17.292.002	2.394.398	13,85	2.394.398	13,85	14.897.604
Operações de Crédito - Refinanciamento (IV)	-	-	-	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-	-	-	-
Para Refinanciamento da Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-
Para Refinanciamento da Dívida Contratual	-	-	-	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-	-	-	-
Para Refinanciamento da Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-
Para Refinanciamento da Dívida Contratual	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal com Refinanciamentos (V)=(III+IV)	17.275.257	17.292.002	2.394.398	13,85	2.394.398	13,85	14.897.604
Déficit (VI)	-	-	-	-	-	-	-
Total (VII) = (V+VI)	17.275.257	17.292.002	2.394.398	13,85	2.394.398	13,85	14.897.604
Saldos de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	6.476	-	-

Continua...

Balço Orçamentário - Receita Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social: Jan – Fev/2007							R\$ 1.000
Receitas	Previsão inicial	Previsão atualizada (a)	Receitas Realizadas				Saldo a realizar (a-c)
			Bim. Jan/Fev (b)	% (b/a)	No exercício (c)	% (c/a)	
Receitas Correntes	1.150.564	1.150.564	141.710	12,32	141.710	12,32	1.008.854
Receita de Contribuições	1.150.564	1.150.564	141.710	12,32	141.710	12,32	1.008.854
Contribuições Sociais	1.150.564	1.150.564	141.710	12,32	141.710	12,32	1.008.854
Total	1.150.564	1.150.564	141.710	12,32	141.710	12,32	1.008.854

Fonte: SEFAZ/SICOF/SAF/DICOP

Balço orçamentário - Despesa
Orçamentos fiscal e da seguridade social: Jan – Fev/2007**R\$ 1.000**

Despesas	Dotação inicial (d)	Créditos adicionais (e)	Dotação atualizada (f)=d+e	Despesas empenhadas		Despesas liquidadas		Saldo (f-i)
				Bim. Jan/Fev (g)	No exercício (h)	Bim. Jan/Fev (i)	No exercício (j)	
Despesas(exceto intra-orçamentárias) (VIII)	16.280.571	16.010	16.296.581	2.202.843	2.202.843	2.063.858	2.063.858	14.232.723
Despesas Correntes	13.690.807	10.112	13.700.920	1.937.599	1.937.599	1.814.863	1.814.863	11.886.056
Pessoal e Encargos Sociais	7.116.688	(243)	7.116.446	1.154.783	1.154.783	1.140.688	1.140.688	5.975.758
Juros e Encargos da Dívida	671.845	-	671.845	79.305	79.305	79.305	79.305	592.540
Outras Despesas Correntes	5.902.274	10.355	5.912.629	703.511	703.511	594.871	594.871	5.317.758
Transferências a Municípios	2.419.486	938	2.420.424	372.874	372.874	372.634	372.634	2.047.790
Demais Despesas Correntes	3.482.788	9.417	3.492.205	330.637	330.637	222.237	222.237	3.269.968
Despesas de Capital	2.572.753	8.379	2.581.132	265.244	265.244	248.995	248.995	2.332.137
Investimentos	1.373.772	8.379	1.382.151	33.407	33.407	17.158	17.158	1.364.994
Inversões Financeiras	120.428	-	120.428	11.196	11.196	11.196	11.196	109.232
Amortização da Dívida	1.078.553	-	1.078.553	220.641	220.641	220.641	220.641	857.912
Reserva de Contingência	17.010	(2.481)	14.529	-	-	-	-	14.529
Reserva do RPPS	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas (Intra-orçamentárias) (IX)	994.687	734	995.421	145.171	145.171	135.449	135.449	859.972
Subtotal das Despesas (X)=(VIII+IX)	17.275.258	16.745	17.292.002	2.348.014	2.348.014	2.199.307	2.199.307	15.092.694
Amortização da Dívida/Refinanciamento (XI)	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal com Refinanciamento (XII)=(X+XI)	17.275.258	16.745	17.292.002	2.348.014	2.348.014	2.199.307	2.199.307	15.092.694
Superávit (XI)	-	-	-	-	-	-	195.090	-
Total (XII)=X+XI	17.275.258	16.745	17.292.002	2.348.014	2.348.014	2.199.307	2.394.398	15.092.694

Despesas Intra-orçamentárias	Dotação inicial (d)	Créditos adicionais (e)	Dotação atualizada (f)=d+e	Despesas empenhadas		Despesas liquidadas		Saldo a liquidar (f-i)
				Bim. Jan/Fev (g)	No exercício (h)	Bim. Jan/Fev (i)	No exercício (j)	
Despesas Correntes	994.687	734	995.421	145.171	145.171	135.449	135.449	859.972
Pessoal e Encargos Sociais	994.687	734	995.421	145.171	145.171	135.449	135.449	859.972
Total	994.687	734	995.421	145.171	145.171	135.449	135.449	859.972

Fonte:SEFAZ/SICOF/SAF/DICOP

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas

Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão agregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64

Receita Tributária Mensal - Bahia: Jan/2006 – Mar/2007					R\$ 1.000	
Mês	ICMS		Outras		Total	
	2006	2007	2006	2007	2006	2007
Janeiro	617.773	686.829	52.834	54.915	670.607	741.744
Fevereiro	601.436	658.719	78.254	88.980	679.690	747.699
Março	567.745	613.636	58.047	73.067	625.792	686.703
Abril	601.722		59.602		661.324	
Mai	551.866		87.458		639.324	
Junho	597.869		82.583		680.452	
Julho	606.423		91.280		697.703	
Agosto	637.657		95.985		733.642	
Setembro	785.574		76.935		862.509	
Outubro	770.089		82.240		852.329	
Novembro	661.459		57.267		718.726	
Dezembro	692.060		104.665		796.725	
Total	7.691.673		927.150		8.618.823	

Fonte: SEFAZ - Balancetes mensais

Elaboração: SEI

Arrecadação mensal da Receita Tributária ¹ - Bahia: Jan/2006 – Mar/2007					R\$1 000	
Mês	ICMS		Outras		Total	
	2006	2007	2006	2007	2006	2007
Janeiro	642.217	689.930	54.925	55.163	697.142	745.093
Fevereiro	625.594	660.158	81.397	89.174	706.991	749.332
Março	593.220	613.636	60.652	73.067	653.872	686.703
Abril	628.578		62.262		690.840	
Mai	574.342		91.020		665.362	
Junho	618.103		85.378		703.481	
Julho	625.882		94.209		720.091	
Agosto	655.435		98.661		754.096	
Setembro	805.550		78.891		884.441	
Outubro	783.354		83.657		867.011	
Novembro	669.040		57.923		726.963	
Dezembro	698.153		105.586		803.739	
Total	7.919.467		954.561		8.874.028	

Fonte:SEFAZ/SICOF/SAF/DICOP

Elaboração:SEI

¹ Valores atualizados a preços de Março/07 pelo IGP-DI/FGV

Transferências constitucionais da União para os Estados

R\$ 1.000

Ano e Mês	Receitas											
	FPE		IPI-EXP		CIDE		FUNDEF UNIÃO		Outras		Total	
	No mês	Até o mês	No mês	Até o mês	No mês	Até o mês	No mês	Até o mês	No mês	Até o mês	No mês	Até o mês
2006												
Janeiro	242.173	242.173	12.638	12.638	22.090	22.090	18.191	18.191	13.422	13.422	308.514	308.514
Fevereiro	208.287	450.461	10.696	23.334	-	22.090	15.639	33.830	-	13.422	234.622	543.136
Março	196.780	647.240	9.885	33.219	-	22.090	14.821	48.650	-	13.422	221.486	764.622
Abril	221.540	868.780	11.436	44.655	22.782	44.872	16.693	65.343	-	13.422	272.451	1.037.073
Mai	243.136	1.111.917	10.099	54.754	-	44.872	18.419	83.763	3.850	17.273	275.505	1.312.578
Junho	236.615	1.348.532	11.735	66.489	-	44.872	18.757	102.519	19.251	36.524	286.358	1.598.936
Julho	212.019	1.560.551	11.303	77.792	25.371	70.243	16.403	118.922	3.850	40.374	268.947	1.867.883
Agosto	214.511	1.775.062	11.561	89.354	-	70.243	16.371	135.293	3.850	44.224	246.294	2.114.176
Setembro	199.305	1.974.367	14.894	104.247	-	70.243	15.374	150.667	3.850	48.074	233.422	2.347.599
Outubro	180.610	2.154.977	12.577	116.824	25.140	95.384	13.911	164.578	3.850	51.925	236.089	2.583.687
Novembro	222.445	2.377.423	12.654	129.478	-	95.384	17.045	181.623	34.664	86.588	286.808	2.870.496
Dezembro	270.512	2.647.935	17.092	146.570	-	95.384	20.726	202.349	34.664	121.252	342.994	3.213.490
2007												
Janeiro	240.675	240.675	15.469	15.469	26.306	26.306	-	-	-	-	282.451	282.451
Fevereiro	258.657	499.333	14.983	30.452	-	26.306	19.617	19.617	-	-	293.258	575.708

Fonte: MINFAZ/STN

Elaboração: SEI

Nota: A partir de 1998, dos valores do FPM, FPE, IPI-Exportação e ICMS LC 87/96, já está descontada a parcela de 15% (quinze por cento) destinada ao FUNDEF

MUNICÍPIO

Balanço Orçamentário

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social: Jan – Fev/2007							R\$ 1.000
Receitas	Previsão inicial	Previsão atualizada (a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a-c)
			Jan-Fev/2007 (b)	% b/a	Jan-Fev/2007 (c)	% c/a	
Receitas (exceto intra-orçamentárias)	2.306.648	2.306.648	349.008	15,1	349.008	15,1	1.957.640
Receitas Correntes	2.302.833	2.302.833	354.799	15,4	354.799	15,4	1.948.034
Receita Tributária	699.587	699.587	149.434	21,4	149.434	21,4	550.153
Impostos	599.144	599.144	123.481	20,6	123.481	20,6	475.663
Taxas	100.443	100.443	25.637	25,5	25.637	25,5	74.806
Contribuição de Melhoria	-	-	-	-	-	-	-
Outras Receitas Tributárias	-	-	316	-	316	-	-
Receita de Contribuições	104.196	104.196	12.393	11,9	12.393	11,9	91.803
Contribuições Sociais	49.396	49.396	3.822	7,7	3.822	7,7	45.574
Contribuições Econômicas	54.800	54.800	8.571	15,6	8.571	15,6	46.229
Receita Patrimonial	42.341	42.341	5.463	12,9	5.463	12,9	36.878
Receitas Imobiliárias	1.718	1.718	250	14,6	250	14,6	1.468
Receitas de Valores Mobiliários	10.921	10.921	2.542	23,3	2.542	23,3	8.379
Receitas de Concessões e Permissões	17.624	17.624	2.672	15,2	2.672	15,2	14.952
Outras Receitas Patrimoniais	12.078	12.078	-	-	-	-	12.078
Receita Industrial	1.370	1.370	142	10,4	142	10,4	1.228
Receita da Indústria de Construção	1.370	1.370	142	10,4	142	10,4	1.228
Receita de Serviços	13.461	13.461	869	6,5	869	6,5	12.592
Receita de Serviços	13.461	13.461	869	6,5	869	6,5	12.592
Transferências Correntes	1.327.250	1.327.250	173.404	13,1	173.404	13,1	1.153.846
Transf. Intergovernamentais	1.266.805	1.266.805	169.383	13,4	169.383	13,4	1.097.422
Transf. do Exterior	1.445	1.445	1.433	99,2	1.433	99,2	12
Transf. de Instituições Privadas	-	-	-	-	-	-	-
Transf. de Pessoas	-	-	1	-	1	-	(1)
Transferências de Convênios	59.000	59.000	2.588	4,4	2.588	4,4	56.412
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	114.628	114.628	13.092	11,4	13.092	11,4	101.536
Multas e Juros de Mora	47.623	47.623	7.150	15,0	7.150	15,0	40.473
Indenizações e Restituições	5.454	5.454	628	11,5	628	11,5	4.826
Receita da Dívida Ativa	56.163	56.163	4.186	7,5	4.186	7,5	51.977
Receitas Diversas	5.388	5.388	1.132	21,0	1.132	21,0	4.256
Receitas de Capital	91.306	91.306	4.197	4,6	4.197	4,6	87.109
Operações de Crédito	13.773	13.773	-	-	-	-	13.773
Operações de Crédito Internas	13.773	13.773	-	-	-	-	13.773
Alienação de Bens	83	83	-	-	-	-	83
Alienação de Bens Móveis	83	83	-	-	-	-	83

Continua...

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social: Jan – Fev/2007							R\$ 1.000
Receitas	Previsão inicial	Previsão atualizada (a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a-c)
			Jan-Fev/2007 (b)	% b/a	Jan-Fev/2007 (c)	% c/a	
Transferências de Capital	77.350	77.350	4.197	5,4	4.197	5,4	73.153
Transf. Intergovernamentais	3.413	3.413	-	-	-	-	-
Transf. de Instituições Privadas	-	-	-	-	-	-	-
Transf. do Exterior	-	-	-	-	-	-	-
Transf. de Pessoas	-	-	-	-	-	-	-
Transf. de Outras Instituições Públicas	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de Convênios	73.937	73.937	4.197	5,7	4.197	5,7	69.740
Transferências para o Combate à Fome							
Outras Receitas de Capital	100	100	-	-	-	-	-
Receitas de Capital Diversas	100	100	-	-	-	-	100
Dedução da Receita Corrente	(87.491)	(87.491)	(9.988)	11,4	(9.988)	11,4	(77.503)
Receitas Intra-Orçamentárias (II)	6.426	6.426	21	0,3	21	0,3	6.405
Subtotal das Receitas (I)	2.313.074	2.313.074	349.029	15,1	349.029	15,1	1.964.045
Déficit (II)	-	-	-	-	-	-	-
Total (III) = (I + II)	2.313.074	2.313.074	349.029	15,1	349.029	15,1	1.964.045

Fonte: SEFAZ/CGM/SUPIG

Nota: Administração Direta e Indireta da PMS-Sistema de Gestão Fiscal(SGF)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, Salvador: Jan – Fev/2007									R\$ 1.000
Despesas	Dotação inicial (a)	Créditos adicionais (b)	Dotação atualizada (c)	Despesas					Saldo (c-g)
				Empenhadas		Liquidadas			
				Jan-Fev/2007 (d)	Jan-Fev/2007 (e)	Jan-Fev/2007 (f)	Jan-Fev/2007 (g)	% (g/c)	
Despesas (exceto intra-orçamentária)(I)	2.306.648	-	2.306.648	1.345.450	1.345.450	247.428	247.428	10,7	2.059.220
Despesas Correntes	2.045.616	(208)	2.045.408	1.263.775	1.263.775	229.036	229.036	11,2	1.816.372
Pessoal e Encargos Sociais	657.394		657.394	462.352	462.352	100.642	100.642	15,3	556.752
Juros e Encargos da Dívida	85.880		85.880	29.120	29.120	11.413	11.413	13,3	74.467
Outras Despesas Correntes	1.302.342	(208)	1.302.134	772.302	772.302	116.980	116.980	9,0	1.185.154
Despesas de Capital	259.032	208	259.240	81.675	81.675	18.392	18.392	7,1	240.848
Investimentos	172.283	208	172.491	21.760	21.760	4.119	4.119	2,4	168.372
Inversões Financeiras	4.200	-	4.200	1.220	1.220	54	54	1,3	4.146
Amortização da Dívida	82.549	-	82.549	58.695	58.695	14.220	14.220	17,2	68.329
Reserva de Contingência	2.000	-	2.000	-	-	-	-	-	2.000
Despesas (Intra-orçamentárias) (II)	6.426		6.426	166	166	21	21		6.405
Subtotal das Despesas (III)=(I+II)	2.313.074	-	2.313.074	1.345.616	1.345.616	247.449	247.449	10,7	2.065.625
Superávit (IV)	-	-	-	-	-	101.580	101.580	-	-
Total (V) = (III+IV)	2.313.074	-	2.313.074	1.345.616	1.345.616	349.029	349.029	10,7	2.065.625

Fonte: SEFAZ/CGM/SUPIG.

Nota: Administração Direta e Indireta da PMS-Sistema de Gestão Fiscal (SGF)

								R\$ 1.000
Receitas Intra-orçamentárias	Previsão inicial	Previsão atualizada (a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a-c)	
			Jan-Fev/2007 (b)	% b/a	Jan-Fev/2007 (c)	% c/a		
Receitas Correntes	6.426	6.426	21	0,32	21	0,32	6.405	
Receita de Serviços	6.426	6.426	21	0,32	21	0,32	6.405	
Total	6.426	6.426	21	0,32	21	0,32	6.405	

									R\$ 1.000
Despesas Intra-orçamentárias	Dotação inicial (a)	Créditos adicionais (b)	Dotação atualizada (c)	Despesas					Saldo (c-g)
				Empenhadas		Liquidadas			
				Jan- Fev/2007 (d)	Jan- Fev/2007 (e)	Jan- Fev/2007 (f)	Jan- Fev/2007 (g)	% (g/c)	
Despesas Correntes	4.926	-	4.926	86	86	21	21	0,43	4.905
Outras Despesas Correntes	4.926	-	4.926	86	86	21	21	0,43	4.905
Despesas de Capital	1.500	-	1.500	80	80	-	-	-	1.500
Investimentos	1.500	-	1.500	80	80	-	-	-	1.500
Total	6.426	-	6.426	166	166	21	21	0,33	6.405

Fonte: SEFAZ/CGM/SUPIG

Nota: Administração Direta e Indireta da PMS-Sistema de Gestão Fiscal (SGF)



Eles já publicaram. E você?

A C&P quer seu ponto de vista sobre a conjuntura e o planejamento na Bahia e no Brasil. Envie seu artigo para nosso conselho editorial e garanta seu lugar.

Acesse: www.sei.ba.gov.br